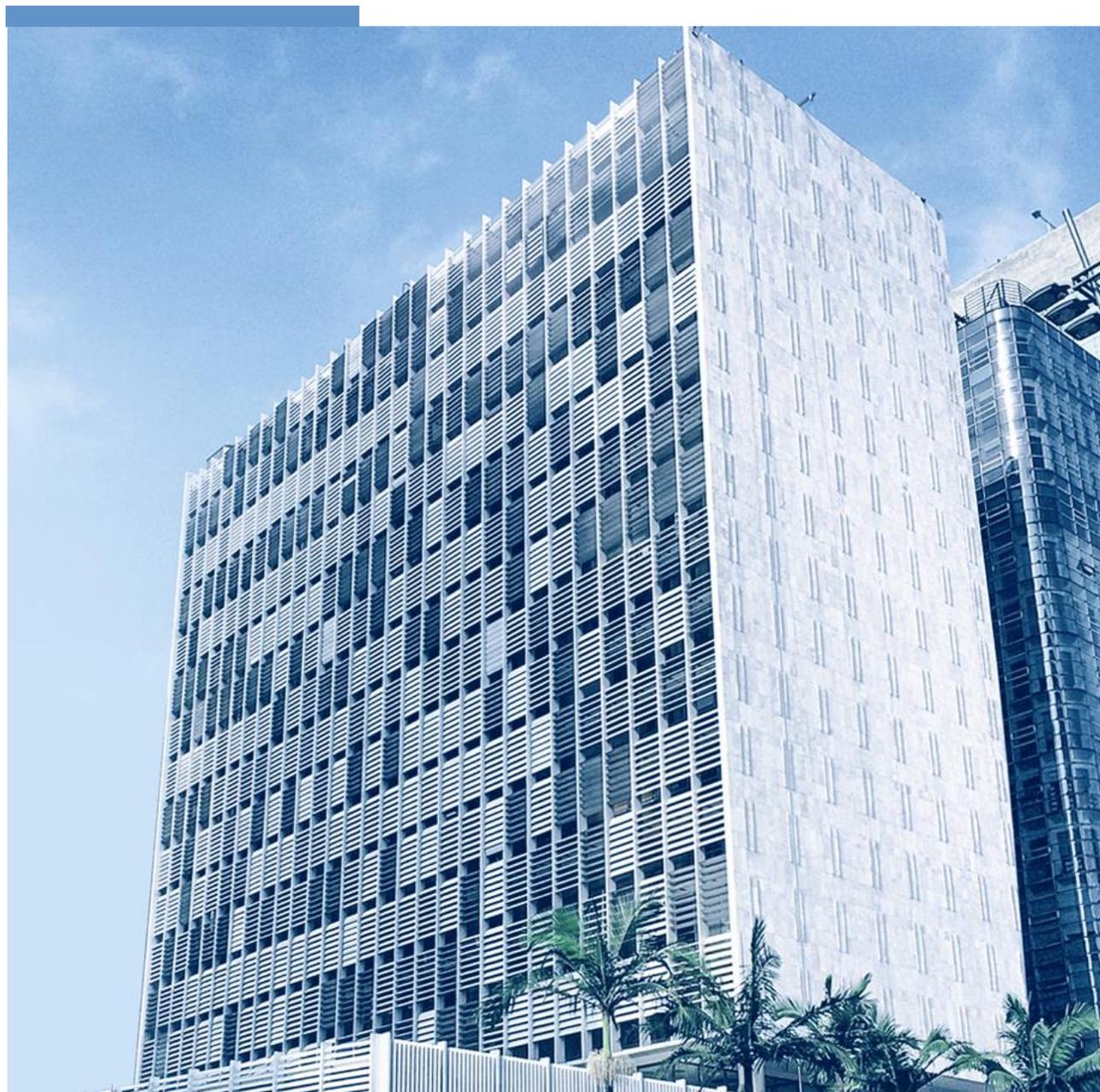


ITAÚSA



Edifício da sede da Itaúsa | Av. Paulista - SP

Demonstrações Contábeis Completas

31 de Dezembro de 2019

Sumário

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
DIRETORIA ITAÚSA	16
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	16
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	22
1. CONTEXTO OPERACIONAL	22
2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO	22
3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	27
4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS	35
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	41
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	41
7. CLIENTES	41
8. ESTOQUES	42
9. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO A RECEBER	43
10. OUTROS TRIBUTOS A COMPENSAR E A RECOLHER	44
11. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS	44
12. ATIVOS BIOLÓGICOS	45
13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS	46
14. DIREITO DE USO E ARRENDAMENTOS	48
15. INVESTIMENTOS	49
16. IMOBILIZADO	54
17. INTANGÍVEL	55
18. FORNECEDORES	57
19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	58
20. DEBÊNTURES	60
21. PROVISÕES E ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	61
22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	63
23. RECEITA LÍQUIDA	66
24. RESULTADO POR NATUREZA	67
25. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	67
26. RESULTADO FINANCEIRO	68
27. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	68
28. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO	69
29. REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES	69
30. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	70
31. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO	74
32. PARTES RELACIONADAS	75
33. TRANSAÇÕES NÃO-CAIXA	77
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	78
PARECER DO CONSELHO FISCAL	83
ATA SUMÁRIA DA REUNIÃO DA DIRETORIA	84

Relatório da Administração

Este Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (Itaúsa) relativos ao quarto trimestre de 2019 (4T19) e ano de 2019 foram elaborados de acordo com as normas estabelecidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como pelas normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS - International Financial Reporting Standards).

Relatório do auditor independente

As Demonstrações Contábeis foram examinadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC) e contam com o relatório dos auditores independentes sem ressalvas, bem como com o parecer favorável do Conselho Fiscal.

As Demonstrações Contábeis foram disponibilizadas ao mercado nos websites da Itaúsa, B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

1. Ambiente econômico

A economia brasileira em 2019 experimentou ambiente ainda desafiador e apresentou ritmo de crescimento similar a anos anteriores, com crescimento esperado ao redor de 1,0%. Entretanto, o controle da inflação substancialmente abaixo da meta (IPCA acumulado de 2019 somava 4,31%) e indicadores da atividade econômica com leve aquecimento permitiram maior flexibilidade no direcionamento da política monetária, resultando nos menores patamares históricos de taxa básica de juros vistos no Brasil (atualmente em 4,25% a.a.).

Apesar das incertezas político-econômicas que rondaram o país ao longo do ano, notam-se avanços na agenda de reformas estruturais e de estímulos à economia. A aprovação do texto base da reforma da previdência, a liberação de recursos do FGTS e PIS-PASEP e o avanço no processo de privatizações e parcerias com a iniciativa privada se traduziram em melhores perspectivas para o consumo das famílias e para o investimento privado. Como resultado, a partir do 2º semestre, indicadores de desempenho da atividade econômica, medidos por consensos de mercado e retratados nos Boletins Focus divulgados pelo Banco Central, demonstram que a economia tem respondido aos estímulos propostos pelo governo, o que tem gerado maior otimismo do mercado no processo de retomada gradual de recuperação econômica no médio prazo. A taxa de desemprego, medida pela Pnad Contínua, apresentou ligeira redução ao longo do ano e atingiu 11% no último trimestre de 2019, denotando que o mercado de trabalho apresenta recuperação, ainda que de forma lenta.

No ambiente internacional, embora haja melhora na expectativa de crescimento da economia global, face ao cenário esperado de política monetária mais flexível e pela redução do nível de incertezas globais, para as economias centrais e a China espera-se ligeira desaceleração. O Itaú BBA estima que os PIBs americano e da Zona do Euro desacelerem para taxas de crescimento de 2,0% e 1,0% em 2020, respectivamente. Na China, de acordo também com as estimativas do Itaú BBA, a expectativa é de crescimento de 5,8% (ante 6,1% em 2019), devido principalmente aos impactos relacionados ao Coronavírus. Como resultado, as economias emergentes podem se beneficiar, essencialmente aquelas que apresentam melhora em expectativas de cenário macroeconômico, incluindo o Brasil, com crescimento esperado de 2,3% no PIB de 2020 de acordo com o último Boletim Focus.

As empresas investidas do portfólio dos segmentos de bens de consumo e ligadas ao mercado imobiliário, inseridas neste contexto, podem obter melhores condições de desempenho operacional, estimuladas por melhores condições econômicas, reaquecimento do consumo, da construção civil e do mercado de capitais. No setor financeiro, observa-se maior demanda por crédito e por operações de bancos de investimentos (IPOs, ofertas secundárias e emissões de dívida), além de maiores investimentos em tecnologia, visto sua transformação nos últimos anos e a esperada para os próximos.

2. Destaques Itaúsa

Remuneração aos acionistas

Os proventos declarados no quarto trimestre de 2019 e que têm sua liquidação financeira em 2020 foram:

- **Dividendos trimestrais** de R\$ 0,02 por ação pagos em 02.01.2020 aos acionistas que detinham posição acionária ao final de 29.11.2019.
- **Juros sobre Capital Próprio:** acionistas com posição acionária final registrada em 12.12.2019, no valor de R\$ 0,005950 por ação (líquido de Imposto de Renda: R\$ 0,005058) e que serão pagos em 06.03.2020.

Adicionalmente, o Conselho de Administração da Companhia, reunido nesta data, deliberou o pagamento de proventos com base na posição acionária ao final do dia 20.02.2020 e que também serão pagos em 06.03.2020. São eles:

- **Dividendos complementares** no valor de R\$ 0,225965 por ação.
- **Juros sobre o capital próprio no valor de** R\$ 0,217396 por ação (líquido de Imposto de Renda: R\$ 0,184787).

No período de 01.01.2019 a 31.12.2019, a Itaúsa distribuiu proventos brutos no montante de R\$ 10 bilhões. Os acionistas que permaneceram na base acionária durante esse período fizeram jus ao valor bruto de R\$ 1,1908 por ação, que dividido pela cotação da ação de 31.12.2019, resulta em 8,5% de *dividend yield*.

Histórico completo de proventos pagos e a pagar está disponível em:

<http://www.itausa.com.br/pt/itausa-no-mercado-de-acoes/dividendos>.

Investimento na Copagaz

Em 19 de novembro, a Itaúsa comunicou ao mercado em geral que o Grupo Adquirente do qual participa, assinou, naquela data, os contratos definitivos para a aquisição da totalidade das ações da Liquigás. A operação ainda aguarda a análise e aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), tendo em vista que se trata de uma das condições precedentes ao fechamento da operação de compra e respectiva liquidação financeira.

O valor total da oferta pelo Grupo Adquirente foi de R\$ 3,7 bilhões e está sujeito a ajustes previstos no contrato de compra e venda. A participação da Itaúsa na operação se dará mediante investimento de aproximadamente R\$ 1,4 bilhão na Copagaz, sujeito a ajustes, de modo que passará a deter aproximadamente 49% do capital social desta companhia. Além do aporte financeiro, a Itaúsa contribuirá com a melhoria da governança corporativa da empresa.

Este novo investimento está alinhado à estratégia de alocação eficiente do capital e permite à Itaúsa associar-se a um parceiro estratégico, a Copagaz, o que possibilitará a entrada em um dos maiores mercados de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) do mundo.

Maiores detalhes podem ser consultados no Fato Relevante divulgado ao mercado no dia 19.11.2019 disponível em: <http://www.itausa.com.br/pt/comunicados-e-atas/fatos-relevantes>.

Aprimoramento das Demonstrações Contábeis

A fim de facilitar o acesso às informações pelo mercado e aumentar seu *disclosure financeiro*, a Itaúsa promoveu, nos últimos meses, extensa revisão da totalidade de notas das suas Demonstrações Contábeis, eliminando e

acrescendo quadros e novas informações de interesse aos analistas e ao mercado em geral. A revisão tomou como base mais de 1.800 requisitos obrigatórios de divulgação e o levantamento de práticas de dezenas de companhias, incorporando, dessa forma, as últimas tendências em transparência.

A Administração convida o leitor deste relatório a acompanhar a evolução do documento, disponível no *website* da Itaúsa (<http://www.itausa.com.br/pt/informacoes-financeiras/demonstracoes-contabeis>) e da CVM, e a compartilhar suas percepções e sugestões de melhoria através do e-mail relacoes.investidores@itausa.com.br.

Sustentabilidade

Dow Jones Sustainability World Index (DJSI) - Em 2019, a Itaúsa, pelo 16º ano, e o Itaú Unibanco, pelo 20º ano consecutivo, foram selecionados para compor a carteira do Dow Jones Sustainability World Index (DJSI), principal *ranking* de sustentabilidade empresarial do mundo, ambos atingindo nota máxima em cinco quesitos. Em sua edição 2019/2020, a carteira é composta por 318 empresas de 27 países, das quais apenas 7 brasileiras.

Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) - Foram selecionados novamente para compor a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 de 2020, a Itaúsa, pelo 13º ano, o Itaú Unibanco, pelo 15º ano consecutivo, e a Duratex listada pelo 12º ano consecutivo. A participação no ISE reflete o compromisso de longo prazo da Itaúsa, do Itaú Unibanco e da Duratex com a conduta ética dos negócios, cumprimento da legalidade, governança corporativa e responsabilidade social, cultural e ambiental.

CDP (evento subsequente) - Em fevereiro de 2020, o CDP divulgou a lista de companhias avaliadas pela Instituição e suas respectivas classificações de práticas de gestão relacionadas às mudanças climáticas. A Itaúsa, Itaú Unibanco e a Duratex tiveram classificação B, figurando no grupo de companhias com práticas de gestão ligadas ao tema acima da média global e de seus pares nos seus setores de atuação. O CDP (antigo Carbon Disclosure Project) foi criado em 2000 e reúne um dos mais completos sistemas globais de divulgação de dados ambientais.

3. Desempenho da Itaúsa

A Itaúsa tem seu resultado composto essencialmente por Resultado de Equivalência Patrimonial (REP), apurado a partir do lucro líquido de suas investidas e do resultado de investimentos em ativos financeiros.

Em razão da incorporação da subsidiária integral Itaúsa Empreendimentos pela Itaúsa, ocorrida em 30 de agosto de 2019, a Demonstração de Resultados Individual da Itaúsa, apresentada na tabela *pro forma* a seguir, teve os números de 2018 e 2019 ajustados entre linhas para propiciar melhor comparabilidade dos dados apresentados, sem, contudo, resultar em alterações no lucro líquido.

Principais Indicadores do Resultado e Mercado de Capitais

	R\$ milhões			R\$ por ação		
	2019	2018	Variação	31/12/2019	31/12/2018	Variação
LUCRATIVIDADE E RETORNO						
Lucro Líquido	10.312	9.436	9,3%	1,23	1,13	8,5%
Lucro Líquido Recorrente	9.765	9.427	3,6%	1,16	1,13	2,8%
ROE sobre o PL Médio (%)	19,4%	18,2%	1,2 p.p.			
ROE Recorrente sobre o PL Médio (%)	18,4%	18,2%	0,2 p.p.			
BALANÇO PATRIMONIAL ⁽¹⁾						
Ativo Total	58.571	58.377	0,3%			
Patrimônio Líquido	55.232	55.143	0,2%	6,57	6,56	0,2%
MERCADO DE CAPITAIS						
Capitalização de Mercado ⁽²⁾	118.508	101.601	16,6%			
Volume Financeiro Médio Diário Negociado na B3 ⁽³⁾	282	228	23,7%			

(1) Para melhor comparabilidade, todos os períodos consideram a incorporação da Itaúsa Empreendimentos.

(2) Calculado com base na cotação de fechamento das ações preferenciais no último dia do período.

(3) Considera as ações PN da Itaúsa (ITSA4).

Resultado Individual Itaúsa Pro Forma⁽¹⁾

Em R\$ milhões	4T19	4T18	Δ %	2019	2018	Δ %
RESULTADO RECORRENTE DAS EMPRESAS INVESTIDAS	2.677	2.782	-3,8%	10.289	9.849	4,5%
SETOR FINANCEIRO	2.401	2.550	-5,8%	9.723	9.387	3,6%
SETOR NÃO FINANCEIRO	279	236	18,2%	580	437	32,6%
Alpargatas	51	39	30,8%	106	79	34,2%
Duratex	58	55	5,5%	101	99	2,0%
NTS ⁽²⁾	170	142	19,7%	373	259	43,8%
Outras Empresas	(3)	(4)	-25,0%	(14)	25	-
RESULTADO PRÓPRIO DA ITAÚSA	(60)	(52)	15,4%	(438)	(464)	-5,6%
Resultado Financeiro	(13)	(12)	8,3%	(49)	(67)	-26,9%
Despesas Administrativas	(31)	(23)	34,8%	(125)	(91)	37,4%
Despesas Tributárias	(22)	(17)	29,4%	(274)	(314)	-12,7%
Outras Receitas Operacionais	6	-	-	10	8	-
LUCRO ANTES DO IR/CS	2.617	2.730	-4,1%	9.851	9.385	5,0%
IR / CS ⁽³⁾	(42)	(8)	-	(86)	42	-
LUCRO LÍQUIDO RECORRENTE	2.575	2.722	-5,4%	9.765	9.427	3,6%
RESULTADO NÃO RECORRENTE	875	(177)	-	519	132	293,2%
PRÓPRIO	-	-	-	-	-	-
SETOR FINANCEIRO	845	(19)	-	521	125	316,8%
SETOR NÃO FINANCEIRO	30	(158)	-	(2)	7	-128,6%
OUTROS RESULTADOS NÃO RECORRENTES	-	(38)	-	28	(123)	-
LUCRO LÍQUIDO	3.450	2.507	37,6%	10.312	9.436	9,3%

(1) Para melhor comparabilidade, todos os períodos consideram a incorporação da Itaúsa Empreendimentos nas rubricas da DRE.

(2) Inclui os dividendos/JCP recebidos, ajuste ao valor justo sobre as ações, juros sobre as debêntures conversíveis em ações (resgatadas em mai/2018) e as despesas sobre a parcela a prazo em dólar do valor investido e respectiva variação cambial.

(3) Em 2019, a Companhia deixou de constituir créditos fiscais sobre prejuízo fiscal e diferenças temporais.

Resultado das companhias investidas registrado pela Itaúsa

O resultado recorrente proveniente das companhias investidas em 2019 foi de R\$ 10.289 milhões, 4,5% superior ao ano de 2018. O crescimento está associado principalmente ao melhor resultado do **Itaú Unibanco**, decorrente do aumento de 14,2% na Receita de Juros influenciada pelo crescimento da carteira de crédito (+10,8%), do crescimento de 6,9% nas Receitas de Prestação de Serviços e do controle das Despesas Não Decorrentes de Juros, a qual apresentou crescimento abaixo da inflação. Adicionalmente, cabe destacar o melhor desempenho da **Alpargatas**, que no primeiro ano sob nova liderança e com nova estratégia apresentou crescimento das operações Brasil e Internacional (+9,8% em receita líquida), resultado do reposicionamento do portfólio e rentabilidade crescente, fruto também da melhor gestão de custos e despesas. A **Duratex** se beneficiou da melhora no cenário econômico brasileiro e voltou a apresentar melhores indicadores de retornos favorecidos pelo incremento de 1,3% na receita líquida, otimização da sua base de ativos e maior eficiência operacional. Por fim, os resultados provenientes da **NTS** apresentaram crescimento, principalmente pelo maior recebimento de dividendos e pelo efeito do ajuste periódico do valor justo do ativo na Itaúsa.

O Resultado de Equivalência Patrimonial no 4º trimestre e em 2019 foi afetado por eventos não recorrentes relevantes, os quais totalizaram resultado positivo de R\$ 845 milhões no trimestre e R\$ 521 milhões no ano. Merecem destaque os ganhos auferidos pelo Itaú Unibanco decorrentes da abertura de capital da XP Investimentos e da reavaliação de crédito tributário com a majoração da alíquota da CSLL, compensados parcialmente por despesas relacionadas à constituição de provisões para contingências. A Duratex teve o seu resultado impactado, principalmente, pela receita da venda de terras e florestas ocorrida no 3T18 e 4T19, parcialmente compensada pela baixa de ativos no segmento de Paineis de Madeira, enquanto que a Alpargatas registrou efeito positivo decorrente de ganho com a venda de imóveis e em ação de exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS, parcialmente compensados por despesas com reestruturações e *impairment* de ágio.

Detalhes sobre o desempenho das companhias investidas estão descritos na seção "4. Comentários de Desempenho das Empresas Investidas" adiante.

Resultado próprio da Itaúsa

As **Despesas Administrativas** totalizaram R\$ 31 milhões e R\$ 125 milhões no 4T19 e 2019, respectivamente. Os aumentos de 34,8% e 37,4% ante os mesmos períodos do ano anterior decorrem principalmente da adequação da estrutura administrativa, da contratação de consultorias para suporte a projetos de *M&A* e de revisão e melhorias de processos e sistemas da área financeira, contratação de fiança e seguro para garantir processos judiciais, além do aumento no custo dos serviços de escrituração de ações devido ao crescimento acelerado da base de acionistas.

As **Despesas Tributárias** atingiram R\$ 22 milhões e R\$ 274 milhões no 4T19 e 2019, respectivamente, resultando em diminuição nesses períodos, fruto da redução nas despesas de PIS/COFINS em função do menor recebimento de JCP em 2019.

O **Resultado Financeiro** somou R\$ 49 milhões de despesa em 2019, redução de 26,9% em comparação a 2018, resultado, principalmente, do efeito da menor taxa de juros sobre a dívida.

O **Lucro Líquido** totalizou R\$ 10.312 milhões em 2019, representando incremento de 9,3% frente a 2018, decorrente do melhor resultado de todas as empresas investidas e dos efeitos não recorrentes destacados anteriormente. O lucro líquido recorrente foi de R\$ 9.765 milhões, 3,6% superior ao de 2018.

Reconciliação do Lucro Líquido Recorrente

	4T19	4T18	2019	2018
Lucro Líquido Recorrente	2.575	2.722	9.765	9.427
Inclusão/(Exclusão) dos Efeitos não Recorrentes D= (A + B + C)	875	(215)	546	9
Próprio (A)	-	(38)	27	(123)
Alienação de Ações da Elekeiroz	-	(38)	-	(123)
Alienação da Participação no Itaú Unibanco Centro Empresarial	-	-	27	-
Decorrentes de Participação Acionária no Setor Financeiro (B)	845	(19)	521	125
Movimentação de Ações em Tesouraria	7	41	221	188
Reavaliação do estoque de crédito tributário	758	-	758	-
Ganho em função da abertura de capital da XP Investimentos	739	-	739	-
Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	(489)	-	(489)	-
Constituição de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(127)	-	(127)	-
PDV - Plano de Demissão Voluntária	-	-	(536)	-
Provisão para Contingências Cíveis - Planos Econômicos	-	-	-	34
Realização de Ativos e Redução ao Valor Recuperável	(14)	(6)	(14)	(44)
Teste de Adequação de Passivo - TAP	25	(54)	25	(54)
Outros	(54)	-	(56)	1
Decorrentes de Participação Acionária no Setor não Financeiro (C)	30	(158)	(2)	7
Alpargatas	(44)	(51)	(77)	(52)
Duratex	46	(107)	47	59
Outras Empresas	28	-	28	-
Lucro Líquido	3.450	2.507	10.312	9.436

Nota: resultado de 2018 foi ajustado para refletir reclassificações entre recorrente e não recorrente relativo ao investimento em Alpargatas.

Indicadores das Principais Empresas do Portfólio Itaúsa

Apresentamos abaixo os principais indicadores das empresas do portfólio Itaúsa extraídos das Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS.

R\$ milhões	Janeiro a Dezembro			
Receitas Operacionais ⁽¹⁾	2019	192.110	3.712	5.012
	2018	171.748	3.380	4.949
Lucro Líquido ⁽⁶⁾	2019	27.113	274	406
	2018	24.907	332	432
Lucro Líquido Recorrente	2019	26.311	432	275
	2018	25.083	337	271
Patrimônio Líquido ⁽⁶⁾	2019	136.925	2.643	4.931
	2018	136.782	2.381	4.634
ROE anualizado sobre o PL Médio (%) ⁽²⁾⁽⁶⁾	2019	21,8%	11,0%	8,6%
	2018	20,4%	14,9%	8,8%
ROE Recorrente anualizado sobre o PL Médio (%) ⁽²⁾⁽⁶⁾	2019	21,1%	17,4%	5,8%
	2018	20,5%	15,2%	5,5%
Geração Interna de Recursos ⁽³⁾	2019	68.507	700	1.277
	2018	55.841	570	1.208
Participação Itaúsa ⁽⁴⁾⁽⁵⁾	2019	37,5%	28,9%	36,7%
	2018	37,6%	27,6%	36,7%

(1) As Receitas Operacionais por área de atuação foram obtidas conforme segue:

Itaú Unibanco Holding: Receita de Juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ajuste ao Valor Justo de Ativos e Passivos Financeiros, Receita de Prestação de Serviços, Resultados de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização e Outras Receitas.

Alpargatas e Duratex: Vendas de Produtos e Serviços.

(2) Representa a relação entre o Lucro Líquido do período e o Patrimônio Líquido Médio ((dez + set + jun + mar + dez'18)/5).

(3) Refere-se aos recursos provenientes das operações obtidos pela Demonstrações do Fluxo de Caixa.

(4) Corresponde a participação direta e indireta no Capital das companhias.

(5) As participações apresentadas consideram o total de ações emitidas menos ações em tesouraria.

(6) O Lucro Líquido, Patrimônio Líquido e ROE correspondem aos valores atribuíveis aos acionistas controladores.

4. Mercado de Capitais

Desempenho da ação

As ações preferenciais da Itaúsa (negociadas na B3 sob o código ITSA4) eram cotadas a R\$ 14,09 ao final do ano de 2019, apresentando valorização de 16,6% nos últimos 12 meses (ou 27,9% quando ajustadas por proventos), ao passo que o principal índice da B3, o Ibovespa, registrou apreciação de 31,6% no mesmo período.

O volume financeiro médio diário negociado das ações preferenciais da Itaúsa em 2019 foi de R\$ 282 milhões, com média diária de 28 mil negócios, evolução respectiva de 23,6% e 2,6% em comparação a 2018.

Evolução da base acionária

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia dispunha de 363,5 mil acionistas pessoas físicas, 179,7% superior aos 129,9 mil acionistas na mesma data do ano anterior.

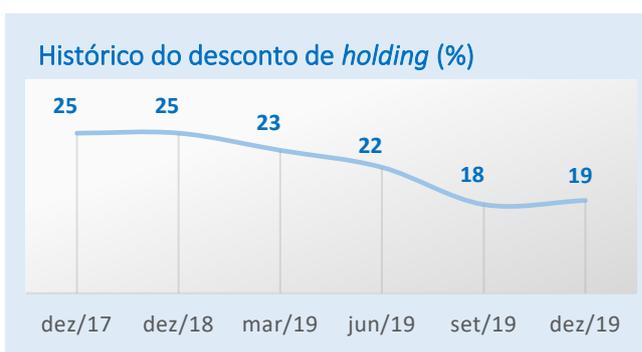
Desconto de *holding*

O desconto é um indicador resultante da diferença entre a cotação de mercado das ações da Itaúsa e o valor obtido através do somatório dos investimentos da *holding* a valores de mercado ('soma das partes'). Em 31 de dezembro de 2019 as ações da Itaúsa eram negociadas com desconto de 18,7%, redução de 6,3 p.p. em relação a 31.12.2018.

Parte do desconto é justificável pelas despesas de manutenção da *holding*, os impostos incidentes sobre uma fração dos proventos recebidos (ineficiência fiscal), a avaliação de risco, dentre outros fatores. A Administração da Itaúsa acredita que a redução observada pode estar relacionada à melhoria de alguns desses fatores e à maior percepção, pelo mercado, dos fundamentos que o justificam, e entende que o atual patamar ainda não reflete o nível adequado do indicador.

A capitalização de mercado em 31.12.2019, com base no valor da ação mais líquida (ITSA4), era de R\$ 118,5 bilhões, enquanto a soma das participações nas empresas investidas a valores de mercado totalizava R\$ 145,5 bilhões.

A área de Relações com Investidores divulga mensalmente em seu *website* esse informativo, o qual pode ser recebido por e-mail mediante cadastro em <http://www.itausa.com.br/pt/cadastre-se>.



5. Comentário de Desempenho das Empresas Investidas



Itaú Unibanco Holding S.A.

Destaques

Investimentos em tecnologia

Como pilar importante na estratégia, a tecnologia tem sido um dos focos de investimento para manter o banco atualizado e pronto para responder aos desafios do seu mercado e às expectativas dos seus clientes. O investimento em tecnologia entre 2016 e 2019 aumentou 54%, demonstrando compromisso com a evolução de soluções digitais, cibersegurança e melhores experiências aos clientes.

Investimento Social Privado / Distribuição do Valor Adicionado

O Itaú Unibanco investiu R\$ 846 milhões em projetos sociais voltados para educação, cultura, mobilidade, diversidade, dentre outros, sendo que 71% não foram objeto de leis de incentivo. Além disso, o banco adicionou R\$ 76 bilhões em valor à sociedade. Desse montante, R\$ 23 bilhões foram pagos em impostos, R\$ 20 bilhões em valor aos seus 95 mil colaboradores, R\$ 20 bilhões aos acionistas do Itaú Unibanco e R\$ 9 bilhões reinvestidos na operação.

Resultados

O Lucro Líquido¹ atingiu R\$ 8,7 bilhões no 4T19, representando evolução de 30,4% em relação ao mesmo período de 2018. O resultado foi impactado por efeitos não recorrentes no total de R\$ 2,2 bilhões, relacionados principalmente aos

R\$ milhões (exceto onde indicado)	4T19	4T18	Δ%	2019	2018	Δ%
Produto Bancário ²	33.396,0	28.718,0	16,3%	117.079,0	104.200,0	12,4%
Lucro Líquido ¹	8.674,0	6.653,0	30,4%	27.113,0	24.907,0	8,9%
ROE	27,3%	21,5%	5,7 p.p.	21,6%	20,4%	1,2 p.p.
ROE recorrente	20,2%	22,1%	- 1,8 p.p.	20,9%	20,5%	0,4 p.p.
Carteira de Crédito	709.438	640.544	10,8%	709.438	640.544	10,8%

ganhos decorrentes da abertura de capital da XP Investimentos, majoração da alíquota da CSLL e despesas referentes ao Programa de Desligamento Voluntário anunciado no 2º semestre. Se desconsiderados tais efeitos, o Lucro Líquido recuaria 5,6%, em função essencialmente da maior despesa com Perdas Esperadas de Créditos de Liquidação Duvidosa relacionadas principalmente ao crescimento da carteira de crédito. Em 2019, o Lucro Líquido¹ atingiu R\$ 27,1 bilhões, representando um aumento de 8,9% em relação ao ano de 2018, com retorno recorrente sobre o Patrimônio Líquido de 21,6%.

No ano, houve aumento de 12,4% no Produto Bancário² em comparação a 2018. As principais razões para esse resultado foram:

- I. Incremento de 14,2% nas **Receitas de Juros**² em função do crescimento das carteiras de crédito em todos os segmentos; e
- II. **O aumento de 6,9% na Receita de Prestação de Serviços e de Seguros**, devido ao aumento de 26,3% nas receitas de administração de fundos, do incremento de 61,7% nas receitas de serviços de assessoria econômico-financeira e corretagem e do crescimento nas comissões de cartões de crédito e de débito.

A **Perda Esperada de Ativos Financeiros e Sinistros** aumentou R\$ 8,4 bilhões em relação a 2018, principalmente devido ao aumento das perdas esperadas com operações de crédito no Brasil, como consequência do crescimento das carteiras de crédito no segmento de micro, pequenas e médias empresas e no segmento de pessoas físicas, e pelo rebaixamento de *ratings* de clientes específicos na América Latina no segmento de grandes empresas.

As **Despesas Gerais e Administrativas** cresceram 6,0% em 2019. Desconsiderando o efeito não recorrente gerado pelo Programa de Desligamento Voluntário, o aumento seria de 1,9%, abaixo da inflação acumulada no ano medida pelo IPCA, que foi de 4,3%.

Gestão do Capital e Liquidez

A Gestão de capital é primordial, pois é por meio dela que se busca otimizar a aplicação dos recursos e garantir a solidez do banco. Ao final de dezembro de 2019, o índice de capital de Nível I estava em 14,4%, acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil. O índice foi reforçado por emissões de dívidas realizadas durante o ano de 2019.

O crescimento da carteira de crédito combinado à rentabilidade do ano de 2019 possibilitou a distribuição de dividendos e JCP líquidos no montante de R\$ 18,8 bilhões.

i Para mais informações sobre os resultados do Itaú Unibanco, acesse: www.itaú.com.br/relacoes-com-investidores

¹ Atribuível aos acionistas controladores

² Ajustado aos efeitos fiscais sobre os instrumentos de *hedge* para os investimentos no exterior.

Destaques

Venda de participação da Alpargatas em operação na Argentina

A Alpargatas avançou no reposicionamento do portfólio e alocação de capital. Em linha com a revisão de ativos estratégicos, no 4T19 ocorreu a venda da participação na Alpargatas SAIC (sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes), detentora da marca Topper na Argentina e no mundo, por R\$ 260 milhões. Dessa forma, as operações na Argentina passaram a não ser mais consolidadas pela Alpargatas S.A., passando a ser contabilizados na rubrica "Resultado de Operações Descontinuadas", sem impacto na posição patrimonial e financeira.

Novo modelo de lojas *Store Lab*

A Companhia inaugurou um novo modelo de lojas para a Havaianas, Osklen e Mizuno, chamado de *Store Lab*. Os novos espaços oferecem serviços inovadores, como a interação dos clientes com painéis digitais que mostram opções de como os produtos podem ser usados no dia a dia, além de outras cores que combinam com a peça escolhida. A tecnologia permite que a Companhia teste e escale as inovações e lançamentos de forma acelerada e eficiente.

Resultados

A receita líquida consolidada cresceu 5,6% e 9,8% no 4T19 e em 2019 em relação ao 4T18 e 2018, respectivamente, refletindo o melhor desempenho de todos os negócios no Brasil (Havaianas, Mizuno e Osklen) e em 2019 do melhor resultado nas operações internacionais Havaianas.

R\$ milhões (exceto onde indicado)	4T19	4T18	Δ%	2019	2018	Δ%
Receita Líquida	1.142,7	1.081,8	5,6%	3.712,2	3.380,2	9,8%
EBITDA	214,5	158,0	35,8%	588,3	638,7	-7,9%
Lucro Líquido	135,0	118,3	14,1%	316,0	473,0	-33,2%
Lucro Líquido Recorrente	197,1	159,5	23,6%	431,6	333,2	29,5%
ROE	20,9%	20,4%	0,4 p.p.	12,7%	21,3%	- 8,6 p.p.
ROE recorrente	17,3%	15,0%	2,3 p.p.	30,5%	27,6%	2,9 p.p.

No 4T19, a receita líquida das operações no **Brasil**, representada pelas marcas Havaianas, Mizuno e Osklen, atingiu R\$ 1 bilhão, aumento de 6,8% comparado ao mesmo período de 2018, principalmente em razão da implementação do programa *Revenue Growth Management*, que resultou em avanço de preços e melhor mix de canais em Havaianas, parcialmente compensado pela redução no volume de vendas. Em **Sandálias Internacional** a receita líquida registrada no 4T19 foi de R\$ 133,9 milhões, 2,2% inferior ao reportado no 4T18, resultado principalmente da queda em APAC (Ásia e Pacífico) devido à revisão dos distribuidores na região. O lucro bruto cresceu 15,8% no 4T19 em comparação com o 4T18, com ganho de 4,5 p.p. na margem bruta, principalmente pelo desempenho das operações no Brasil, como resultado do melhor mix de canais e reajuste de preços.

O EBITDA recorrente do último trimestre de 2019 cresceu 16,7% atingindo R\$ 248,8 milhões, advindo da iniciativa de *Revenue Growth Management* no Brasil e da melhor administração de gastos e despesas da Companhia em relação ao 4T18 através dos projetos VIP 100% (*Value Improvement Program*) e OBZ (Orçamento Base Zero). Os principais itens não recorrentes que impactam o 4T19 estão relacionados ao ganho com a venda de imóveis e às despesas com reestruturações e provisão de incentivo de longo prazo de administradores. No acumulado do ano, o EBITDA recorrente foi de R\$ 619 milhões, crescimento de 18,3% em relação ao ano de 2018.

O lucro líquido recorrente no 4T19 foi de R\$ 197 milhões, crescimento de 23,6% na comparação com o mesmo período no ano anterior. Já o lucro líquido no 4T19, considerando as operações continuadas, foi de R\$ 135 milhões, crescimento de 14,1%.

O lucro líquido recorrente em 2019 foi de R\$ 431,6 milhões, valor 29,5% superior ao de 2018.

A geração operacional de caixa nos últimos 12 meses foi de R\$ 389 milhões e a posição de caixa líquida ao final de dezembro era de R\$ 299,2 milhões.

i Para mais informações sobre os resultados da Alpargatas, acesse: <https://ri.alpargatas.com.br>.



Destaques

Início da produção da nova linha 4.0 da unidade de Revestimentos Cerâmicos

Em outubro a unidade de Revestimentos Cerâmicos iniciou a operação de nova linha de produção, adicionando 6 milhões de m² à capacidade de produção anual da Duratex. A nova linha está alinhada à estratégia de gestão do portfólio da Companhia com foco em produtos de maior valor agregado. Adicionalmente, conta com conceito de indústria 4.0, que se traduz em maior controle de processos, maior eficiência, sendo 100% digital, considerada uma das mais modernas do mundo. Outro fator importante é que os atributos da marca ganham força e se integram aos da marca Portinari, com foco no público *high-end*.

Criação da *Joint Venture* para construção de fábrica de celulose solúvel

Com vistas a buscar menor exposição ao nível de atividade do mercado doméstico, além de reforçar a geração de valor, a Duratex anunciou em 19 de dezembro a aprovação final, em conjunto com a Companhia austríaca Lenzing AG, para a criação de uma *joint venture* para a produção e comercialização de celulose solúvel. Com início das operações previsto para o primeiro semestre de 2022, a Nova Companhia terá capacidade de produção anual de 500 mil toneladas de celulose solúvel e o investimento industrial será de aproximadamente R\$ 5,2 bilhões.

Resultados

A receita líquida consolidada no 4T19 totalizou R\$ 1.486 milhões, incremento de 17,6% em relação ao 4T18, impactada principalmente pelo efeito do reconhecimento de receita no trimestre da venda de terras e

R\$ milhões (exceto onde indicado)	4T19	4T18	Δ%	2019	2018	Δ%
Receita Líquida	1.486,2	1.263,4	17,6%	5.011,7	4.949,4	1,3%
EBITDA	596,8	(83,3)	-	1.359,2	1.545,9	-12,1%
Lucro Líquido	284,7	(142,0)	-	405,7	431,8	-6,0%
Lucro Líquido Recorrente	157,8	151,3	4,3%	275,1	271,2	1,4%
ROE	23,5%	-11,3%	-	8,5%	8,8%	- 0,3 p.p.
ROE recorrente	13,0%	12,1%	0,9 p.p.	5,8%	5,5%	0,3 p.p.

florestas ocorrida no 3T19, parcialmente compensada pela baixa de ativos da Unidade de Painéis de Madeira em Botucatu. Excetuado este efeito, a receita líquida apresentaria crescimento de 9,1%, fruto principalmente da incorporação dos resultados da Cecrisa, parcialmente compensado pelo menor volume expedido no segmento de madeira. Em 2019, a receita líquida consolidada, incluindo a venda de ativos florestais, teve um incremento de 1,3% em comparação com 2018, atingindo R\$ 5.012 milhões. Excluído este efeito, o crescimento seria de 4,8%.

A **Divisão Madeira** atingiu receita líquida de R\$ 829,8 milhões no 4T19, redução de 2,0% em relação ao 4T18. Excluído o efeito descrito acima e da venda do negócio de chapas de fibra do 4T18, a receita líquida unitária *pro forma* da divisão madeira seria 2,3% superior, decorrente da maior exposição a produtos com maior valor agregado.

A **Divisão Deca** apresentou receita líquida de R\$ 437,8 milhões, acréscimo de 18,8% em relação ao 4T18, como resultado da expansão de 16,1% no volume expedido, em resposta à melhora gradual de cenário econômico observada a partir do 2º semestre, e pela implementação bem sucedida da política comercial.

A **Divisão de Revestimentos Cerâmicos** obteve receita líquida de R\$ 218,6 milhões, 355,1% superior ao apurado no 4T18, e deve-se principalmente à consolidação integral dos resultados da Cecrisa e pelo maior volume de vendas, alinhado ao crescimento de mercado.

O EBITDA Consolidado no 4T19 foi de R\$ 596 milhões, revertendo o resultado negativo reportado no 4T18, que foi impactado por ajustes contábeis decorrentes da venda de terras e florestas e reestruturações da base de ativos. Excluindo estes efeitos, o EBITDA Consolidado recorrente cresceu 17,5% no 4T19, fruto essencialmente da consolidação integral dos resultados da Cecrisa, da expansão de margens da Divisão Deca e pela melhora na gestão de custos e despesas conduzida pela Duratex. O lucro líquido totalizou R\$ 284,7 milhões, revertendo o prejuízo apresentado no 4T18, como consequência dos fatores descritos acima. No ano de 2019, o EBITDA e lucro líquido recorrentes foram de R\$ 908,9 milhões e R\$ 275,1 milhões, respectivamente.

A dívida líquida era de R\$ 1.705 milhões ao final de dezembro e representava 1,88x o EBITDA ajustado e recorrente de 12 meses, apontando redução significativa do nível de alavancagem da companhia comparado a períodos anteriores, resultado da maior geração de caixa operacional e da bem sucedida estratégia de *liability management*.

i Para mais informações sobre os resultados da Duratex, acesse: www.duratex.com.br/ri



Resultados

No quarto trimestre de 2019, a receita líquida atingiu R\$ 1.113 milhões, 8,0% superior à observada no mesmo

R\$ milhões	4T19	4T18	Δ%	2019	2018	Δ%
Receita Líquida	1.113	1.032	7,8%	4.406	4.041	9,0%
Lucro Líquido	576	502	14,9%	2.218	1.934	14,7%

período do ano anterior em razão da correção anual dos contratos de transporte de gás. O lucro líquido no 4T19 totalizou R\$ 576 milhões, 15,0% superior frente ao 4T18. No acumulado do ano, a NTS registrou receita líquida de R\$ 4.406 milhões e lucro líquido de R\$ 2.218 milhões, um crescimento de 15% em comparação ao acumulado no exercício de 2018, fruto de um resultado financeiro líquido mais favorável, em função principalmente de menor despesa financeira, ocasionada pela reestruturação da dívida.

Dividendos e juros sobre capital próprio

No período de outubro a dezembro de 2019 foram recebidos pela Itaúsa dividendos/JCP brutos no montante de R\$ 40,3 milhões e no acumulado do ano R\$ 165,7 milhões. Em 2019 ocorreu redução do capital no valor total de R\$ 624,3 milhões, mediante restituição de capital aos acionistas, o qual resultou no recebimento do montante de R\$ 47,8 milhões pela Itaúsa, em dezembro de 2019, referente à sua participação na NTS.

i Para mais informações sobre os resultados da NTS, acesse: <https://ri.ntsbrasil.com>

6. Gestão de Pessoas

O Conglomerado Itaúsa contava com cerca de 112 mil colaboradores em 31.12.2019, incluindo 13 mil colaboradores em unidades no exterior. A estrutura da Itaúsa, dedicada a realização das atividades da holding, dispunha de 88 profissionais na mesma data.

7. Auditoria Independente – Instrução CVM nº 381

Procedimentos adotados pela sociedade

A política de atuação da Itaúsa e empresas controladas na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos auditores independentes fundamenta-se na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Estes princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No exercício de 2019 não foram contratados junto aos auditores independentes e partes a eles relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

Justificativa dos auditores independentes – PwC

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados à Itaúsa e suas controladas. A política de atuação com a Itaúsa na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa substancia-se nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente, e todos foram observados na prestação de referidos serviços.

8. Agradecimentos

Agradecemos aos acionistas pela confiança em nós depositada, a quem procuramos retribuir sempre com a obtenção de resultados diferenciados em relação ao mercado, e aos nossos colaboradores, pela dedicação e comprometimento com que têm contribuído para garantir o crescimento sustentável dos negócios.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO****Presidente**

Henri Penchas

Vice-Presidentes

Alfredo Egydio Setubal

Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela

Conselheiros

Paulo Setubal Neto

Rodolfo Villela Marino

Victório Carlos De Marchi

Conselheiros Suplentes

Edson Carlos De Marchi

Ricardo Egydio Setubal

Ricardo Villela Marino

CONSELHO FISCAL**Presidente**

Tereza Cristina Grossi Togni

Conselheiros

Eduardo Rogatto Luque

Flavio César Maia Luz

José Maria Rabelo

Paulo Ricardo Moraes Amaral

Conselheiros Suplentes

Carlos Eduardo de Mori Luporini

Felício Cintra do Prado Júnior

Guilherme Tadeu Pereira Júnior

Isaac Berensztein

João Costa

DIRETORIA**Diretor Presidente**

Alfredo Egydio Setubal (*)

Diretores Vice-Presidentes

Alfredo Egydio Arruda Villela Filho

Roberto Egydio Setubal

Rodolfo Villela Marino

Diretores Gerentes

Frederico de Souza Queiroz Pascowitch

Maria Fernanda Ribas Caramuru

Priscila Grecco Toledo

(*) *Diretor de Relações com Investidores***Contadora**

Sandra Oliveira Ramos Medeiros

CRC 1SP 220.957/O-9

ITAUSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

Balanço Patrimonial

(Em milhões de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.091	936	2.369	2.421
Títulos e valores mobiliários	6	1.213	1.030	1.213	1.030
Clientes	7	-	-	1.135	1.215
Estoques	8	-	-	853	798
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	9	171	270	141	85
Imposto de renda e Contribuição social a compensar		336	293	434	379
Outros tributos a compensar	10	2	2	91	71
Outros ativos	11	23	19	145	348
Total Circulante		2.836	2.550	6.381	6.347
Não Circulante					
Realizável a longo prazo		862	900	3.663	3.064
Ativos Biológicos	12	-	-	1.544	1.565
Depósitos judiciais		38	37	104	96
Benefícios a empregados	30.1.1	11	-	121	111
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	13	777	860	1.108	1.091
Outros tributos a compensar	10	-	-	17	14
Direito de uso	14	12	-	567	-
Outros ativos	11	24	3	202	187
Investimentos	15	54.766	54.810	53.040	52.831
Imobilizado	16	103	99	3.669	3.338
Intangível	17	4	1	723	423
Total não Circulante		55.735	55.810	61.095	59.656
TOTAL DO ATIVO		58.571	58.360	67.476	66.003
PASSIVO					
Circulante					
Fornecedores	18	6	5	631	444
Obrigações com pessoal		26	5	174	140
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	806	705
Debêntures	20	6	8	72	8
Imposto de renda e Contribuição social a recolher		-	-	58	18
Outros tributos a recolher	10	8	6	89	41
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	22.5.2	397	408	485	770
Arrendamentos	14	2	-	23	-
Outros passivos	11	7	4	238	216
Total Circulante		452	436	2.576	2.342
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	879	2.158
Debêntures	20	1.200	1.200	2.398	1.200
Arrendamentos	14	10	-	561	-
Provisões para contingências	21	1.338	1.285	1.673	1.448
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	13	-	-	213	259
Outros tributos a recolher	10	-	-	127	-
Benefícios a empregados	30.2	-	-	72	30
Outros Passivos	11	339	296	620	487
Total não Circulante		2.887	2.781	6.543	5.582
TOTAL DO PASSIVO		3.339	3.217	9.119	7.924
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	22.1	43.515	43.515	43.515	43.515
Reservas de capital	22.2	529	633	529	633
Reservas de lucros	22.2	12.950	12.706	12.950	12.706
Ajustes de avaliação patrimonial	22.4	(1.762)	(1.711)	(1.762)	(1.711)
Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores		55.232	55.143	55.232	55.143
Participação dos acionistas não controladores		-	-	3.125	2.936
Total do Patrimônio Líquido		55.232	55.143	58.357	58.079
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		58.571	58.360	67.476	66.003

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

Demonstração do Resultado

(Em milhões de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Receita líquida	23	-	-	5.008	5.375
Custos dos produtos e serviços	24	-	-	(3.718)	(4.006)
Lucro bruto		-	-	1.290	1.369
Receitas e despesas operacionais					
Despesas com vendas	24	-	-	(716)	(721)
Despesas gerais e administrativas	24	(123)	(85)	(387)	(342)
Resultado de participações societárias	15	10.436	9.724	10.272	9.537
Outras receitas e despesas	25	201	38	535	383
Total das receitas e despesas operacionais		10.514	9.677	9.704	8.857
Lucro antes do Resultado financeiro e dos Tributos sobre o lucro		10.514	9.677	10.994	10.226
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	26	374	270	496	446
Despesas financeiras	26	(495)	(555)	(760)	(853)
Total do Resultado Financeiro		(121)	(285)	(264)	(407)
Lucro antes dos Tributos sobre o lucro		10.393	9.392	10.730	9.819
Tributos sobre o lucro					
Imposto de renda e contribuição social correntes	27	-	(3)	(165)	(329)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	(81)	47	4	220
Total dos Tributos sobre o Lucro		(81)	44	(161)	(109)
Lucro líquido do exercício		10.312	9.436	10.569	9.710
Lucro líquido atribuível aos Acionistas Controladores		10.312	9.436	10.312	9.436
Lucro líquido atribuível aos Acionistas Não Controladores		-	-	257	274
Lucro líquido por ação - Básico e Diluído (Em Reais)					
Ordinárias		1,23	1,13	1,23	1,13
Preferenciais		1,23	1,13	1,23	1,13

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

Demonstração do Resultado Abrangente

(Em milhões de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro líquido do exercício	10.312	9.436	10.569	9.710
Outros resultados abrangentes				
Itens que serão reclassificados para o resultado (líquidos de impostos)				
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes	84	(27)	-	-
Ajuste a valor justo de ativos financeiros	-	-	678	(62)
Hedge	-	-	(5)	(426)
Variação cambial de investimentos no exterior	-	-	(589)	461
Itens que não serão reclassificados para o resultado (líquidos de impostos)				
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes	(135)	(61)	-	-
Remensuração em obrigações de benefício pós-emprego	-	-	(135)	(61)
Total de Outros resultados abrangentes	(51)	(88)	(51)	(88)
Total do Resultado abrangente	10.261	9.348	10.518	9.622
Atribuível aos Acionistas Controladores	10.261	9.348	10.261	9.348
Atribuível aos Acionistas Não Controladores	-	-	257	274

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

(Em milhões de Reais)

	Atribuível aos acionistas controladores						Participação dos não controladores	Total Consolidado	
	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados			Total Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2017	37.145	719	15.685	-	(1.623)	-	51.926	2.993	54.919
Transações com os acionistas									
Subscrição e integralização de capital	1.370	-	-	-	-	-	1.370	-	1.370
Aquisição de ações em tesouraria	-	-	-	(32)	-	-	(32)	-	(32)
Alienação/Cancelamento de ações em tesouraria	-	-	(32)	32	-	-	-	-	-
Aumento de capital com integralização de Reservas de lucros	5.000	-	(5.000)	-	-	-	-	-	-
Redução de participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	15	15
Reversão de dividendos prescritos	-	-	1	-	-	-	1	-	1
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio de exercícios anteriores	-	-	(5.002)	-	-	-	(5.002)	-	(5.002)
Equivalência patrimonial reflexa do Patrimônio líquido das controladas em conjunto	-	(86)	31	-	-	-	(55)	-	(55)
Outros resultados abrangentes									
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(88)	-	(88)	-	(88)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	9.436	9.436	274	9.710
Destinação do lucro									
Reserva legal	-	-	472	-	-	(472)	-	-	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio do exercício	-	-	-	-	-	(2.413)	(2.413)	(346)	(2.759)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio propostos	-	-	6.429	-	-	(6.429)	-	-	-
Reservas estatutárias	-	-	122	-	-	(122)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	43.515	633	12.706	-	(1.711)	-	55.143	2.936	58.079
Transações com os acionistas									
Redução de participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	5	5
Reversão de dividendos prescritos	-	-	1	-	-	-	1	-	1
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio de exercícios anteriores	-	-	(6.429)	-	-	-	(6.429)	-	(6.429)
Equivalência patrimonial reflexa do Patrimônio líquido das controladas em conjunto	-	(104)	(54)	-	-	-	(158)	-	(158)
Outros resultados abrangentes									
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(51)	-	(51)	-	(51)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	10.312	10.312	257	10.569
Destinação do lucro									
Reserva legal	-	-	516	-	-	(516)	-	-	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio do exercício	-	-	-	-	-	(3.586)	(3.586)	(73)	(3.659)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio propostos	-	-	3.729	-	-	(3.729)	-	-	-
Reservas estatutárias	-	-	2.481	-	-	(2.481)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	43.515	529	12.950	-	(1.762)	-	55.232	3.125	58.357

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Em milhões de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Ajustes para reconciliação do lucro líquido				
Lucro líquido antes do IR e CSLL	10.393	9.392	10.730	9.819
Resultado de participações societárias	(10.436)	(9.724)	(10.272)	(9.537)
Provisões para contingências	163	190	221	223
Juros e variações cambiais e monetárias (líquidas)	(99)	34	110	249
Depreciação, amortização e exaustão	5	3	726	825
Variação do valor justo dos Ativos biológicos	-	-	(126)	(148)
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	-	-	11	3
Resultado na venda de Investimentos, Imobilizado e Intangível	(27)	121	(317)	(502)
Outros	-	-	184	220
	(1)	16	1.267	1.152
Variações nos Ativos e Passivos				
(Aumento) Redução de Clientes	-	-	210	(262)
(Aumento) Redução em Estoques	-	-	43	(43)
(Aumento) Redução em Tributos a compensar	(22)	(27)	28	(15)
(Aumento) Redução em Outros ativos	247	381	193	383
Aumento (Redução) em Tributos a recolher	(1)	(18)	79	(91)
Aumento (Redução) em Fornecedores	-	4	144	131
Aumento (Redução) em Obrigações com pessoal	6	-	(6)	-
Aumento (Redução) em Outros passivos	(451)	(1.240)	(627)	(1.245)
	(221)	(900)	64	(1.142)
Caixa proveniente das operações				
	(222)	(884)	1.331	10
Pagamento de Imposto de renda e Contribuição social	-	-	(175)	(331)
Juros pagos sobre Empréstimos, financiamentos e Debêntures	(77)	(85)	(354)	(341)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades operacionais	(299)	(969)	802	(662)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de Investimentos	(154)	-	(154)	-
Alienação de Investimentos	-	45	-	45
(Aumento) Redução de capital social em investidas	48	53	(25)	11
Recebimento de juros sobre Debêntures	-	16	-	16
Aquisição de Imobilizado, Intangível e Ativos biológicos	(20)	(14)	(476)	(464)
Alienação de Imobilizado, Intangível e Ativos biológicos	37	-	598	561
Juros sobre o capital próprio e Dividendos recebidos	9.951	7.762	9.768	7.738
Caixa e Equivalentes de caixa de controladas incorporadas/adquiridas	304	-	(274)	-
Resgate de Debêntures	-	442	-	442
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	10.166	8.304	9.437	8.349
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Integralização de Capital social	-	664	-	664
(Aquisição) Alienação de Ações em tesouraria	-	(32)	3	(30)
Juros sobre o capital próprio e Dividendos pagos	22.3	(9.711)	(10.071)	(6.644)
Ingresso de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	19.2 e 20.2	-	1.207	431
Amortização de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	19.2 e 20.2	-	(1.358)	(909)
Amortização de passivos de arrendamento	14.2	(1)	(74)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(9.712)	(6.470)	(10.293)	(6.488)
Variação cambial sobre Caixa e equivalentes de caixa	-	-	2	4
Aumento (redução) líquido de Caixa e equivalentes de caixa	155	865	(52)	1.203
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	936	71	2.421	1.218
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.091	936	2.369	2.421
	155	865	(52)	1.203

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
Demonstração do Valor Adicionado

(Em milhões de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas	-	-	6.598	7.326
Vendas de produtos e serviços	-	-	6.211	6.667
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(11)	(15)
Outras receitas	-	-	398	674
Insumos adquiridos de terceiros	(79)	(190)	(4.021)	(4.652)
Custos dos produtos e serviços	-	-	(3.267)	(3.495)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(79)	(190)	(745)	(933)
Perda no valor recuperável	-	-	(9)	(224)
Valor adicionado bruto	(79)	(190)	2.577	2.674
Depreciação, amortização e exaustão	(5)	(3)	(726)	(825)
Valor adicionado líquido produzido	(84)	(193)	1.851	1.849
Valor adicionado recebido em transferência	11.016	10.154	10.977	10.144
Resultado de participações societárias	10.436	9.724	10.272	9.537
Receitas financeiras	374	270	496	446
Outras receitas	206	160	209	161
Valor adicionado total a distribuir	10.932	9.961	12.828	11.993
Distribuição do valor adicionado	10.932	9.961	12.828	11.993
Pessoal	38	12	853	857
Remuneração direta	35	12	686	691
Benefícios	2	-	122	123
FGTS	1	-	41	42
Outros	-	-	4	1
Impostos, taxas e contribuições	356	267	916	902
Federais	355	267	852	876
Estaduais	-	-	52	16
Municipais	1	-	12	10
Remuneração de capital de terceiros	226	246	490	524
Juros	226	246	490	523
Aluguéis	-	-	-	1
Remuneração de capital próprio	10.312	9.436	10.569	9.710
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	7.315	8.842	7.315	8.842
Lucros retidos	2.997	594	2.997	594
Participação dos acionistas não controladores nos lucros retidos	-	-	257	274

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA – INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando divulgado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (“ITAÚSA”) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída e existente segundo as leis brasileiras e está localizada na Av. Paulista nº 1938, 5º andar, Bela Vista, na cidade de São Paulo, SP, Brasil.

As ações da ITAÚSA estão registradas no Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob os códigos “ITSA3” para as ações ordinárias e “ITSA4” para as ações preferenciais. Além do Índice Bovespa – Ibovespa, as ações da ITAÚSA integram determinadas carteiras de segmentos na B3, destacando o Índice de Governança Corporativa – IGC e o Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE.

A ITAÚSA tem por objeto participar em outras sociedades, no País ou no exterior, para investimento em quaisquer setores da economia, inclusive por meio de fundos de investimento, disseminando nas investidas os seus princípios de valorização do capital humano, governança e ética nos negócios e geração de valor para os acionistas, de forma sustentável. A ITAÚSA é uma holding controlada pela família Egydio de Souza Aranha que detém 63,27% das ações ordinárias e 18,57% das ações preferenciais, resultando em 33,93% do capital total.

Por intermédio de suas controladas, controladas em conjunto e outros investimentos, a ITAÚSA participa dos mercados de serviços financeiros (“Itaú Unibanco Holding”), painéis de madeira, louças, metais sanitários, revestimentos cerâmicos e chuveiros elétricos (“Duratex”), calçados, artigos de vestuário e artigos esportivos (“Alpargatas”) e transporte de gás natural por meio de gasodutos (“NTS”). Para mais informações, vide nota 31 “Informações por Segmento”.

O portfólio de investimentos da ITAÚSA é composto das seguintes entidades:

	País de constituição	Atividade	% de Participação (Direta e Indireta)	
			31/12/2019	31/12/2018
Controladas em conjunto (Joint ventures)				
Itaú Unibanco Holding S.A. (“Itaú Unibanco”)	Brasil	Holding/Instituição Financeira	37,45%	37,55%
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A. (“IUPAR”)	Brasil	Holding	66,53%	66,53%
Alpargatas S.A. (“Alpargatas”)	Brasil	Calçados, Vestuários e Artigos Esportivos	28,88%	27,55%
Controladas				
Duratex S.A. (“Duratex”)	Brasil	Madeira, Louças e Metais Sanitários	36,65%	36,67%
Itaúsa Empreendimentos S.A. (“Itaúsa Empreendimentos”) ⁽¹⁾	Brasil	Prestação de Serviços	-	100,00%
Itautec S.A. (“Itautec”)	Brasil	Holding	100,00%	98,93%
ITH Zux Cayman Ltd. (“ITH Zux Cayman”)	Ilhas Cayman	Holding	100,00%	100,00%
Ativos financeiros				
Nova Transportadora do Sudeste S.A. – NTS (“NTS”)	Brasil	Transporte de gás natural	7,65%	7,65%

⁽¹⁾ Empresa incorporada pela ITAÚSA em 30 de agosto de 2019 (Nota 15.1.2).

Estas Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 17 de fevereiro de 2020.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da ITAÚSA foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* – IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, contudo, as IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das Demonstrações Contábeis.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela ITAÚSA na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

As Demonstrações Contábeis, Individuais e Consolidadas, foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto: (i) determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 4.1.1; (ii) os passivos de benefício definido que são reconhecidos a valor justo, com limitação de reconhecimento do ativo, conforme nota 30; e (iii) os ativos biológicos mensurados ao valor justo por meio do resultado, conforme demonstrado na nota 12.

2.3. Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação, sendo todos os saldos arredondados para milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A definição da moeda funcional reflete o principal ambiente econômico de operação da ITAÚSA e suas controladas.

Os ativos e passivos de subsidiárias com moeda funcional diferente do Real, quando aplicável, são convertidos como segue:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do Balanço;
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal;
- Ganhos e perdas de conversão são registrados na rubrica "Outros resultados abrangentes".

As transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício são reconhecidos no Resultado financeiro.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das Demonstrações Contábeis é requerido que a Administração da ITAÚSA e de suas controladas se utilizem de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os saldos de ativos, passivos, receitas e despesas durante os exercícios apresentados e em períodos subsequentes.

Os julgamentos, estimativas e premissas são baseados em informações disponíveis na data da elaboração das Demonstrações Contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Adicionalmente, quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores das Demonstrações Contábeis para os próximos exercícios, são os seguintes:

- Reconhecimento dos tributos diferidos (Notas 3.10, 13 e 27);
- Determinação do valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos (Notas 3.1.4 e 4.1.2);
- Provisões, Ativos e Passivos contingentes (Notas 3.14 e 21);
- Determinação do valor justo para ativos biológicos (notas 3.5 e 12);
- Reconhecimento de ativos e passivos relacionados a planos de previdência (Notas 3.11 e 30); e
- Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (*Impairment*) (Notas 3.9, 15.4, 16.4 e 17.4).

2.5. Consolidação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis Consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) / IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas.

A ITAÚSA consolida suas controladas a partir do momento em que obtém o controle sobre as mesmas. As Demonstrações Contábeis das controladas são elaboradas na mesma data-base das Demonstrações Contábeis da ITAÚSA, utilizando políticas e práticas contábeis consistentes. Quando necessário, ajustes são realizados nas Demonstrações Contábeis das controladas para adequar suas políticas e práticas contábeis às políticas contábeis da ITAÚSA.

Os montantes relativos aos acionistas não controladores, provenientes das controladas cuja participação societária detida pela ITAÚSA não corresponda à totalidade do Capital social, estão destacadas no Balanço Patrimonial na rubrica “Participação dos acionistas não controladores” e na Demonstração do Resultado na rubrica “Lucro Líquido atribuível aos Acionistas Não Controladores”.

As operações entre as empresas consolidadas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados.

2.6. Adoção das normas de contabilidade novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, conseqüentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes.

2.6.1. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC e ainda não adotadas pela ITAÚSA e suas controladas

CPC 00 (R2) / *Conceptual Framework* – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

O CPC 00 (R2) foi aprovado em 1º de novembro de 2019 e estabelece alterações no CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual, emitido em 2011. As principais alterações foram as seguintes: (i) define o objetivo do relatório financeiro; (ii) as características qualitativas da informação financeira útil; (iii) aprimoramento nas definições de ativo, passivo, receitas e despesas; (iv) critérios para a inclusão/remoção de ativos e passivos financeiros nas demonstrações contábeis; (v) orientação sobre as bases de mensuração; e (vi) conceitos e orientações sobre apresentação e divulgação.

As alterações do CPC 00 (R2) entram em vigor em 1º de janeiro de 2020 sendo que a ITAÚSA e suas controladas não estimam impactos significativos em suas Demonstrações Contábeis quando da sua adoção.

Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 14

Esta revisão estabelece alterações em diversos pronunciamentos, interpretações e orientações em decorrência: (i) alterações em diversos CPC's em função da edição do CPC 00 (R2); (ii) da alteração na definição de combinação de negócios no CPC 15; e (iii) da alteração da denominação do CPC 06 (R2) para Arrendamentos.

As alterações propostas pela revisão entram em vigor em 1º de janeiro de 2020 sendo que a ITAÚSA e suas controladas não estimam impactos significativos em suas Demonstrações Contábeis quando da sua adoção.

2.6.2. Normas e interpretações revisadas, já emitidas pelo CPC, adotadas pela ITAÚSA e suas controladas a partir de 1º de janeiro de 2019

CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos

O CPC 06 (R2) substituiu o CPC 06 (R1), bem como interpretações relacionadas, e eliminou a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento, que consiste em: (i) reconhecer, inicialmente, todos os arrendamentos no ativo e no passivo a valor presente; e (ii) reconhecer a depreciação do ativo e os juros do arrendamento separadamente no resultado.

O maior impacto decorrente da adoção do CPC 06 (R2) nas Demonstrações Contábeis da ITAÚSA, na data de transição, é oriundo dos efeitos apurados pela sua controlada Duratex e está relacionado às operações com arrendamento de terras rurais no valor presente de R\$488. Os demais arrendamentos compreendem imóveis administrativos, centro de distribuição e veículos no valor de R\$13. Esses valores foram contabilizados no ativo na rubrica “Direito de uso” e no passivo como “Arrendamentos”.

Os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa incremental sobre os seus empréstimos. Já os ativos de direitos de uso foram mensurados pelo valor igual ao do passivo de arrendamento, ajustados pelos valores dos pagamentos de arrendamentos antecipados ou acumulados referentes a esses arrendamentos reconhecidos no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial.

A ITAÚSA e suas controladas adotaram o CPC 06 (R2) pelo método de transição retrospectivo modificado, ou seja, o efeito da adoção foi reconhecido nos saldos de abertura em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas. Adicionalmente, para os contratos com prazo inferior a 12 meses ou de baixo valor, a ITAÚSA e suas controladas reconheceram os pagamentos como despesas em base linear ao longo do prazo dos mesmos.

Para mais informações, vide nota 14.

ICPC 22 / IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

A interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 / IAS 12 – Tributos sobre o Lucro quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos de tributos sobre o lucro (IRPJ e CSLL) pela autoridade fiscal.

Esta interpretação é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019. Não houve impactos significativos para as Demonstrações Contábeis da ITAÚSA e de suas controladas, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento dos tributos sobre o lucro estão amparados na legislação.

Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 13

O documento estabelece alterações a interpretações e pronunciamentos técnicos, principalmente, em relação a: (i) alterações em diversos CPC's em função da edição do CPC 06 (R2); (ii) alterações em participações de longo prazo em coligada, controlada e empreendimento controlado em conjunto; (iii) modificações no CPC 33 (R1) em decorrência de alteração, redução ou liquidação de planos de benefícios a empregados; e (iv) alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo de Melhorias 2015 – 2017.

Esta revisão é efetiva para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019 e não houve impactos significativos para as Demonstrações Contábeis da ITAÚSA e de suas controladas.

2.7. Reapresentação das Demonstrações Contábeis

Baseada nas orientações contidas no OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, a ITAÚSA está reapresentando o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado, relativos a 31 de dezembro de 2018, com o propósito de melhor apresentar suas informações contábeis, fundamentada sempre na representação fidedigna, na materialidade e na relevância das informações.

Segue abaixo as rubricas do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultado que estão sendo reapresentadas para melhor apresentação dos saldos:

Balanço Patrimonial

	Controladora			Consolidado		
	Divulgado	Reclassifica- ções	Reapresen- tado	Divulgado	Reclassifica- ções	Reapresen- tado
ATIVO						
Circulante						
Ativo financeiro mensurado a valor justo por meio do resultado	1.030	(1.030)	-	1.030	(1.030)	-
Títulos e valores mobiliários	-	1.030	1.030	-	1.030	1.030
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	270	-	270	-	85	85
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	293	-	293	399	(20)	379
Outros tributos a compensar	2	-	2	63	8	71
Outros ativos	19	-	19	402	(54)	348
Total Circulante	2.550	-	2.550	6.328	19	6.347
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Depósitos judiciais	37	-	37	-	96	96
Benefícios a empregados	-	-	-	-	111	111
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	920	(60)	860	1.294	(203)	1.091
Outros tributos a compensar	-	-	-	-	14	14
Outros ativos	4	(1)	3	427	(240)	187
	961	(61)	900	3.286	(222)	3.064
Intangível						
-	-	1	1	423	-	423
Total Não circulante	55.870	(60)	55.810	59.878	(222)	59.656
TOTAL DO ATIVO	58.420	(60)	58.360	66.206	(203)	66.003

	Controladora			Consolidado		
	Divulgado	Reclassifica- ções	Reapresen- tado	Divulgado	Reclassifica- ções	Reapresen- tado
PASSIVO						
Circulante						
Fornecedores	-	5	5	-	444	444
Obrigações com pessoal	-	5	5	-	140	140
Debêntures	28	(20)	8	8	-	8
Imposto de renda e Contribuição social a recolher	-	-	-	26	(8)	18
Outros tributos a recolher	7	(1)	6	29	12	41
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	408	-	408	772	(2)	770
Outros passivos	13	(9)	4	843	(627)	216
Total Circulante	456	(20)	436	2.383	(41)	2.342
Não circulante						
Debêntures	1.180	20	1.200	1.200	-	1.200
Provisões para contingências	1.285	-	1.285	1.448	-	1.448
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	60	(60)	-	462	(203)	259
Benefícios a empregados	-	-	-	-	30	30
Outros passivos	296	-	296	476	11	487
Total Não circulante	2.821	(40)	2.781	5.744	(162)	5.582
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	58.420	(60)	58.360	66.206	(203)	66.003

Demonstração do Resultado

	Controladora			Consolidado		
	Divulgado	Reclassifica- ções	Reapresen- tado	Divulgado	Reclassifica- ções	Reapresen- tado
Custo dos produtos e serviços	-	-	-	(4.011)	5	(4.006)
Lucro bruto	-	-	-	1.364	5	1.369
Receitas e despesas operacionais						
Despesas gerais e administrativas	(80)	(5)	(85)	(319)	(23)	(342)
Despesas tributárias	(308)	308	-	(310)	310	-
Outras receitas e despesas	38	-	38	376	7	383
	9.374	303	9.677	8.563	294	8.857
Lucro antes do Resultado financeiro e dos Tributos sobre o lucro	9.374	303	9.677	9.927	299	10.226
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	270	-	270	441	5	446
Despesas financeiras	(252)	(303)	(555)	(549)	(304)	(853)
	18	(303)	(285)	(108)	(299)	(407)
Lucro antes dos Tributos sobre o lucro	9.392	-	9.392	9.819	-	9.819
Lucro líquido do exercício	9.436	-	9.436	9.710	-	9.710

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Instrumentos financeiros

São reconhecidos na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

São baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, quando há certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou do título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.1.1. Ativos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são classificados e mensurados por meio: (i) da avaliação do modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) das características do seu fluxo de caixa contratual. As mensurações podem ser as seguintes:

- **Custo amortizado:** São aqueles cuja característica de fluxo de caixa corresponde, unicamente, ao pagamento de principal e juros e que sejam geridos em um modelo de negócios para obtenção dos fluxos de caixa contratuais do instrumento. São reconhecidos pelo método da taxa efetiva de juros.
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** São aqueles cuja característica de fluxo de caixa também corresponda ao pagamento de principal e juros, contudo, são geridos em um modelo de negócios que envolva a obtenção de fluxos de caixa tanto pela manutenção contratual, quanto pela venda do ativo. São reconhecidos em contrapartida dos “Outros resultados abrangentes” no Patrimônio Líquido.
- **Valor justo por meio do resultado (VJR):** São aqueles cuja característica de fluxo de caixa não corresponda somente ao pagamento de principal e juros ou que sejam geridos em um modelo de negócios para venda no curto prazo. São reconhecidos em contrapartida do resultado.

A ITAÚSA e suas controladas avaliam periodicamente a necessidade de reconhecimento de perdas ao valor recuperável (*impairment*) para todos os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Para fins de determinação da perda por *impairment* são considerados diversos elementos, tais como a situação creditícia de cada ativo financeiro, a análise da conjuntura econômica ou setorial e o histórico de perdas reconhecidas em períodos anteriores.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros, reconhecido em contrapartida do resultado. Se um ativo financeiro tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a taxa efetiva de juros atualizada determinada de acordo com o contrato.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida pode ser revertida caso haja uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

3.1.2. Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A ITAÚSA e suas controladas também poderão classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) se desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração.

3.1.3. Derivativos

Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que: (i) seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro; (ii) não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares; e (iii) sempre será liquidado em data futura. Somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.

São reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação registrados no resultado, exceto quando o derivativo for classificado como proteção de fluxo de caixa, sendo os ganhos e perdas da parcela efetiva registrados em “Outros resultados abrangentes” no Patrimônio líquido.

Os instrumentos financeiros derivativos são mantidos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. A ITAÚSA e suas controladas não realizam a contratação de derivativos de caráter especulativo. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

3.1.4. Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos, é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação, baseadas em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração e as condições de mercado existentes na data das Demonstrações Contábeis. As técnicas de avaliação incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da ITAÚSA e suas controladas.

A ITAÚSA e suas controladas classificam as mensurações de valor justo utilizando a hierarquia de valor justo, que reflete a significância dos dados utilizados no processo de mensuração, conforme demonstrado abaixo:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, mas que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
- Nível 3: preços baseados em variáveis não observáveis no mercado sendo, geralmente, obtidos internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A ITAÚSA e suas controladas entendem que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado, no entanto, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

3.2. Caixa e Equivalentes de caixa

Correspondem a recursos utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo e incluem o caixa em espécie, contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com liquidez imediata, prazo de vencimento igual ou inferior a três meses e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado. O caixa em espécie e as contas bancárias estão reconhecidos pelo custo amortizado. Já as aplicações financeiras estão reconhecidas pelo montante aplicado acrescidos dos rendimentos auferidos e não apresentam diferença significativa em relação ao seu valor de mercado, correspondendo assim ao seu valor justo.

3.3. Clientes

Correspondem aos valores a receber no decurso normal das atividades das controladas. São registradas, inicialmente, pelo valor justo da contraprestação a ser recebida acrescidas, quando aplicável, de variação cambial. Posteriormente, são mensuradas pelo custo amortizado e deduzidas das Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD). Referem-se, na sua totalidade, a operações de curto prazo e assim não são ajustadas a valor presente por não representar ajustes relevantes nas Demonstrações Contábeis. Estima-se que o valor justo destas contas a receber seja substancialmente similar ao seu valor contábil.

A PECLD é constituída com base em análise individual dos valores a receber considerando, principalmente: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; e (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal.

Uma vez que os recebíveis não possuem componente de financiamento significativo, com base em uma abordagem simplificada, a PECLD é registrada sobre toda a vida do recebível realizando a aplicação de um percentual calculado a partir de estudo histórico de inadimplência segregados por parâmetros de: (i) segmento; (ii) data de faturamento; e (iii) data de vencimento.

A matriz de risco será revisada anualmente, no entanto, o estudo poderá ser reavaliado caso a PECLD se comporte diferente do resultado esperado.

A PECLD é constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. As recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas na rubrica "Outras Receitas e Despesas", na Demonstração do Resultado.

3.4. Estoques

Estão mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo corresponde ao custo médio de aquisição ou de produção, avaliado com base na média ponderada móvel, o qual não excede aos valores de reposição ou de realização. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

A controlada Duratex possui política para constituição de provisão para perdas no estoque de baixa rotatividade ou obsoletos. A Administração considera que foram constituídas provisões para perda nos estoques em montantes suficientes.

3.5. Ativos Biológicos

As reservas florestais são reconhecidas ao seu valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita. Para plantações imaturas (até um ano de vida para florestas de Eucalipto e quatro anos para florestas de Pinus), considera-se que o seu custo se aproxima ao seu valor justo. A avaliação dos ativos biológicos é feita trimestralmente, ou na medida em que são concluídos inventários rotativos, sendo os ganhos ou perdas decorrentes do reconhecimento do valor justo reconhecidos na Demonstração de Resultado na rubrica de "Custo dos produtos e serviços". A exaustão, também apropriada na rubrica de "Custo dos produtos e serviços", é proveniente dos ativos colhidos no exercício e é formada pela parcela do custo de formação e da parcela referente ao diferencial do valor justo.

Foram adotadas diversas estimativas para avaliar as reservas florestais de acordo com a metodologia estabelecida pelo CPC 29 / IAS 41 – "Ativo biológico e produto agrícola". Essas estimativas foram baseadas em referências de mercado, as quais estão sujeitas a mudanças de cenário que poderão impactar as Demonstrações Contábeis. As metodologias utilizadas para avaliar o valor justo de ativos biológicos e uma análise de sensibilidade dos mesmos estão detalhadas na nota 12.

3.6. Investimentos

São representados por investimentos em empresas controladas, coligadas e controladas em conjunto, em decorrência da participação acionária da ITAÚSA nestas empresas. São reconhecidos, inicialmente, ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. Adicionalmente, estes investimentos incluem o montante de ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

Anualmente, a ITAÚSA avalia se há evidência objetiva de que o investimento nas controladas, coligadas e controladas em conjunto sofreu perda por desvalorização. Se assim for, a ITAÚSA calcula o montante da perda por desvalorização e reconhece o montante na Demonstração do Resultado.

A ITAÚSA não reconhece perdas adicionais em seus Investimentos em montante superior à sua participação acionária, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome das investidas.

3.6.1. Investimentos em controladas diretas e indiretas

Os investimentos em controladas são aqueles em que a ITAÚSA está exposta ou possui direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida além de possuir a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido.

Esses investimentos são consolidados integralmente para fins de apresentação das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

3.6.2. Investimentos em coligadas e controladas em conjunto

Coligadas são as investidas nas quais o investidor tem influência significativa, porém, não detém o controle.

Controladas em conjunto são as investidas as quais a ITAÚSA e um ou mais investidores mantêm o controle compartilhado das atividades operacionais e financeiras da entidade. Podem ser classificados como operações em conjunto ou *joint ventures*, dependendo dos direitos e das obrigações contratuais dos investidores.

A participação da ITAÚSA nos lucros ou prejuízos de suas controladas em conjunto e coligadas é reconhecida na rubrica “Resultado de participações societárias” na Demonstração do Resultado. Já a participação nas movimentações do Patrimônio Líquido das controladas em conjunto e coligadas também são reconhecidas em rubricas equivalentes do Patrimônio Líquido da ITAÚSA.

A ITAÚSA reconhece os efeitos da hiperinflação da Argentina oriundos de suas controladas em conjunto (Itaú Unibanco Holding e Alpargatas), conforme CPC 42 / IAS 29 – Contabilidade em Economia Hiperinflacionária.

3.6.3. Combinação de negócios

A combinação de negócios é o método utilizado para o reconhecimento de aquisições de investimentos, cuja característica é definida como um conjunto integrado de atividades e de ativos conduzidos e administrados com o propósito de fornecer retorno aos investidores, redução de custos ou ainda outros benefícios econômicos.

O referido método requer que os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos sejam mensurados pelo seu valor justo. Na empresa adquirente, a diferença entre o valor pago e o valor de livros do patrimônio líquido da empresa adquirida é reconhecida na rubrica de Investimento segregado em: (i) mais valia, quando o fundamento econômico está relacionado, substancialmente, ao valor justo dos ativos líquidos da adquirida; e (ii) ágio (*goodwill*), quando o montante pago supera o valor justo dos ativos líquidos e representa a expectativa de geração de valor no futuro.

Na combinação de negócios de empresas controladas, os ágios (*goodwill*) são classificados na rubrica de “Investimentos” nas Demonstrações Contábeis Individuais e classificadas na rubrica de “Intangível” nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Se o custo de aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente no resultado.

Os custos diretamente atribuíveis à aquisição deverão ser alocados diretamente ao resultado na medida em que são incorridos.

3.7. Imobilizado

Estão demonstrados pelo seu custo de aquisição, formação ou construção acrescidos de quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de formação/construção.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros e que possam ser mensurados com segurança.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado.

Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são reconhecidos no resultado na rubrica “Outras receitas e despesas”.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. Os terrenos não são depreciados.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada item. As estimativas de vida útil dos respectivos itens são revisadas ao final de cada exercício.

3.8. Intangível

Compreende bens incorpóreos e são reconhecidos quando: (i) provém de direitos legais ou contratuais; (ii) seu custo pode ser mensurável confiavelmente; e (iii) é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundo do seu uso.

Referem-se a ativos adquiridos ou produzidos internamente e podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. Os intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados, no mínimo, anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável, ou quando houver indícios de perdas.

3.8.1. Softwares

As licenças de *softwares* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. São amortizadas durante sua vida útil estimável com base no método linear.

3.8.2. Marcas e patentes

As marcas registradas e licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Não são amortizados, uma vez que possuem vida útil indefinida.

3.8.3. Carteira de clientes

É reconhecida apenas em uma combinação de negócios, pelo valor justo na data da aquisição. As relações com clientes têm vida útil definida e, portanto, são amortizadas. A amortização é calculada utilizando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

3.8.4. Ágio (Goodwill)

Conforme descrito na nota 3.6.3, o ágio representa o excesso entre o custo de uma aquisição e o valor justo da participação do comprador nos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida na data de aquisição. O ágio não é amortizado, mas seu valor recuperável é avaliado anualmente ou quando existe indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável, com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou seu valor em uso.

3.9. Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros – Investimento, Imobilizado e Intangível

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso é calculado por meio de metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, condições de mercado e os riscos de negócio.

Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa).

Os ativos com vida útil definida, aqueles sujeitos à depreciação ou amortização, são avaliados apenas se existirem evidências objetivas (eventos ou mudanças de circunstâncias) de que o valor contábil pode não ser recuperável. Nesse sentido são considerados os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos.

Para os ativos de vida útil indefinida a ITAÚSA e suas controladas realizam a avaliação do valor recuperável no mínimo anualmente ou quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis.

Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, uma provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida pode ser revertida caso haja uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado. A perda por redução ao valor recuperável do ágio não pode ser revertida.

3.10. Imposto de renda e Contribuição social

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são apurados conforme a legislação tributária vigente pertinente a cada tributo. Sobre o lucro tributável incide as alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o excedente de R\$240 mil, para o IRPJ e 9% para a CSLL. Eventuais alterações na legislação fiscal relacionadas com as alíquotas tributárias são reconhecidas no exercício em que entram em vigor.

São reconhecidos na Demonstração do Resultado, na rubrica “Tributos sobre o Lucro”, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no Patrimônio líquido ou no Resultado abrangente.

O IRPJ e a CSLL correntes são apresentados líquidos no Balanço Patrimonial, por entidade contribuinte, e se aproximam dos montantes a serem pagos ou recuperados, podendo estar segregados entre Circulante e Não circulante conforme a expectativa de compensação/liquidação. Com relação ao IRPJ e CSLL diferidos são reconhecidos sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias sobre as bases fiscais dos ativos e passivos, somente na proporção da probabilidade de apuração de lucro tributável futuro e possibilidade de utilização das diferenças temporárias realizadas, e estão apresentados no não circulante pelo seu montante líquido quando há o direito legal e a intenção de compensá-los, em geral, com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

Na determinação dos tributos diferidos, a ITAÚSA e suas controladas avaliam o impacto das incertezas nas posições fiscais tomadas. Esta avaliação baseia-se em estimativas e premissas e envolvem uma série de julgamentos sobre eventos futuros, tais como projeções econômico-financeiras, cenários macroeconômicos e a legislação fiscal pertinente. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levaria a ITAÚSA e suas controladas a mudar seu julgamento com relação aos tributos já reconhecidos, reconhecendo estes impactos no exercício em que foram realizadas.

3.11. Benefícios a empregados (Planos de previdência privada e Planos de assistência médica)

A ITAÚSA e suas controladas patrocinam planos de previdência privada e de assistência médica a seus empregados com as características de benefício definido e contribuição definida.

3.11.1. Planos de benefício definido

A ITAÚSA e suas controladas reconhecem as obrigações dos planos de benefício definido se o valor presente da obrigação, na data da Demonstração Contábil, é maior que o valor justo dos ativos do plano. O valor presente dos compromissos é apurado com base em avaliação atuarial, elaborada anualmente por atuários independentes, com base no Método do Crédito Unitário Projetado. O ativo líquido é composto, substancialmente, pelos investimentos que compõem a carteira do plano de benefícios, que são avaliados pelo seu valor justo.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefício definido são reconhecidos diretamente no Patrimônio líquido na rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial”. Os custos com serviços passados e os juros sobre o déficit/superávit atuarial são reconhecidos no resultado do exercício em que ocorrem.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, em contrapartida do resultado, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano, conforme legislação vigente e regulamento do plano.

A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano é paritária entre as patrocinadoras e os participantes.

3.11.2. Plano de contribuição definida

As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que essas contribuições levarem a uma redução efetiva dos pagamentos futuros.

3.12. Plano de remuneração baseado em ações

São oferecidos a determinados executivos um plano de remuneração baseado em ações (*Stock Options*), segundo o qual são recebidos os serviços dos executivos como contraprestação das opções de compra de ações outorgadas. O valor justo das opções outorgadas é reconhecido como despesa em contrapartida ao Patrimônio líquido, durante o exercício no qual os serviços dos executivos são prestados e o direito é adquirido. O plano será liquidado exclusivamente com a entrega de ações.

O valor justo das opções outorgadas é calculado na data da outorga das opções utilizando modelos de precificação de opções que levam em conta o preço de exercício da opção, a cotação atual, a taxa de juros livre de risco e a volatilidade esperada do preço da ação sobre a vida da opção.

Ao término de cada exercício são revisadas as estimativas da quantidade de ações que espera que sejam emitidas, com base nas condições de aquisição de direitos.

3.13. Empréstimos e Debêntures

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Subsequentemente, são mensurados pelo custo amortizado, ou seja, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos que possuem instrumentos derivativos de proteção são avaliados ao seu valor justo.

Os custos dos empréstimos e debêntures que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Quando não relacionado a ativo qualificável, os custos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

3.14. Provisões e Ativos e Passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, que seja provável a necessidade de uma saída de recursos para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. São mensuradas pela melhor estimativa do valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação e que reflitam seus riscos específicos. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

A avaliação da probabilidade de perda, por parte dos consultores jurídicos da ITAÚSA e suas controladas, inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. As estimativas e premissas utilizadas no registro das provisões são revisadas periodicamente.

Os passivos contingentes, avaliados como de risco de perda possível ou remoto, não são provisionados, sendo divulgados em nota explicativa somente os valores classificados como possível.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e quando da confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito seja provável, são divulgados nas notas explicativas.

As atualizações das provisões, bem como as atualizações dos depósitos judiciais efetuados para garantia dos processos em discussão, são apropriadas no Resultado financeiro conforme previsão contratual ou por índice previsto em legislação.

3.15. Capital social e Ações em tesouraria

3.15.1. Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis para sua emissão.

3.15.2. Ações em tesouraria

A recompra de ações próprias são reconhecidas ao custo médio de aquisição e classificadas como dedução no Patrimônio líquido na rubrica de "Ações em Tesouraria". Quando estas ações são disponibilizadas para a alienação, a baixa é realizada pelo custo médio e o ganho ou perda são reconhecidos na rubrica de "Reservas de lucros". O cancelamento de ações em tesouraria é reconhecido como uma redução também na rubrica de "Reservas de lucros", pelo preço médio das ações em tesouraria na data do cancelamento.

3.16. Dividendos e Juros sobre o capital próprio - JCP

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano, ajustados na forma prevista no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, por meio de pagamentos trimestrais, ou com intervalos menores, no decorrer do próprio exercício e até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as respectivas Demonstrações Contábeis. Os valores de dividendo mínimo estabelecido no estatuto social são reconhecidos como passivo, líquidos dos pagamentos já realizados, em contrapartida do Patrimônio líquido. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral.

O dividendo mínimo obrigatório poderá ser pago em quatro parcelas ou mais, no mínimo trimestralmente, ou com intervalos menores. Na antecipação trimestral é utilizada a posição acionária do último dia do mês anterior como base de cálculo, sendo o pagamento efetuado no primeiro dia útil do mês subsequente.

Os dividendos a receber das controladas, coligadas e controladas em conjunto são reconhecidos como ativo nas Demonstrações Contábeis quando da deliberação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral das mesmas, em contrapartida da rubrica de "Investimentos".

O Conselho de Administração poderá deliberar o pagamento de JCP. Para fins de atendimento às normas fiscais, são reconhecidos em contrapartida à rubrica de "Despesas financeiras". Para fins de preparação das referidas Demonstrações Contábeis, são revertidos do resultado em contrapartida do Patrimônio líquido e imputados ao saldo dos dividendos do exercício.

Para o JCP a receber, quando deliberado pelo Conselho de Administração das controladas, coligadas e controladas em conjunto, os mesmos são inicialmente registrados na rubrica de "Receitas financeiras", para fins fiscais, e, concomitantemente, revertidos dessa rubrica em contrapartida da rubrica de "Investimentos".

3.17. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante cada exercício. O lucro diluído por ação é calculado pelos mesmos indicadores ajustados por instrumentos potencialmente conversíveis em ações e com efeito diluidor.

3.18. Receitas

Compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da ITAÚSA e suas controladas. Está apresentada líquida dos impostos, das devoluções, descontos, bonificações e abatimentos concedidos, bem como das eliminações de venda entre empresas do grupo.

São reconhecidas quando o valor for mensurado com segurança e que seja provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos, para cada tipo de receita, tiverem sido atendidos.

4.1.2. Valor justo dos instrumentos financeiros

Para apuração do valor justo, a ITAÚSA e suas controladas projetam os fluxos de caixa descontados dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, e considerando também o risco de crédito próprio, de acordo com o CPC 46 – Mensuração do valor justo. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares, assim como pela alteração diária das taxas de juros futuros negociadas na B3.

As operações com instrumentos financeiros que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato de que estes instrumentos financeiros possuem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

A Administração elegeu designar determinados empréstimos e financiamentos como passivos a valor justo por meio do resultado. A adoção do valor justo justifica-se por uma necessidade de evitar o descasamento contábil entre o instrumento de dívida e o instrumento de proteção contratado que também é mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros relevantes, que diferem do valor contábil ou que são mensuradas a valor justo subsequentemente, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

- Derivativos: (i) o valor justo do *swap* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado; e (ii) o valor justo do NDF (*Non Deliverable Forward*) relacionado a contratos em moeda estrangeira é determinado com base nas taxas de câmbio futuras descontadas a valor presente.
- Debêntures e Empréstimos e financiamentos: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.
- Outros débitos (Aquisição NTS): é mensurado por meio de modelo de precificação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio da curva de mercado de juros futuros.

Adicionalmente, na rubrica de Títulos e valores mobiliários encontra-se registrada a participação societária de 7,65% na NTS (Nota 6), mensurada a valor justo por meio do resultado e cujo nível de hierarquia é 3. O valor justo do investimento é calculado com base no fluxo de caixa futuro correspondente à ITAÚSA descontado a valor presente à taxa que corresponde ao custo de capital próprio que, em 31 de dezembro de 2019, corresponde à 13,6% (15,6% em 31 de dezembro de 2018). As premissas consideradas para o cálculo do custo da capital próprio levam em consideração: (i) risco país; (ii) taxa livre de risco de títulos do tesouro americano (com vencimento em 10 anos); (iii) prêmio de risco de mercado; (iv) beta de alavancagem considerando empresas com modelo de negócio semelhantes; e (v) diferencial de inflação entre mercado externo (Estados Unidos) e interno.

4.1.3. Derivativos

Nas operações com derivativos não existem verificações, liquidações mensais ou chamadas de margem, sendo todos os contratos liquidados em seus vencimentos e mensurados ao valor justo por meio do resultado, considerando as condições de mercado, quanto a prazo e taxas de juros. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 apenas a controlada Duratex apresentou operações com derivativos.

Segue abaixo os tipos de contratos vigentes:

- *Swap* US\$ x CDI: contratos com o objetivo de transformar dívidas em dólares dos Estados Unidos em dívidas em reais indexadas ao CDI;
- *Swap* Pré x CDI: contratos com o objetivo de transformar dívidas com taxas pré-fixadas de juros em dívidas indexadas ao CDI;
- *Swap* IPCA + Pré x CDI: contratos com o objetivo de transformar dívidas com taxas IPCA + pré-fixadas de juros em dívidas indexadas ao CDI; e

- NDF (*Non Deliverable Forward*): contrato com o objetivo de mitigar a exposição cambial. Nesta operação o contrato é liquidado no seu respectivo vencimento, considerando-se a diferença entre a taxa de câmbio a termo (NDF) e a taxa de câmbio do fim do período (Ptax).

Segue abaixo o quadro contendo as principais informações a respeito dos derivativos:

Derivativo	Posição	Consolidado					
		Notional (R\$)		Valor justo		Efeito acumulado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Swaps							
US\$	Ativa	3	355	3	393	-	32
Pré	Ativa	385	385	395	395	6	5
IPCA + Pré	Ativa	94	44	103	44	9	-
CDI	Passiva	(482)	(784)	(487)	(795)	-	-
NDF							
R\$ x US\$		107	137	106	136	1	2

4.2. Gerenciamento de riscos

Pelo fato dos resultados da ITAÚSA estarem diretamente atrelados às operações, às atividades e aos resultados de suas investidas, a ITAÚSA está exposta, essencialmente, aos riscos das empresas de seu portfólio.

Por meio de sua alta administração a ITAÚSA participa nos conselhos de administração e comitês de assessoramento das empresas investidas, além da presença de membros independentes com experiência nos respectivos mercados de atuação, são estimuladas boas práticas de gerenciamento de riscos e *compliance*, incluindo integridade. Como exemplos dessa atuação estão a participação de membros da ITAÚSA: (i) no Comitê de Gestão de Riscos e Capital do Itaú Unibanco; (ii) no Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos da Duratex; e (iii) no Comitê de Auditoria Estatutário da Alpargatas.

A ITAÚSA segue as diretrizes constantes em sua Política de Gerenciamento de Riscos, aprovada pelo Conselho de Administração, onde são definidas: (i) as principais diretrizes na gestão e no controle de riscos, em linha com o apetite a riscos estabelecido pelo Conselho de Administração; (ii) a metodologia do processo de gerenciamento de riscos; (iii) as diretrizes e orientações à área de *Compliance* e Riscos Corporativos na implementação do programa de integridade; e (iv) as revisões dos normativos da ITAÚSA, submetendo-os, quando necessário, à avaliação e à aprovação do Conselho de Administração. Adicionalmente, as controladas que não tenham política própria devem seguir os termos dessa política, observadas as suas respectivas estruturas de gestão.

A ITAÚSA possui uma Comissão de Sustentabilidade e Riscos com o objetivo de avaliar os instrumentos de proteção/mitigação dos riscos identificados como, por exemplo, a eventual contratação de apólices de seguros.

4.2.1. Riscos de mercado

Os riscos de mercado envolvem, principalmente, a possibilidade de oscilação nas taxas de juros e taxas de câmbio. Estes riscos podem resultar em redução dos valores dos ativos ou aumento de seus passivos em função das taxas negociadas no mercado.

Em relação aos riscos de taxa de câmbio, a controlada Duratex possui uma Política de Endividamento que estabelece o montante máximo denominado em moeda estrangeira que pode estar exposta a variações da taxa de câmbio. Em função dos procedimentos de gerenciamento de riscos, são realizadas pela Administração avaliações periódicas das exposições cambiais, com o objetivo de mitigá-las, além de manter mecanismos de “*hedge econômico*” que visam proteger grande parte de sua exposição cambial.

Em relação aos riscos de taxas de juros são aqueles que podem fazer com que a ITAÚSA e suas controladas sofram perdas econômicas devido a alterações adversas nessas taxas. Esse risco é monitorado continuamente pela Administração com o objetivo de se avaliar eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para se proteger contra a volatilidade destas taxas. Em relação às aplicações financeiras, os rendimentos estão indexados à variação do CDI e com resgate garantido pelos bancos emissores, de acordo com as taxas contratadas nos casos de aplicações em CDB's, ou pelo valor da quota no dia de resgate para os fundos de investimento.

4.2.1.1. Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças das variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro representativo. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises.

As informações demonstradas no quadro mensuram contextualmente o impacto nos resultados da ITAÚSA e das controladas em função da variação de cada risco destacado até a data de vencimento destas operações. São apresentados o cenário provável (cenário base) e mais dois cenários, nos termos determinados pela Instrução CVM nº 475/08, representando a deterioração da variável de risco em 25% (possível) e 50% (remoto). O cenário provável foi definido por meio de premissas disponíveis no mercado (B3 e Bloomberg).

Controladora						
	Indexador/ Moeda	Risco	Taxas projetadas	Cenário Provável	Cenário Possível (+25%)	Cenário Remoto (+50%)
Passivos						
Outros débitos (Aquisição NTS)	US\$	Aumento do Dólar	R\$ 4,08	(334)	(417)	(501)
Total				(334)	(417)	(501)
Consolidado						
	Indexador/ Moeda	Risco	Taxas projetadas	Cenário Provável	Cenário Possível (+25%)	Cenário Remoto (+50%)
Passivos						
Outros débitos (Aquisição NTS)	US\$	Aumento do Dólar	R\$ 4,08	(334)	(417)	(501)
Empréstimo Pré Swap - Pré x CDI	CDI	Aumento do CDI	4,62% a.a.	(4) 4	(3) 3	(2) 2
Empréstimo IPCA + Pré Swap - IPCA + Pré x CDI	CDI	Aumento do CDI	4,62% a.a.	(17) 17	9 (9)	42 (42)
Empréstimo US\$ Swap - US\$ x CDI	US\$	Aumento do Dólar Queda do Dólar	R\$ 4,02 R\$ 4,02	- -	1 (1)	2 (2)
Empréstimo US\$ NDF - US\$ x BRL	US\$	Aumento do Dólar Queda do Dólar	R\$ 4,02 R\$ 4,02	- -	(26) 26	(53) 53
Total				(334)	(417)	(501)

4.2.2. Riscos de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da ITAÚSA e suas controladas não realizarem seus direitos. Essa descrição está relacionada, principalmente, às rubricas abaixo, sendo a exposição máxima ao risco de crédito refletida pelos saldos contábeis das mesmas:

(a) Clientes

A controlada Duratex possui política formalizada para a concessão de créditos, com o objetivo de estabelecer os procedimentos a serem seguidos na concessão de crédito em operações comerciais de venda de produtos e serviços, no mercado interno e externo. Para a concessão de crédito, os clientes são classificados considerando o tempo de cadastro e seus históricos de pagamentos, sendo avaliados, dentre outros aspectos, suas Demonstrações Contábeis, a fim de identificar sua capacidade de pagamentos associada a uma probabilidade de *default*.

O limite de crédito poderá ser definido com base num percentual da receita líquida, do patrimônio líquido, ou uma combinação entre estes, considerando ainda o volume médio de compras mensais, mas sempre amparado pela avaliação da situação econômico-financeira, documental, restritiva e comportamental do cliente. Conforme o limite de crédito são estabelecidas garantias financeiras, sendo os limites de crédito avaliados periodicamente de modo a manter a diversificação de sua carteira e a diminuir a exposição ao risco. Não existe risco significativo de concentração de crédito de clientes.

(b) Caixa e Equivalentes de caixa

A ITAÚSA e suas controladas possuem políticas formalizadas para a gestão de recursos junto às instituições financeiras visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade dos recursos. Os normativos internos determinam que as aplicações financeiras devem ser realizadas em instituições financeiras de primeira linha e sem concentrar recursos em aplicações específicas, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas. A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a ITAÚSA e suas controladas a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

4.2.3. Riscos de liquidez

O risco de liquidez corresponde ao risco da ITAÚSA e suas controladas não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A controlada Duratex possui política de endividamento que tem por objetivo definir os limites e parâmetros de endividamento e recursos disponíveis mínimos, sendo este último o maior dos seguintes valores: (i) montante equivalente a 60 dias de receita líquida consolidada do último trimestre; ou (ii) serviço da dívida mais dividendos e ou juros sobre o capital próprio previstos para os próximos seis meses.

Adicionalmente, a Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, principalmente, o pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio e outras obrigações assumidas.

A ITAÚSA e suas controladas investem o excesso de caixa escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez adequada para fornecer margem suficiente em relação às previsões de saída de recursos.

Com o propósito de manter os investimentos em níveis aceitáveis de risco, novos investimentos ou aumentos de participação são discutidos em reunião conjunta da Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da ITAÚSA.

O quadro abaixo demonstra os vencimentos dos passivos financeiros de acordo com os fluxos de caixa não descontados:

	Controladora				Total
	Menos de 1	Entre 1 e 2	Entre 3 e 5	Acima de 5	
	ano	anos	anos	anos	
Debêntures	6	400	800	-	1.206
Fornecedores	6	-	-	-	6
Obrigações com pessoal	26	-	-	-	26
Arrendamentos	2	4	4	2	12
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	397	-	-	-	397
Outros débitos	7	339	-	-	346
	444	743	804	2	1.993
	Consolidado				Total
	Menos de 1	Entre 1 e 2	Entre 3 e 5	Acima de 5	
	ano	anos	anos	anos	
Empréstimos e financiamentos	806	803	30	46	1.685
Debêntures	72	400	1.399	599	2.470
Fornecedores	631	-	-	-	631
Obrigações com pessoal	174	-	-	-	174
Arrendamentos	23	31	28	502	584
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	485	-	-	-	485
Outros débitos	238	620	-	-	858
	2.429	1.854	1.457	1.147	6.887

A projeção orçamentária para o próximo exercício, aprovada pela Administração, demonstra capacidade e geração de caixa para cumprimento das obrigações.

4.2.3.1. Cláusulas restritivas (*covenants*)

A controlada Duratex e a controlada indireta Cecrisa possuem determinados contratos de Empréstimos, financiamentos e Debêntures que estão sujeitos a determinadas cláusulas restritivas (*covenants*), de acordo com as práticas usuais de mercado, e que, quando não cumpridas, podem acarretar um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. Segue abaixo a relação de *covenants* financeiros das controladas:

(a) Empréstimos e financiamentos – Duratex (contratos com o BNDES)

- EBITDA (*) / Despesa financeira líquida: igual ou superior a 3,00;
- EBITDA (*) / Receita operacional líquida: igual ou maior que 0,20;
- Patrimônio líquido / Ativo Total: igual ou maior que 0,45.

(b) Debêntures - Duratex

- Dívida líquida / EBITDA (*) menor ou igual a 4,0

(c) Debêntures - Cecrisa (controlada indireta)

- Dívida financeira líquida / EBITDA (*): menor ou igual a 2,5
- Dívida financeira líquida + Impostos parcelados / EBITDA (*) menor ou igual a 3,0
- EBITDA (*) / Despesas financeiras: maior ou igual a 1,5

(*) EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) lucro antes dos juros e impostos (sobre o lucro) depreciação e amortização.

A manutenção dos *covenants* está baseada nas Demonstrações Contábeis das controladas Duratex e Cecrisa e, caso as referidas obrigações contratuais não sejam cumpridas, as mesmas deverão oferecer garantias adicionais.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 todas as obrigações contratuais acima, relativas à controlada Duratex, foram atendidas em sua plenitude. Com relação à controlada indireta Cecrisa, o EBITDA foi afetado pelos ajustes no resultado da mesma decorrentes da reestruturação pós aquisição pela Duratex. Isto, no entanto, não caracterizou, até o momento, decretação de inadimplemento, não cumprimento ou vencimento antecipado de obrigação contratual de qualquer natureza. Adicionalmente, a Administração da Cecrisa já tomou providências necessárias junto à instituição financeira para obtenção de “*waiver*” para tal item contratual.

4.3. Gestão de capital

A ITAÚSA e suas controladas fazem a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus acionistas, inclusive pela otimização do custo de capital e controle do nível de endividamento, pelo monitoramento do índice de alavancagem financeira, que corresponde à relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	1.685	2.863
Debêntures	20	1.206	1.208	2.470	1.208
(-) Caixa e Equivalentes de caixa	5	(1.091)	(936)	(2.369)	(2.421)
Dívida líquida		115	272	1.786	1.650
Patrimônio líquido	22	55.232	55.143	58.357	58.079
Índice de alavancagem financeira		0,2%	0,5%	3,1%	2,8%

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e Bancos	-	-	213	174
Aplicações financeiras	1.091	936	2.156	2.247
Renda fixa	-	-	75	42
Certificado de Depósitos Bancários - CDB	-	-	958	948
Fundos de investimento	1.091	936	1.123	1.257
Total	1.091	936	2.369	2.421

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31/12/2017	943
Valor justo	140
Redução de capital	(53)
Saldo em 31/12/2018	1.030
Valor justo	231
Redução de capital	(48)
Saldo em 31/12/2019	1.213

Refere-se à participação societária de 7,65% da ITAÚSA no capital social da NTS, adquirida em 4 de abril de 2017. Visto que a ITAÚSA não possui influência significativa nas decisões sobre políticas financeiras e operacionais na NTS, o investimento é classificado como um ativo financeiro, conforme CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos financeiros, e mensurado a valor justo por meio do resultado no Resultado financeiro. Para mais informações sobre as premissas utilizadas no cálculo do valor justo, vide nota 4.1.2.

No exercício de 2019, a ITAÚSA recebeu dividendos e JCP da NTS, registrados em contrapartida do resultado na rubrica "Outras receitas e despesas", no montante de R\$165 (R\$153 em 2018) (Nota 25).

A Administração monitora periodicamente eventuais riscos de redução ao valor recuperável dos Títulos e valores mobiliários. Considerando a natureza desses ativos e o histórico de perdas, a ITAÚSA não constituiu perdas por redução ao valor recuperável dos referidos ativos.

7. CLIENTES

	Consolidado							
	31/12/2019							
	A vencer	Vencidos					(-) PECLD	Saldo líquido
Até 30 dias		De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	Acima de 180 dias			
Clientes no país	904	27	4	3	11	67	(81)	935
Clientes no exterior	115	25	9	7	6	8	(2)	168
Partes relacionadas	32	-	-	-	-	-	-	32
Total	1.051	52	13	10	17	75	(83)	1.135
	31/12/2018							
		Vencidos						
	A vencer	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	Acima de 180 dias	(-) PECLD	Saldo líquido
Clientes no país	927	40	14	6	11	82	(86)	994
Clientes no exterior	126	26	17	7	4	2	-	182
Partes relacionadas	39	-	-	-	-	-	-	39
Total	1.092	66	31	13	15	84	(86)	1.215

Não há quaisquer ônus reais, garantias prestadas e/ou restrições aos valores de contas a receber de clientes. Nenhum cliente isoladamente representa mais de 10% do contas a receber ou das receitas.

A exposição da ITAÚSA e suas controladas a riscos de créditos relacionados ao contas a receber de clientes são divulgadas na nota explicativa nº4.2.2.

7.1. Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD

Conforme requerido pelo CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Clientes e, de acordo com a abordagem simplificada, é constituída uma PECLD para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

Segue abaixo a movimentação da PECLD:

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	(86)	(90)
Ajuste de transição - CPC 48	-	(5)
Aquisição de empresa	(11)	-
Constituições	(12)	(10)
Baixas	26	19
Saldo final	(83)	(86)

8. ESTOQUES

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Produtos acabados	427	324
Produtos em elaboração	139	124
Matérias-prima	267	260
Almoxarifado geral	125	116
Adiantamento a fornecedores	2	1
(-) Perda estimada na realização dos estoques	(107)	(27)
Total	853	798

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 as controladas não possuíam estoques dados em garantia.

As movimentações das perdas estimadas na realização dos estoques estão demonstradas a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	(27)	(26)
Aquisição de empresas	(37)	-
Constituições	(99)	(30)
Reversões	23	1
Baixas	33	28
Saldo final	(107)	(27)

9. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO A RECEBER

	Controladora						
	Investimentos					Títulos e valores mobiliários	Total
	Controladas		Controladas em conjunto				
	Duratex	Itautec	Itaú Unibanco	IUPAR	Alpargatas	NTS	
Saldo em 31/12/2017	19	-	614	16	-	649	
Dividendos	95	-	4.039	300	26	4.593	
JCP	89	-	2.495	156	25	2.782	
Recebimentos	(18)	-	(7.101)	(434)	(51)	(7.754)	
Saldo em 31/12/2018	185	-	47	38	-	270	
Dividendos	-	-	3.922	3.403	-	7.477	
JCP	28	1	1.300	1.035	-	2.375	
Recebimentos	(184)	-	(5.178)	(4.426)	-	(9.951)	
Saldo em 31/12/2019	29	1	91	50	-	171	

	Consolidado				
	Investimentos			Títulos e valores mobiliários	Total
	Controladas em conjunto				
	Itaú Unibanco	IUPAR	Alpargatas	NTS	
Saldo em 31/12/2017	614	16	-	-	630
Dividendos	4.039	300	26	133	4.498
JCP	2.495	156	25	17	2.693
Recebimentos	(7.101)	(434)	(51)	(150)	(7.736)
Saldo em 31/12/2018	47	38	-	-	85
Dividendos	3.922	3.403	-	152	7.477
JCP	1.300	1.035	-	11	2.346
Recebimentos	(5.178)	(4.426)	-	(163)	(9.767)
Saldo em 31/12/2019	91	50	-	-	141

10. OUTROS TRIBUTOS A COMPENSAR E A RECOLHER

	Controladora		Consolidado			
	Circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Outros tributos a compensar						
ICMS/ PIS/ COFINS sobre aquisição de imobilizado ⁽¹⁾	-	-	11	11	17	14
PIS e COFINS	2	2	37	34	26	28
ICMS E IPI	-	-	43	40	-	-
Outros	-	-	12	8	1	1
Subtotal	2	2	103	93	44	43
(-) Perda estimada na realização de créditos ⁽²⁾	-	-	(12)	(22)	(27)	(29)
Total	2	2	91	71	17	14
Outros tributos a recolher						
ICMS	-	-	40	31	-	-
PIS e COFINS	8	5	19	7	-	-
INSS	-	-	2	2	-	-
Outros ⁽³⁾	-	1	28	1	127	-
Total	8	6	89	41	127	-

⁽¹⁾ Na controlada Duratex, em 31 de dezembro de 2019, o ICMS e o Pis/Cofins a compensar foram gerados substancialmente na aquisição de ativos destinados ao imobilizado para as plantas industriais. Conforme legislações vigentes, as compensações se darão nos prazos de 12 e 24 meses para o Pis e Cofins e 48 meses para o ICMS.

⁽²⁾ Na controlada Itaotec, devido a perspectiva de não realização dos tributos federais, estaduais e municipais, a Administração decidiu pelo reconhecimento de perdas de parte substancial destes tributos.

⁽³⁾ Na controlada Duratex, em 31 de dezembro de 2019, refere-se, substancialmente, ao parcelamento de impostos de sua controlada Cecrisa nos valores de R\$27 no circulante e R\$127 no não circulante.

11. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

Nota	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Outros ativos								
Despesas antecipadas	9	4	18	-	15	9	18	-
Propriedade para investimento	-	-	-	-	-	-	-	24
Ativos de planos de aposentadoria (Plano BD)	30.1.2	1	-	1	6	3	12	-
Alienação de Imobilizados	11.1	-	-	-	13	284	73	16
Alienação de Investimentos	-	-	-	-	-	-	18	60
Alienação de Propriedade para investimento	-	-	-	-	22	-	-	-
Fomento nas operações florestais	-	-	-	-	-	-	10	10
Ativos indenizáveis	-	-	-	-	-	-	17	26
Retenção de valores na aquisição de empresas	-	-	-	-	2	3	31	30
Venda de energia elétrica	-	-	-	-	8	1	-	-
Ativo mantido para venda	-	-	-	-	48	15	-	-
Demais ativos	13	15	5	3	31	33	23	21
Total	23	19	24	3	145	348	202	187
Outros passivos								
Adiantamento de clientes	-	-	-	-	28	21	6	6
Lucros a distribuir aos sócios participantes das SCPs ^(*)	-	-	-	-	12	11	-	-
Aquisição de áreas para reflorestamento	-	-	-	-	3	6	-	-
Contas a pagar aos sócios participantes das SCPs ^(*)	-	-	-	-	31	27	89	94
Aquisições de empresas	-	-	-	-	28	34	125	33
Frete e seguros a pagar	-	-	-	-	28	17	-	-
Comissões a pagar	-	-	-	-	20	9	-	-
Garantias, assistência técnica e manutenção	-	-	-	-	25	21	5	4
Passivos com Joint operation	-	-	-	-	-	-	43	35
Provisão para reestruturação	-	-	-	-	4	23	-	-
Empréstimos consignados	-	-	-	-	2	2	-	-
Vendas para entrega futura	-	-	-	-	16	8	-	-
Participação estatutária	-	-	-	-	17	11	-	-
Aquisição NTS	11.2	-	319	296	-	-	319	296
Demais passivos	7	4	20	-	24	26	33	19
Total	7	4	339	296	238	216	620	487

(*) SCP – Sociedade em Conta de Participação

11.1. Alienação de imobilizado

Refere-se, substancialmente, aos montantes a receber decorrentes da venda de fazendas da controlada indireta Duratex Florestal.

11.2. Aquisição NTS

Refere-se à obrigação de pagamento junto ao fundo Nova Infraestrutura Fundo de Investimento em Participações e Multiestratégia decorrente da aquisição da participação de 7,65% no capital social da NTS, no montante original de US\$72 milhões, corrigidos com juros pré-fixados de 3,35% a.a., capitalizados anualmente ao principal, a ser pago em parcela única em abril de 2022.

12. ATIVOS BIOLÓGICOS

As controladas indiretas Duratex S.A. (Colômbia), Duratex Florestal Ltda. e Caetex Florestal S.A. detêm reservas florestais de eucalipto e de pinus que são utilizadas, preponderantemente, como matéria prima na produção de painéis de madeira, pisos e componentes e, complementarmente, para venda a terceiros.

As reservas florestais funcionam como garantia de suprimento das fábricas, bem como na proteção de riscos quanto a futuros aumentos no preço da madeira. Trata-se de uma operação sustentável e integrada aos seus complexos industriais que, aliada a uma rede de abastecimento, proporciona elevado grau de autossuficiência no suprimento de madeira.

Em 31 de dezembro de 2019, as empresas possuíam, aproximadamente 139,2 mil hectares em áreas de efetivo plantio (157,3 mil hectares em 31 de dezembro de 2018) que são cultivadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Alagoas e na Colômbia.

As florestas estão desoneradas de qualquer ônus ou garantias a terceiros, inclusive instituições financeiras. Adicionalmente, não existem florestas cuja titularidade legal seja restrita.

O saldo dos ativos biológicos é composto pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Custo de formação dos ativos biológicos	1.045	1.030
Diferencial entre o custo de formação e o valor justo	499	544
Transferência para "Outros ativos"	-	(9)
Total	1.544	1.565

A movimentação do exercício é a seguinte:

	Nota	Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial		1.565	1.699
Varição no valor justo			
Preço/Volume	24	126	148
Exaustão		(171)	(259)
Varição no custo de formação			
Custos com o plantio		194	179
Exaustão		(170)	(193)
Transferência para "Outros ativos"		-	(9)
Saldo final		1.544	1.565

12.1. Valor justo e análise de sensibilidade

O valor justo é determinado em função da estimativa de volume de madeira em ponto de colheita, aos preços atuais da madeira em pé, exceto para florestas de Eucalipto com até um ano de vida e de Pinus até 4 anos de vida, que são mantidas ao custo, em decorrência do julgamento que esses valores se aproximam de seu valor justo.

O valor justo foi determinado pela valoração dos volumes previstos em ponto de colheita pelos preços atuais de mercado em função das estimativas de volumes. As principais premissas utilizadas foram:

- Fluxo de caixa descontado: volume de madeira previsto em ponto de colheita, considerando os preços de mercado atuais, líquidos dos custos de plantio a realizar e dos custos de capital das terras utilizadas no plantio, mensurados a valor presente pela taxa de desconto em 31 de dezembro de 2019 de 5,3% a.a. (5,7% em 31 de dezembro de 2018) que corresponde ao custo médio ponderado de capital da controlada Duratex, o qual é revisado anualmente pela sua Administração.
- Preços da madeira: são obtidos em R\$/metro cúbico por meio de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas em regiões e produtos similares aos da controlada Duratex, além dos preços praticados em operações com terceiros, também em mercados ativos.
- Diferenciação: os volumes de colheita foram segregados e valorados conforme espécie: (i) pinus e eucalipto, (ii) região; e (iii) destinação (serraria e processo).
- Volumes: estimativa dos volumes a serem colhidos (6º ano para o Eucalipto e 12º ano para o Pinus), com base na produtividade média projetada para cada região e espécie. A produtividade média poderá variar em função de idade, rotação, condições climáticas, qualidade das mudas, incêndios e outros riscos naturais. Para as florestas formadas utilizam-se os volumes atuais de madeira. As estimativas de volume são corroboradas por inventários rotativos realizados por técnicos especialistas a partir do segundo ano de vida das florestas e seus efeitos incorporados nas Demonstrações Contábeis.

Dentre as variáveis que afetam o cálculo do valor justo dos ativos biológicos, destacam-se a variação no preço da madeira e a taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa.

O preço médio em 31 de dezembro de 2019 era de R\$45,03/m³ (R\$43,37/m³ em 31 de dezembro de 2018). Aumentos no preço acarretam aumento no valor justo das florestas. A cada 5% de variação no preço, o impacto sobre o valor justo das florestas seria da ordem de R\$72 (R\$74 em 31 de dezembro de 2018).

Em relação à taxa de desconto, em 31 de dezembro de 2019 foi utilizada a taxa de 5,3% a.a. (5,7% a.a. em 31 de dezembro de 2018). Aumentos na taxa acarretam queda no valor justo da floresta. Cada 0,5% a.a. de variação na taxa afetariam o valor justo em cerca de R\$8 (R\$14 em 31 de dezembro de 2018).

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O saldo e a movimentação do Imposto de renda e Contribuição social diferidos estão apresentados a seguir:

	Controladora						31/12/2019
	31/12/2017	Realização/		31/12/2018	Realização/		
		Constituição	Reversão		Constituição	Reversão	
Ativos							
Reconhecidos no Resultado							
Prejuízo fiscal e Base negativa de Contribuição social	383	-	(1)	382	-	-	382
Diferenças temporárias	438	100	-	538	-	(4)	534
Contingências	423	85	-	508	-	(3)	505
Outros	15	15	-	30	-	(1)	29
Total ⁽¹⁾	821	100	(1)	920	-	(4)	916
Passivos							
Reconhecidos no Resultado							
Diferenças temporárias	(9)	(51)	-	(60)	(80)	1	(139)
Valor justo de instrumentos financeiros	(4)	(48)	-	(52)	(78)	-	(130)
Outros	(5)	(3)	-	(8)	(2)	1	(9)
Total ⁽¹⁾	(9)	(51)	-	(60)	(80)	1	(139)

⁽¹⁾ O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados pela entidade tributável, totalizando no ativo diferido em 31 de dezembro de 2019 o montante de R\$777 (R\$860 em 31 de dezembro de 2018).

	Consolidado						
	31/12/2017	Constituição	Realização/ Reversão	31/12/2018	Constituição	Realização/ Reversão	31/12/2019
Ativos							
Reconhecidos no Resultado							
Prejuízo fiscal e Base negativa de Contribuição social	585	10	(36)	559	10	-	569
Diferenças temporárias	570	178	(17)	731	143	(3)	871
Perda Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa - PECLD	10	1	(1)	10	-	-	10
Valor justo de instrumentos financeiros e derivativos	18	11	-	29	2	-	31
Contingências	476	96	(3)	569	44	-	613
Perdas nos estoques	6	-	-	6	26	-	32
Lucros no exterior	11	27	-	38	11	-	49
Impairment de imobilizado	18	11	-	29	42	-	71
Benefício Pós-emprego	1	5	-	6	5	-	11
Outros	30	27	(13)	44	13	(3)	54
Reconhecidos no Patrimônio líquido							
Benefício Pós-emprego	3	1	-	4	9	-	13
Total ^{(1) (2)}	1.158	189	(53)	1.294	162	(3)	1.453
Passivos							
Reconhecidos no Resultado							
Diferenças temporárias	(496)	(60)	98	(458)	(120)	25	(553)
Reserva de reavaliação	(45)	-	4	(41)	(25)	-	(66)
Valor justo de instrumentos financeiros e derivativos	(4)	(47)	-	(51)	(76)	1	(126)
Depreciação	(15)	(2)	-	(17)	(11)	-	(28)
Venda de imobilizado	(19)	-	13	(6)	-	5	(1)
Ativos biológicos	(223)	-	37	(186)	(4)	-	(190)
Carteira de clientes	(55)	-	7	(48)	-	8	(40)
Planos de Pensão	(39)	(2)	3	(38)	-	-	(38)
Outros	(96)	(9)	34	(71)	(4)	11	(64)
Reconhecidos no Patrimônio líquido							
Varição Cambial na conversão de balanços de empresas no exterior	-	(4)	-	(4)	(1)	-	(5)
Total ^{(1) (2)}	(496)	(64)	98	(462)	(121)	25	(558)

⁽¹⁾ O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados pelas entidades tributáveis, totalizando no ativo diferido em 31 de dezembro de 2019 o montante de R\$1.108 (R\$1.091 em 31 de dezembro de 2018) e no passivo diferido em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$213 (R\$259 em 31 de dezembro de 2018).

⁽²⁾ Na controlada Duratex considera o ingresso de R\$40 (líquido entre o Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo) referente à aquisição da Cecrisa.

13.1. Ativos diferidos

13.1.1. Expectativa de realização

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos levando-se em consideração a realização provável desses créditos, com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos, aprovados pela Administração, que podem sofrer alterações. Segue abaixo a expectativa de realização dos ativos diferidos:

	Controladora	Consolidado
2020	1	99
2021	285	335
2022	615	689
2023	-	88
2024	-	97
2025 - 2027	15	145
Total	916	1.453

13.1.2. Créditos fiscais não reconhecidos

A ITAÚSA e suas controladas possuem créditos fiscais relativos à prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, não reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, tendo em vista as incertezas na sua realização.

Em 31 de dezembro de 2019, os créditos não reconhecidos na ITAÚSA correspondem ao montante de R\$79 (não houve valor em 31 de dezembro de 2018) e no consolidado ao montante de R\$243 (R\$162 em 31 de dezembro de 2018). Os referidos créditos poderão ser objeto de reconhecimento futuro, conforme as revisões anuais das projeções de geração de lucros tributáveis, não havendo prazo de prescrição para a utilização dos mesmos.

14. DIREITO DE USO E ARRENDAMENTOS

Em decorrência da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019 (Nota 2.6.2), a ITAÚSA e suas controladas efetuaram o registro dos contratos de arrendamentos.

Os passivos de arrendamento estão mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa incremental sobre os seus empréstimos nominal. Os ativos de direitos de uso estão mensurados pelo valor igual ao do passivo de arrendamento no reconhecimento inicial, líquidos da depreciação acumulada a ser realizada de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Para o contrato de arrendamento da ITAÚSA, a Administração considerou uma renovação de contrato (72 meses no total), por entender ser razoáveis as condições de renovação. Já a controlada Duratex, devido às características de longo prazo dos contratos, de modo substancial, não considerou a renovação para os contratos de arrendamento de terras. Para os demais contratos, quando aplicável, foi considerada uma renovação.

Em relação ao valor dos pagamentos, tratam-se, substancialmente, de valores fixos estabelecidos em contrato corrigidos anualmente por indexador atrelado à inflação.

14.1. Ativos de direito de uso

	Controladora		Consolidado					
	31/12/2019		31/12/2019					
	Equipamentos de informática		Terras	Edifícios	Veículos	Equipamentos de informática	Outros	Total
Saldo inicial	-	-	-	-	-	-	-	-
Adoção inicial - 01/01/2019	-	-	488	10	3	-	-	501
Novos contratos / atualizações	13	13	34	1	-	13	5	53
Depreciação no exercício (Resultado)	(1)	(1)	(2)	(5)	(2)	(1)	(2)	(12)
Depreciação no exercício (*)	-	-	(24)	-	-	-	-	(24)
Aquisição de empresas	-	-	-	3	-	-	5	8
Ajuste por remensuração	-	-	40	1	-	-	-	41
Saldo final	12	12	536	10	1	12	8	567

(*) Contabilizado no custo de formação das reservas florestais na rubrica de "Ativo biológico".

14.2. Passivos de arrendamento

	Controladora		Consolidado					
	31/12/2019		31/12/2019					
	Equipamentos de informática	Total	Terras	Edifícios	Veículos	Equipamentos de informática	Outros	Total
Saldo inicial	-	-	-	-	-	-	-	-
Adoção inicial - 01/01/2019	-	-	488	10	3	-	-	501
Novos contratos / atualizações	13	13	34	1	-	13	5	53
Juros apropriados no exercício (Resultado)	-	-	1	1	-	-	-	2
Juros apropriados no exercício (*)	-	-	51	-	-	-	-	51
Pagamentos	(1)	(1)	(63)	(5)	(2)	(1)	(3)	(74)
Aquisição de empresas	-	-	-	4	-	-	6	10
Ajuste por remensuração	-	-	40	1	-	-	-	41
Saldo final	12	12	551	12	1	12	8	584
Circulante		2						23
Não circulante		10						561

(*) Contabilizado no custo de formação das reservas florestais na rubrica de "Ativo biológico".

As taxas de desconto utilizadas estão apresentadas a seguir:

	Controladora	Consolidado
Prazos dos contratos		
Até 5 anos	-	8,71%
De 6 a 10 anos	6,89%	De 6,89% a 10,40%
Acima de 10 anos	-	10,93%

Os vencimentos dos passivos de arrendamento consideram o seguinte fluxo futuro de pagamentos:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2019	31/12/2019
Circulante		
2020	2	23
Total	2	23
Não circulante		
2021	2	16
2022	2	15
2023	2	15
2024	2	13
2025	2	11
2026 - 2030	-	50
2031 - 2035	-	42
2036 - 2045	-	141
Acima de 2046	-	258
Total	10	561

14.3. Efeitos da inflação

Segue abaixo os efeitos da inflação nos saldos, quando comparados aos saldos das Demonstrações Contábeis:

	Controladora		Consolidado	
	Saldo em 31/12/2019	Cenário com inflação	Saldo em 31/12/2019	Cenário com inflação
Ativos de direito de uso	13	14	603	824
Depreciação	(1)	(1)	(36)	(46)
Total	12	13	567	778
Passivos de arrendamento	15	15	1.845	3.451
Juros a apropriar	(3)	(1)	(1.261)	(2.626)
Total	12	14	584	825

15. INVESTIMENTOS

15.1. Movimentação dos investimentos

	Controladora								Total
	Controladas em conjunto			Controladas					
	Itaú Unibanco	IUPAR (Nota 15.1.5)	Alpargatas (Nota 15.1.3)	Duratex (Nota 15.1.6)	Elekeiroz (Nota 15.1.1)	Itautec (Nota 15.1.4)	Itaúsa Empreendi- mentos (Nota 15.1.2)	ITH Zux Cayman	
Saldo em 31/12/2017	26.855	22.308	1.749	1.723	146	32	304	2	53.119
Resultado de participação societária	8.073	1.439	27	158	32	(7)	2	-	9.724
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	(6.973)	(483)	(56)	(200)	-	-	-	-	(7.712)
Alienação de ações	-	-	-	-	(178)	-	-	-	(178)
Outros resultados abrangentes	(65)	(57)	20	14	-	-	-	-	(88)
Outros	(29)	(25)	-	(1)	-	-	-	-	(55)
Saldo em 31/12/2018	27.861	23.182	1.740	1.694	-	25	306	2	54.810
Resultado de participação societária	5.519	4.725	29	148	-	14	1	-	10.436
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	(5.452)	(4.620)	-	(42)	-	(2)	-	-	(10.116)
Aquisição de ações	-	-	154	-	-	-	-	-	154
Outros resultados abrangentes	(28)	(24)	(3)	4	-	-	-	-	(51)
Outros	(88)	(78)	1	3	-	2	(307)	-	(467)
Saldo em 31/12/2019	27.812	23.185	1.921	1.807	-	39	-	2	54.766
Valor de mercado em 31/12/2018 (*)	129.576	-	2.172	2.991	-	165	-	-	
Valor de mercado em 31/12/2019 (*)	135.427	-	5.550	4.228	-	-	-	-	

	Consolidado						Total
	Controladas em conjunto			Coligadas indiretas		Controlada em conjunto indireta	
	Itaú	IUPAR	Alpargatas	Viva	Nexoleum	LD	
	Unibanco	(Nota 15.1.5)	(Nota 15.1.3)	Decora		Florestal	
Saldo em 31/12/2017	26.855	22.308	1.749	6	-	-	50.918
Resultado de participação societária	8.073	1.439	27	(1)	(1)	-	9.537
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	(6.973)	(483)	(56)	-	-	-	(7.512)
Aquisição de ações	-	-	-	2	-	39	41
Alienação de ações	-	-	-	-	1	-	1
Aumento (Redução) de capital social	-	-	-	2	-	-	2
Outros resultados abrangentes	(65)	(57)	20	-	-	-	(102)
Outros	(29)	(25)	-	-	-	-	(54)
Saldo em 31/12/2018	27.861	23.182	1.740	9	-	39	52.831
Resultado de participação societária	5.519	4.725	29	(2)	-	1	10.272
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	(5.452)	(4.620)	-	-	-	-	(10.072)
Aquisição de ações	-	-	154	5	-	-	159
Aumento (Redução) de capital social	-	-	-	-	-	68	68
Outros resultados abrangentes	(28)	(24)	(3)	-	-	-	(55)
Outros	(88)	(78)	1	2	-	-	(163)
Saldo em 31/12/2019	27.812	23.185	1.921	14	-	108	53.040
Valor de mercado em 31/12/2018 (*)	129.576	-	2.172	-	-	-	
Valor de mercado em 31/12/2019 (*)	135.427	-	5.550	-	-	-	

(*) O valor de mercado está sendo apresentado apenas para as empresas investidas que possuem suas ações negociadas na bolsa de valores (B3).

15.1.1. Alienação do Controle Acionário da Elekeiroz

Em 4 de junho de 2018 a ITAÚSA concluiu a alienação da totalidade das ações da Elekeiroz, de sua titularidade, representadas por 14.261.761 ações ordinárias e 16.117.360 ações preferenciais, para Kilimanjaro Brasil Partners I B – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior.

15.1.2. Incorporação da subsidiária integral Itaúsa Empreendimentos

Em 30 de agosto de 2019 foi deliberada em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação das ações da Itaúsa Empreendimentos pela ITAÚSA. A Itaúsa Empreendimentos possuía estrutura administrativa composta de aproximadamente 80 profissionais dedicados exclusivamente às atividades operacionais de suporte à ITAÚSA e às empresas da área industrial do conglomerado.

Essa reorganização societária teve por objetivo buscar maior sinergia e eficiência operacional, com a consequente otimização e racionalização dos custos administrativos e das obrigações acessórias advindos da manutenção da Itaúsa Empreendimentos.

Considerando a estrutura societária da Itaúsa Empreendimentos, a incorporação foi implementada sem diluição do capital da ITAÚSA, uma vez que não houve aumento de capital, emissão de novas ações, relação de substituição de ações ou direito de recesso para quaisquer acionistas.

15.1.3. Aquisição de participação societária adicional na Alpargatas

Nos meses de maio e agosto de 2019 a ITAÚSA adquiriu na B3 (mercado balcão) 7.693.152 ações preferenciais da Alpargatas pelo montante total de R\$154. As ações adquiridas representam 1,33% do total de ações da Alpargatas, passando a ITAÚSA a deter uma participação de 28,88% (desconsiderando as ações em tesouraria). A ITAÚSA iniciou o processo de alocação do preço de compra, considerando a participação nos ativos e passivos líquidos avaliados à valor justo, a contraprestação paga pela ITAÚSA e o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*).

15.1.4. Conclusão da incorporação das ações da Itaotec

Em 14 de junho de 2019 foi concluída a incorporação de ações da Itaotec pela ITAÚSA. A transação foi aprovada pelos acionistas de ambas as companhias nas respectivas Assembleias Gerais realizadas em 30 de abril de 2019. Os acionistas da Itaotec passaram a ser detentores de igual quantidade de ações preferenciais de emissão da ITAÚSA (ITSA4). Para tanto, foram emitidas pela ITAÚSA 118.815 ações preferenciais (ITSA4), culminando na diluição de 0,001% para o acionista da ITAÚSA. Essas ações passaram a ter direito a todos os proventos declarados a partir da referida data. O exercício do direito de dissidência por acionistas da ITAÚSA culminou na aquisição de 1.873 ações ordinárias para tesouraria, que foram canceladas por meio de deliberação do Conselho de Administração em 12 de agosto de 2019 (Nota 22.3).

Adicionalmente, em 15 de agosto de 2019, a Itaotec teve seu pedido de cancelamento de registro de companhia aberta na categoria "A" concedido pela CVM.

15.1.5. Término do usufruto de parte das ações detidas pela IUPAR

Em novembro de 2008, por ocasião da associação entre Itaú e Unibanco, a ITAÚSA e a família Moreira Salles conferiram à IUPAR (empresa constituída para controle do Itaú Unibanco) ações do capital do Itaú Unibanco, com reserva de usufruto de dividendos/Juros sobre Capital Próprio pelo período de 10 anos, o qual se encerrou em novembro de 2018. A participação indireta da ITAÚSA no capital do Itaú Unibanco que estava com reserva de usufruto representava 15,3%. A partir do término do usufruto, passa a haver incidência de PIS/COFINS sobre os valores de Juros sobre o capital próprio recebidos pela IUPAR do Itaú Unibanco.

15.1.6. Aquisição da Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A. ("Cecrisa") pela controlada Duratex

Em 31 de julho de 2019 a controlada Duratex, por meio de sua controlada Cerâmica Urussanga S.A. ("Ceusa"), adquiriu 100% das ações do capital social da Cecrisa e de suas controladas, empresas especializadas na fabricação de revestimentos cerâmicos.

O valor da contraprestação paga/pagar foi de R\$378 e, desde a data de aquisição, a Cecrisa contribuiu para a Duratex com uma receita líquida de R\$305 e resultado de R\$1.

15.2. Reconciliação dos investimentos

	Controladora						
	31/12/2019						
	Controladas em conjunto			Controladas			
	Itaú					ITH Zux	
	Unibanco	IUPAR	Alpargatas	Duratex	Itaotec	Cayman	
Patrimônio líquido da investida	136.925	34.847	2.651	4.931	39		2
% de participação	19,95%	66,53%	28,88%	36,65%	100,00%		100,00%
Participação no Investimento	27.314	23.185	765	1.807	39		2
Resultados não realizados	(12)	-	-	-	-		-
Ajustes decorrentes de combinações de negócios							
Mais valia	50	-	443	-	-		-
Ágio	460	-	713	-	-		-
Saldo contábil do Investimento na controladora	27.812	23.185	1.921	1.807	39		2

	Controladora						
	31/12/2018						
	Controladas em conjunto			Controladas			
	Itaú				Itaúsa	ITH Zux	
	Unibanco	IUPAR	Alpargatas	Duratex	Itaotec	Empreendi-mentos	Cayman
Patrimônio líquido da investida	136.782	34.843	2.381	4.634	26	307	2
% de participação	20,00%	66,53%	27,55%	36,67%	98,93%	100,00%	100,00%
Participação no Investimento	27.356	23.182	656	1.699	26	307	2
Resultados não realizados	(12)	-	-	(5)	(1)	(1)	-
Ajustes decorrentes de combinações de negócios							
Mais valia	57	-	485	-	-	-	-
Ágio	460	-	599	-	-	-	-
Saldo contábil do Investimento na controladora	27.861	23.182	1.740	1.694	25	306	2

15.3. Informações consolidadas resumidas das investidas relevantes

	Controladas em conjunto			
	Itaú Unibanco		IUPAR	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Setor financeiro				
Qtde. de ações em circulação das investidas	9.745.601.763	9.720.520.922	1.061.396.457	1.061.396.457
ON	4.958.290.359	4.958.290.359	710.454.184	710.454.184
PN	4.787.311.404	4.762.230.563	350.942.273	350.942.273
Qtde. de ações de propriedade da ITAÚSA	1.944.075.803	1.944.075.803	706.169.365	706.169.365
ON	1.943.906.480	1.943.906.480	355.227.092	355.227.092
PN	169.323	169.323	350.942.273	350.942.273
% de participação ⁽¹⁾	19,95%	20,00%	66,53%	66,53%
% de participação no capital votante ⁽²⁾	39,21%	39,21%	50,00%	50,00%
Informações sobre o Balanço Patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	30.367	37.159	-	-
Ativos financeiros	1.501.481	1.424.876	120	62
Ativos não financeiros	105.633	90.762	36.039	36.070
Passivos financeiros	1.211.999	1.151.237	73	57
Passivos não financeiros	276.017	251.094	1.239	1.232
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	136.925	136.782	34.847	34.843
Informações sobre a Demonstração do Resultado				
Resultado de produtos bancários	117.079	104.200	-	-
Tributos sobre o lucro	(3.430)	(4.969)	-	-
Lucro líquido atribuível aos controladores	27.113	24.907	7.101	2.162
Outros resultados abrangentes	(138)	(326)	(36)	(86)
Informações sobre a Demonstração do Fluxo de Caixa				
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(24.801)	11.254	-	-

(1) A ITAÚSA detém participação direta no Itaú Unibanco de 19,95% e indireta de 17,5%, por meio do investimento na controlada em conjunto IUPAR, que detém 26,31% de participação direta no Itaú Unibanco, totalizando 37,45% de participação no capital social.

(2) A participação direta nas ações ordinárias do Itaú Unibanco é de 39,21% e indireta de 25,86%, por meio do investimento na controlada em conjunto IUPAR, que detém 51,71% de participação direta nas ações ordinárias do Itaú Unibanco, totalizando 65,06% de participação no capital votante.

	Controlada		Controlada em conjunto	
	Duratex		Alpargatas	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Setor não financeiro				
Qtde. de ações em circulação das investidas	689.732.785	689.467.756	578.816.719	463.053.374
ON	689.732.785	689.467.756	302.010.657	241.608.525
PN	-	-	276.806.062	221.444.849
Qtde. de ações de propriedade da ITAÚSA	252.807.715	252.807.715	167.182.596	127.591.556
ON	252.807.715	252.807.715	129.528.793	103.623.035
PN	-	-	37.653.803	23.968.521
% de participação	36,65%	36,67%	28,88%	27,55%
% de participação no capital votante	36,65%	36,67%	42,89%	42,89%
Informações sobre o Balanço Patrimonial				
Ativos circulantes	3.514	3.652	2.610	2.389
Ativos não circulantes	7.201	5.830	1.912	1.591
Passivos circulantes	2.150	2.073	1.256	1.160
Passivos não circulantes	3.633	2.774	531	350
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	4.931	4.634	2.643	2.381
Caixa e equivalentes de caixa	1.243	1.162	566	519
Empréstimos, financiamentos e Debêntures	2.949	2.863	279	613
Informações sobre a Demonstração do Resultado				
Receitas líquidas	5.012	4.949	3.712	3.380
Receita financeira	103	123	93	106
Despesa financeira	(264)	(273)	(94)	(113)
Tributos sobre o lucro	(73)	(151)	(111)	(61)
Lucro líquido atribuível aos controladores	406	432	274	331
Outros resultados abrangentes	1	30	8	89
Informações sobre a Demonstração do Fluxo de Caixa				
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	81	88	47	(110)

15.4. Teste de avaliação do valor recuperável

Controladora

A ITAÚSA realizou o teste de avaliação ao valor recuperável dos Investimentos e não identificou a necessidade de provisão para perda do valor recuperável dos mesmos.

Para as investidas Itaú Unibanco, Alpargatas e Duratex, que têm suas ações negociadas em mercado ativo (B3), a avaliação do valor recuperável considerou o valor das ações das referidas companhias multiplicada pela quantidade de ações possuídas pela ITAÚSA na data de encerramento das Demonstrações Contábeis. Para a investida IUPAR, cujo único investimento é a participação acionária no Itaú Unibanco, considerou-se para a avaliação do valor recuperável o mesmo procedimento mencionado acima, contudo, utilizando o valor das ações do Itaú Unibanco.

Para as investidas Itaútec e ITH Zux Cayman, o valor recuperável foi determinado com base no valor em uso dos ativos, calculado conforme metodologias de avaliação.

16. IMOBILIZADO

16.1. Composição

	Controladora							
	31/12/2019				31/12/2018			
	Taxas de depreciação (% a.a.)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Taxas de depreciação (% a.a.)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Imobilizado em operação								
Terrenos	-	18	-	18	-	19	-	19
Construções e benfeitorias	2,5%	88	(19)	69	2,5%	95	(25)	70
Máquinas, instalações e equipamentos	De 10,0% a 20,0%	18	(5)	13	De 10,0% a 20,0%	13	(6)	7
Móveis e utensílios	10,0%	4	(1)	3	10,0%	4	(1)	3
Total		128	(25)	103		131	(32)	99

	Consolidado							
	31/12/2019				31/12/2018			
	Taxas de depreciação (% a.a.)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Taxas de depreciação (% a.a.)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Imobilizado em operação								
Terrenos	-	704	-	704	-	656	-	656
Construções e benfeitorias	De 2,5% a 4,0%	1.379	(547)	832	De 2,5% a 4,0%	1.145	(473)	672
Máquinas, instalações e equipamentos	De 6,5% a 20,0%	4.940	(3.112)	1.828	De 6,8% a 20,0%	4.401	(2.607)	1.794
Móveis e utensílios	10,0%	71	(50)	21	10,0%	63	(45)	18
Veículos	De 20,0% a 25,0%	72	(59)	13	De 20,0% a 25,0%	66	(53)	13
Outros	De 10,0% a 20,0%	285	(206)	79	De 10,0% a 20,0%	231	(153)	78
Subtotal		7.451	(3.974)	3.477		6.562	(3.331)	3.231
Imobilizado em andamento		192	-	192		107	-	107
Total		7.643	(3.974)	3.669		6.669	(3.331)	3.338

16.2. Movimentação

	Controladora								
	Terrenos	Construções e benfeitorias	Máquinas, instalações e equipamentos		Móveis e utensílios	Veículos	Outros	Imobilizados em andamento	Total
Saldo em 31/12/2017	19	60	6	2	-	-	-	87	
Aquisições	-	12	2	1	-	-	-	15	
Depreciação	-	(2)	(1)	-	-	-	-	(3)	
Saldo em 31/12/2018	19	70	7	3	-	-	-	99	
Aquisições	-	10	7	-	-	-	-	17	
Baixas	(1)	(7)	(1)	-	-	-	-	(9)	
Depreciação	-	(3)	(1)	-	-	-	-	(4)	
Transferências	-	(1)	1	-	-	-	-	-	
Saldo em 31/12/2019	18	69	13	3	-	-	-	103	

	Consolidado								
	Terrenos	Construções e benfeitorias	Máquinas, instalações e equipamentos		Móveis e utensílios	Veículos	Outros	Imobilizados em andamento	Total
Saldo em 31/12/2017	760	689	1.945	19	10	82	137	3.642	
Aquisições	9	13	59	2	1	12	155	251	
Baixas	(57)	(1)	(34)	-	-	(3)	-	(95)	
Depreciação	-	(34)	(264)	(3)	(2)	(18)	-	(321)	
Transferências	-	10	152	-	5	7	(174)	-	
Alienação de empresas	(10)	(4)	(37)	-	(1)	(1)	(11)	(64)	
Transferência para Ativos mantidos para venda	(56)	(2)	(35)	-	-	(1)	-	(94)	
Outros	10	1	8	-	-	-	-	19	
Saldo em 31/12/2018	656	672	1.794	18	13	78	107	3.338	
Aquisições	43	11	47	2	2	9	195	309	
Baixas	(46)	(24)	(75)	(1)	-	(2)	(7)	(155)	
Depreciação	-	(35)	(270)	(3)	(4)	(19)	-	(331)	
Transferências	(6)	13	92	4	2	9	(114)	-	
Aquisição de empresas	59	231	240	1	-	4	11	546	
Transferência para Ativos mantidos para venda	(4)	(37)	-	-	-	-	-	(41)	
Outros	2	1	-	-	-	-	-	3	
Saldo em 31/12/2019	704	832	1.828	21	13	79	192	3.669	

16.3. Imobilizado em garantia

Em 31 de dezembro de 2019, a controlada Duratex possuía em seu ativo imobilizado terrenos, fazendas e veículos dados como garantia de processos judiciais totalizando R\$2 (R\$2 em 31 de dezembro de 2018).

16.4. Avaliação do valor recuperável

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável.

16.5. Revisão da vida útil dos ativos

A controlada Duratex e suas controladas revisaram a vida útil estimada dos bens do Imobilizado. Dentre as premissas utilizadas para a revisão das taxas de depreciação, destacam-se: (i) antecedentes internos e externos; (ii) *benchmarking* e recomendações de manuais do fabricante; (iii) estado de conservação e operações dos bens; (iv) histórico da manutenção e utilização dos bens até a destinação para sucata; e (v) alinhamento ao planejamento geral dos negócios.

Após revisão, as taxas de depreciação foram substancialmente mantidas, sendo a única alteração no item de Máquinas, Instalações e Equipamentos, onde a taxa passou de 6,8%a.a. em 31 de dezembro de 2018 para 6,5%a.a. em 31 de dezembro de 2019.

17. INTANGÍVEL

17.1. Composição

	Controladora							
	31/12/2019				31/12/2018			
	Taxas de amortização (% a.a.)	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Taxas de amortização (% a.a.)	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido
Software	20,0%	5	(1)	4	20,0%	2	(1)	1
Total		5	(1)	4		2	(1)	1

	Consolidado							
	31/12/2019				31/12/2018			
	Taxas de amortização (% a.a.)	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Taxas de amortização (% a.a.)	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido
Software	20,0%	157	(93)	64	20,0%	127	(74)	53
Marcas e patentes	-	209	-	209	-	57	(1)	56
Ágio por rentabilidade futura	-	319	-	319	-	156	-	156
Carteira de clientes	6,7%	400	(269)	131	6,7%	401	(243)	158
Total		1.085	(362)	723		741	(318)	423

17.2. Movimentação

		Controladora				
		Ágio por rentabilidade futura				
Nota	Software	Marcas e patentes	Carteira de clientes		Total	
	Saldo em 31/12/2017	1	-	-	-	1
	Saldo em 31/12/2018	1	-	-	-	1
	Aquisições	3	-	-	-	3
	Saldo em 31/12/2019	4	-	-	-	4
		Consolidado				
		Ágio por rentabilidade futura				
	Software	Marcas e patentes	Carteira de clientes		Total	
	Saldo em 31/12/2017	40	64	359	197	660
	Aquisições	27	-	9	-	36
	Baixas	(3)	(8)	-	-	(11)
	Amortizações	(8)	-	-	(28)	(36)
	Redução ao valor recuperável	-	-	(212)	(12)	(224)
	Alienação de empresas	(3)	-	-	-	(3)
	Outros	-	-	-	1	1
	Saldo em 31/12/2018	53	56	156	158	423
	Aquisições	29	-	-	-	29
	Baixas	(12)	-	-	-	(12)
	Amortizações	(8)	-	-	(27)	(35)
	Redução ao valor recuperável	-	(9)	-	-	(9)
	Aquisição de empresas	2	162	163	-	327
	Saldo em 31/12/2019	64	209	319	131	723

17.3. Ágio por expectativa de rentabilidade futura

A controlada Duratex reconheceu ágio por expectativa de rentabilidade futura no processo de aquisição dos seguintes investimentos:

		Consolidado	
Nota		31/12/2019	31/12/2018
	Satipel	46	46
	Metalúrgica Jacareí	2	2
	Caetex Florestal	9	9
	Ceusa e Massima	99	99
	Cecrisa	163	-
	Total	319	156

17.4. Teste de avaliação do valor recuperável

A controlada Duratex realizou a avaliação do valor recuperável dos seus intangíveis com vida útil indefinida que estão alocados às unidades geradoras de caixa (UGC's) que produzem Painéis, Louças, Metais, Chuveiros e Revestimentos Cerâmicos. Em 31 de dezembro de 2019 o valor dos fluxos de caixa das UGC's eram superiores aos valores contábeis não havendo, portanto, a necessidade de contabilização de perda no valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2018, o resultado da avaliação está demonstrado a seguir:

	Segmentos de negócios					Total
	Madeira	Deca			Revestimentos cerâmicos	
	Painéis	Metais	Louças	Chuveiros		
Ágio	188	2	39	31	99	359
Demais ativos	2.351	56	181	189	197	2.974
Total	2.539	58	220	220	296	3.333
Valor das UGC's pelo fluxo de caixa	2.397	81	169	189	442	3.278
Redução ao valor recuperável - Ágio	(142)	-	(39)	(31)	-	(212)
Redução ao valor recuperável - Carteira de clientes	-	-	(12)	-	-	(12)

As projeções utilizadas pela controlada Duratex na avaliação do valor recuperável, aprovadas pelo Conselho de Administração, tiveram como base o planejamento estratégico que considera projeções macroeconômicas de crescimento e inflação, bem como suas condições operacionais. Adicionalmente, as premissas representam adequadamente a realidade dos seus negócios considerando, inclusive, importantes reestruturações.

As perdas sobre o valor recuperável foram reconhecidas no resultado na rubrica "Outras receitas e despesas". As principais premissas utilizadas foram:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Prazo para o fluxo de caixa	5 anos	Chuveiros: 10 anos (*) Demais: 5 anos
Taxa de desconto (Custo Médio Ponderado de Capital calculado pelo método CAPM - <i>Capital Asset Pricing Model</i>)	8,85% a.a. (**)	Chuveiros: 12,38% a.a. Demais: 10,65% a.a.
Taxa de crescimento (margem bruta)	Painéis: 2,5% a.a. Louças: 1,5% a.a. Metais: 0,9% a.a. Chuveiros: 1,5% a.a. Revestimentos cerâmicos: 2,5% a.a.	Painéis: 1,7% a.a. Louças: 1,2% a.a. Metais: 0,4% a.a. Chuveiros: 1,2% a.a. Revestimentos cerâmicos: 0,2% a.a.
Taxa de crescimento (perpetuidade)	3,50% a.a.	3,75% a.a.

(*) A decisão pela utilização de 10 anos é decorrente do fato da unidade de chuveiros não atingir o nível de operação plena de sua capacidade atual no período de 5 anos, prejudicando o cálculo da perpetuidade.

(**) Taxa líquida de impostos. A taxa bruta é de 13,42%.

18. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Nacionais	6	2	631	444
Partes relacionadas	-	3	-	-
Total	6	5	631	444

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

19.1. Composição

Modalidade	Encargos	Amortização	Garantias	Consolidado			
				31/12/2019		31/12/2018	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Moeda nacional							
BNDES (com swap)	103,89% CDI	Mensal	Aval (70% Itaúsa / 30% Pessoa Física)	10	80	10	90
BNDES (com swap)	117,51% CDI	Mensal	Aval (70% Itaúsa / 30% Pessoa Física)	-	4	-	4
CRA - Certificados de Recebíveis do Agronegócio	98,0% CDI	Semestral	Fiança Duratex S.A	-	696	1	694
Crédito exportação	104,8% a 107,5% CDI	Até Jan/2021	--	280	28	247	303
FGPP - Financiamento de Garantia de Preços ao Produtor (Banco do Brasil) (com swap)	Pré 6,6% até 7,9%a.a.	Até Jun/2020	--	389	-	4	385
FINAME	6%a.a.	Mensal	Alienação fiduciária	1	3	1	4
FINAME	Pré 5,60%a.a.	Mensal	Alienação fiduciária e aval Duratex S.A.	-	1	-	1
FINAME	Pré 5,88%a.a.	Mensal	Alienação fiduciária Máq. Equipamentos	2	6	-	-
FINAME	Pré 9,0% a.a.	Semestral	Alienação fiduciária e aval Duratex S.A.	1	-	1	1
FINAME	SELIC+4,28%a.a.	Trimestral	Alienação fiduciária e aval Duratex S.A.	-	-	-	1
FINAME	TJLP+2,3%a.a./ Pré 6%a.a.	Mensal	Alienação fiduciária	12	17	15	29
FINAME	TJLP+3,7%a.a. até +4%a.a.	Mensal	Alienação fiduciária e aval Duratex S.A.	2	2	2	4
FINEP	TJLP+0,5%a.a.	Mensal	20% Duplicatas + Fiança Banco Safra	12	-	-	-
FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste	7,53%a.a.	Anual	Fiança Duratex Florestal Ltda	-	7	-	6
FUNDIEST - Fundo de Desenvolvimento de Indústrias Estratégicas	30% IGP-M a.m.	Mensal	Fiança - Cia. Ligna de Investimentos	28	-	25	25
Nota crédito exportação	104,9% CDI	Até Jan/2021	Aval Duratex S.A.	37	35	38	71
Nota promissória	104,5% CDI	Até Out/2020	--	-	-	-	540
Total moeda nacional				774	879	344	2.158
Moeda estrangeira							
Resolução nº4.131 (com swap)	US\$+3,66%a.a.	Ago/2019	Nota promissória	-	-	182	-
Resolução nº4.131 (com swap)	US\$+Libor+1,5%a.a.	Ago/2019	Nota promissória	-	-	179	-
ACC - Banco do Brasil	US\$+5,00%a.a.	Até Fev/2020	40% Duplicatas	2	-	-	-
ACC - Bocom BBM (com swap)	US\$+10,19%a.a.	Até Abr/2020	Nota promissória	3	-	-	-
ACC - Banco Santander	US\$+6,38%a.a.	Até Mai/2020	Nota promissória Aval Portinari	10	-	-	-
ACC - Banco Safra	US\$+5,46%a.a.	Até Mai/2020	15,70% Duplicatas	8	-	-	-
ACC - Banco Bradesco	US\$+5,80%a.a.	Até Jun/2020	Clean	6	-	-	-
ACE - Banco do Brasil	US\$+4,27%a.a.	Até Mar/2020	40% Duplicatas	3	-	-	-
Total moeda estrangeira				32	-	361	-
Total Empréstimos e financiamentos				806	879	705	2.158

Os empréstimos e financiamentos identificados na tabela anterior como “com swap” estão mensurados ao valor justo por meio do resultado para evitar o descasamento contábil entre o instrumento de dívida e o instrumento de proteção contratado.

Os *covenants* relacionados aos contratos de Empréstimos e financiamentos estão apresentados na nota 4.2.3.1.

19.2. Movimentação

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31/12/2017	3.175
Ingressos	391
Juros e atualização monetária	207
Amortização - Principal	(655)
Amortização - Juros e atualização monetária	(252)
Transferências	(3)
Saldo em 31/12/2018	2.863
Ingressos	10
Aquisição de empresas	235
Juros e atualização monetária	160
Amortização - Principal	(1.348)
Amortização - Juros e atualização monetária	(235)
Saldo em 31/12/2019	1.685
Circulante	806
Não circulante	879

19.3. Prazo de vencimento

	<u>Consolidado</u>		
	<u>31/12/2019</u>		
	<u>Moeda nacional</u>	<u>Moeda estrangeira</u>	<u>Total</u>
Circulante			
2020	774	32	806
Total	774	32	806
Não circulante			
2021	89	-	89
2022	714	-	714
2023	15	-	15
2024	15	-	15
2025	11	-	11
2026 - 2029	34	-	34
Acima de 2030	1	-	1
Total	879	-	879

20. DEBÊNTURES

20.1. Composição

									Controladora			
									31/12/2019		31/12/2018	
Emissão	Emissor	Tipo de emissão	Vigência	Qtde. de títulos	Valor unitário (R\$)	Valor da emissão (R\$ milhões)	Encargos	Forma de amortização	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
2ª emissão	ITAÚSA	Série única - ICVM nº476/09	05/2017 até 05/2024	12.000	100.000	1.200	106,9% do CDI	Juros semestrais e principal em 3 parcelas anuais e sucessivas (05/2022, 05/2023 e 05/2024)	6	1.200	8	1.200
Total									6	1.200	8	1.200
									Consolidado			
									31/12/2019		31/12/2018	
Emissão	Emissor	Tipo de emissão	Vigência	Qtde. de títulos	Valor unitário (R\$)	Valor da emissão (R\$ milhões)	Encargos	Forma de amortização	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
2ª emissão	ITAÚSA	Série única - ICVM nº476/09	05/2017 até 05/2024	12.000	100.000	1.200	106,9% do CDI	Juros semestrais e principal em 3 parcelas anuais e sucessivas (05/2022, 05/2023 e 05/2024)	6	1.200	8	1.200
6ª emissão	Cecrisa	Série única - ICVM nº476/09	12/2016 até 12/2021	100.000.000	1	100	CDI + 4,50% a.a.	Juros trimestrais sem carência e principal trimestral a partir do 12º mês	59	-	-	-
2ª emissão	Duratex	Série única - ICVM nº476/09	05/2019 até 05/2026	120.000	10.000	1.200	108,0% do CDI	Juros semestrais e principal em 2 parcelas anuais (05/2024 e 05/2026)	7	1.198	-	-
Total									72	2.398	8	1.200

As debêntures não possuem garantias e não são conversíveis em ações.

Os *covenants* relacionados às Debêntures estão apresentados na nota 4.2.3.1.

20.2. Movimentação

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2017	1.208	1.208
Juros e atualização monetária	85	85
Amortização - Juros e atualização monetária	(85)	(85)
Saldo em 31/12/2018	1.208	1.208
Ingressos	-	1.197
Aquisições de empresas	-	70
Juros e atualização monetária	75	124
Amortização - Principal	-	(10)
Amortização - Juros e atualização monetária	(77)	(119)
Saldo em 31/12/2019	1.206	2.470
Circulante	6	72
Não circulante	1.200	2.398

20.3. Prazo de vencimento

	Controladora	Consolidado
Circulante		
2020	6	72
Total	6	72
Não circulante		
2022	400	400
2023	400	400
2024	400	999
2025	-	599
Total	1.200	2.398

21. PROVISÕES E ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

A ITAÚSA e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível, tributária e previdenciária, decorrentes do curso normal de seus negócios.

A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acredita que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais e administrativos.

21.1. Provisões

Segue abaixo a movimentação das provisões durante os períodos:

	Controladora	Consolidado			Total
	Tributários	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	
Saldo em 31/12/2017	1.265	1.330	109	32	1.471
Contingências					
Constituição	190	224	38	4	266
Atualização monetária	60	63	9	2	74
Reversão	-	(3)	(41)	(21)	(65)
Pagamentos	-	(6)	(27)	(3)	(36)
Subtotal	1.515	1.608	88	14	1.710
(-) Depósitos judiciais ⁽¹⁾	(230)	(242)	(19)	(1)	(262)
Saldo em 31/12/2018 líquido de Depósitos Judiciais	1.285	1.366	69	13	1.448

	Controladora	Consolidado			Total
	Tributários	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	
Saldo em 31/12/2018	1.515	1.608	88	14	1.710
Contingências					
Constituição	163	313	48	15	376
Atualização monetária	68	73	22	2	97
Reversão	-	(121)	(17)	(17)	(155)
Pagamentos	-	(12)	(25)	(10)	(47)
Aquisição de empresas	-	4	12	73	89
Combinação de negócios	-	61	5	33	99
Subtotal	1.746	1.926	133	110	2.169
(-) Depósitos judiciais ⁽¹⁾	(408)	(418)	(27)	(51)	(496)
Saldo em 31/12/2019 líquido de Depósitos Judiciais	1.338	1.508	106	59	1.673

⁽¹⁾ Correspondem aos depósitos vinculados às referidas provisões. Os depósitos relativos aos processos não provisionados, avaliados como possíveis ou remotos, estão apresentados no Balanço Patrimonial na rubrica "Depósitos judiciais".

21.1.1 Tributários

As provisões equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões administrativas ou judiciais, objeto de auto-lançamento ou lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Quando se tratar de processo que envolve uma obrigação legal, o montante envolvido é provisionado independentemente da probabilidade de perda, uma vez que o êxito na ação depende do reconhecimento da inconstitucionalidade de lei vigente. Nos demais casos, a provisão é constituída sempre que a perda for considerada provável.

Controladora e Consolidado

Destaca-se processo judicial movido pela ITAÚSA que discute o direito de observar o regime cumulativo de PIS e COFINS, considerando a ilegalidade e inconstitucionalidade da inclusão das “holdings puras” no regime não cumulativo. Tendo em vista ação de execução fiscal, a parte contestada do PIS e COFINS, relativamente ao período de abril/2011 a outubro/2017, encontra-se garantida por meio de seguro. A partir de novembro/2017, a ITAÚSA passou a realizar depósitos judiciais. Atualmente, a ITAÚSA aguarda apreciação de seus recursos pelos Tribunais Superiores. A contingência está sendo provisionada por se tratar de discussão envolvendo obrigação legal, ainda que a probabilidade de perda seja possível.

Em 31 de dezembro de 2019, o valor provisionado é de R\$1.723 (R\$1.492 em 31 de dezembro de 2018). Os depósitos judiciais correspondem a R\$388 em 31 de dezembro de 2019 (R\$210 em 31 de dezembro de 2018).

21.1.2. Trabalhistas

Referem-se a processos que discutem, de forma substancial, pretensos direitos trabalhistas relativos a horas extras, doença ocupacional, equiparação salarial e responsabilidade subsidiária.

21.1.3. Cíveis

Referem-se, principalmente, a ações por danos morais e materiais.

21.2. Passivos contingentes

A ITAÚSA e suas controladas possuem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em discussão, cuja perda foi avaliada como possível que não requerem a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Tributários	490	560	1.171	1.179
Trabalhistas	-	-	64	58
Cíveis	18	16	94	60
Total	508	576	1.329	1.297

21.2.1. Tributários

Dentre as principais discussões de processos tributários de probabilidade de perda possível, destacamos os processos abaixo:

- IRRF, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS (indeferimento de pedido de compensação): Casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado cujo saldo atualizado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$314 (R\$626 em 31 de dezembro de 2018) na ITAÚSA e suas controladas.
- Tributação de Reserva de reavaliação: Discussão relativa à tributação de Reserva de reavaliação nas operações societárias de cisão realizadas nos exercícios de 2006 e 2009 cujo saldo atualizado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$298 (R\$289 em 31 de dezembro de 2018) na controlada Duratex.
- Honorários de sucumbência (Execução fiscal do PIS e COFINS): Refere-se à parcela de honorários advocatícios relativos à execução fiscal descrita na nota 21.1.1. e cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$264 na ITAÚSA.
- PIS e COFINS (Glosa de Créditos): Discussão sobre restrição do direito ao crédito de certos insumos relacionados a estas contribuições cujo saldo atualizado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$62 (R\$79 em 31 de dezembro de 2018) na controlada Itautec.

21.3. Ativos contingentes

A ITAÚSA e suas controladas estão discutindo judicialmente o ressarcimento de tributos e contribuições, bem como é parte em processos cíveis, nos quais possuem direitos ou expectativas de direitos a receber.

O quadro abaixo apresenta os principais processos que, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos, têm probabilidade de êxito considerada provável, sendo que os valores respectivos a esses processos não se encontram reconhecidos nas Demonstrações Contábeis.

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Tributários		
Crédito prêmio de IPI (1980 a 1985)	126	121
INSS - Contribuições previdenciárias	61	58
Correção monetária de créditos com a Eletrobras	11	10
Lucro no Exterior (levantamento de depósito)	11	-
Pis e Cofins	17	2
Cobrança / execução de títulos extrajudiciais	8	6
Outros	19	13
Total	253	210

A ITAÚSA não possui ativo contingente avaliado como provável.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

22.1. Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2019 é de R\$43.515 (R\$43.515 em 31 de dezembro de 2018), sendo composto por ações escriturais e sem valor nominal, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2019					
	Ordinária	%	Preferencial	%	Total	%
Grupo controlador (família Egidio de Souza Aranha)	1.828.486.350	63,27	1.024.860.576	18,56	2.853.346.926	33,92
Demais acionistas	1.061.351.420	36,73	4.496.116.584	81,44	5.557.468.004	66,08
Total - Ações em circulação	2.889.837.770	100,00	5.520.977.160	100,00	8.410.814.930	100,00
Residente no país	2.886.629.869	99,89	3.363.778.766	60,93	6.250.408.635	74,31
Residente no exterior	3.207.901	0,11	2.157.198.394	39,07	2.160.406.295	25,69
	31/12/2018					
	Ordinária	%	Preferencial	%	Total	%
Grupo controlador (família Egidio de Souza Aranha)	1.828.486.350	63,27	1.027.275.774	18,61	2.855.762.124	33,95
Demais acionistas	1.061.353.293	36,73	4.493.582.571	81,39	5.554.935.864	66,05
Total - Ações em circulação	2.889.839.643	100,00	5.520.858.345	100,00	8.410.697.988	100,00
Residente no país	2.887.785.145	99,93	3.318.421.750	60,11	6.206.206.895	73,79
Residente no exterior	2.054.498	0,07	2.202.436.595	39,89	2.204.491.093	26,21

As ações preferenciais não possuem direito a voto, contudo, apresentam as seguintes vantagens aos seus detentores:

- Prioridade no recebimento de dividendo mínimo anual de R\$0,01 por ação, não cumulativo;
- Direito de, em eventual alienação de controle, ser incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurando-se dividendo igual ao das ações ordinárias.

O capital social poderá ser aumentado até o limite de 12.000.000.000 de ações, sendo até 4.000.000.000 em ações ordinárias e 8.000.000.000 em ações preferenciais.

22.2. Reservas

22.2.1 Reservas de capital

	Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018
Opções de ações outorgadas	515	619
Ágio na emissão de ações	4	4
Incentivos fiscais	2	2
Reserva de reavaliação	6	6
Outras	2	2
Total	529	633

22.2.2. Reservas de lucros

	Controladora					Total
	Reservas estatutárias					
	Reserva legal	Equalização de dividendos	Reforço do capital de giro	Aumento de capital de empresas participadas	Dividendos adicionais propostos	
Saldo em 31/12/2017	1.374	4.847	1.594	2.868	5.002	15.685
Constituição	472	61	24	37	-	594
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(5.002)	(5.002)
Dividendos e juros sobre o capital próprio Propostos	-	-	-	-	6.429	6.429
Dividendos prescritos	-	1	-	-	-	1
Equivalência patrimonial reflexa	-	31	-	-	-	31
Cancelamento de ações em tesouraria	-	-	(32)	-	-	(32)
Integralização de Reservas a integralizar	(100)	(2.979)	(392)	(1.529)	-	(5.000)
Saldo em 31/12/2018	1.746	1.961	1.194	1.376	6.429	12.706
Constituição	516	1.241	496	744	-	2.997
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(6.429)	(6.429)
Dividendos e juros sobre o capital próprio Propostos	-	-	-	-	3.729	3.729
Dividendos prescritos	-	1	-	-	-	1
Equivalência patrimonial reflexa	-	(54)	-	-	-	(54)
Saldo em 31/12/2019	2.262	3.149	1.691	2.120	3.729	12.950

(a) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido, apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do Capital social.

(b) Reservas estatutárias

- **Reserva de equalização de dividendos:** tem por finalidade garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, limitada à 40% do Capital social;
- **Reserva para reforço do capital de giro:** tem por finalidade garantir meios financeiros para a operação da ITAÚSA, limitada à 30% do Capital social; e
- **Reserva para aumento de capital de empresas participadas:** tem por finalidade garantir o direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas.

O montante das referidas reservas estatutárias acima não excederá o limite de 95% do Capital social. Adicionalmente, o saldo dessas reservas, somado ao da Reserva legal, não poderá ultrapassar o Capital social.

(c) Dividendos adicionais propostos

Referem-se aos Dividendos e Juros sobre o capital próprio que excedem o dividendo mínimo obrigatório, deliberados pelo Conselho de Administração, a serem ratificados pela Assembleia Geral Ordinária, no exercício seguinte ao das Demonstrações Contábeis.

22.3. Ações em tesouraria

As movimentações das ações em tesouraria estão apresentadas a seguir:

	Controladora			Valor
	Quantidade de ações			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Saldo em 31/12/2017	-	-	-	-
Aquisição de ações	-	(3.500.000)	(3.500.000)	(32)
Cancelamento de ações	-	3.500.000	3.500.000	32
Saldo em 31/12/2018	-	-	-	-
Aquisição de ações	(1.873)	-	(1.873)	-
Cancelamento de ações	1.873	-	1.873	-
Saldo em 31/12/2019	-	-	-	-

22.4. Ajuste de avaliação patrimonial

	Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018
Benefício pós-emprego	(505)	(370)
Valor justo de Ativos financeiros	325	(353)
Ajustes de conversão / hiperinflação	544	1.133
Hedge accounting	(2.126)	(2.121)
Total	(1.762)	(1.711)

O saldo refere-se, em sua totalidade, à equivalência patrimonial sobre os ajustes de avaliação patrimonial das coligadas e controladas em conjunto.

22.5. Destinação do resultado, Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio - JCP

22.5.1. Destinação do resultado

	Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido	10.312	9.436
(-) Reserva legal	(516)	(472)
Base de cálculo para Dividendos/JCP	9.796	8.964
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	2.449	2.241
Destinação:		
Distribuição aos acionistas		
Dividendos	3.536	2.264
JCP (bruto)	50	149
Dividendos adicionais propostos (Reservas de lucros)	1.901	3.812
JCP (bruto) adicionais propostos (Reservas de lucros)	1.828	2.617
	7.315	8.842
Reservas de lucros	2.481	122
	9.796	8.964
% bruto pertencente aos acionistas	74,7%	98,6%

As ações de ambas as espécies participam dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ordinárias, dividendo igual ao mínimo prioritário anual de R\$0,01 por ação a ser pago às ações preferenciais.

O valor por ação dos dividendos e JCP do exercício de 2019 está apresentado a seguir:

	Data do pagamento (realizado e previsto)	Valor por ação		Valor distribuído	
		Bruto	Líquido	Bruto	Líquido
Pagos					
Dividendos trimestrais	01/07/2019	0,02000	0,02000	168	168
Dividendos adicionais	23/08/2019	0,34050	0,34050	2.864	2.864
Dividendos trimestrais	01/10/2019	0,02000	0,02000	168	168
		0,38050	0,38050	3.200	3.200
Provisionados					
Dividendos trimestrais	02/01/2020	0,02000	0,02000	168	168
Dividendos trimestrais	01/04/2020	0,02000	0,02000	168	168
JCP	06/03/2020	0,00595	0,00506	50	43
		0,04595	0,04506	386	379
Propostos					
Dividendos adicionais	06/03/2020	0,22600	0,22600	1.901	1.901
JCP	06/03/2020	0,21740	0,18479	1.828	1.554
		0,44340	0,41079	3.729	3.455
Total		0,86985	0,83635	7.315	7.034

22.5.2. Dividendos e JCP a pagar

A movimentação dos Dividendos e JCP a pagar está apresentada a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	Dividendos	JCP	Total	Dividendos	JCP	Total
Saldo em 31/12/2017	226	1.108	1.334	226	1.151	1.377
Dividendos de exercícios anteriores	2.207	2.454	4.661	2.207	2.454	4.661
Chamada de capital	(1.381)	-	(1.381)	(1.381)	-	(1.381)
Dividendos do exercício	2.264	-	2.264	2.429	-	2.429
JCP	-	133	133	-	329	329
Dividendos prescritos	-	(1)	(1)	-	(1)	(1)
Pagamentos	(2.974)	(3.628)	(6.602)	(2.974)	(3.670)	(6.644)
Saldo em 31/12/2018	342	66	408	507	263	770
Dividendos de exercícios anteriores	3.812	2.310	6.122	3.812	2.310	6.122
Dividendos do exercício	3.536	-	3.536	3.536	-	3.536
JCP	-	43	43	-	129	129
Dividendos prescritos	-	(1)	(1)	-	(1)	(1)
Pagamentos	(7.343)	(2.368)	(9.711)	(7.507)	(2.564)	(10.071)
Saldo em 31/12/2019	347	50	397	348	137	485

23. RECEITA LÍQUIDA

	Consolidado	
	2019	2018
Receita de venda de produtos e serviços		
Mercado interno	5.298	5.566
Mercado externo	913	1.101
	6.211	6.667
Deduções da receita		
Tributos sobre as vendas	(1.203)	(1.292)
	(1.203)	(1.292)
Total	5.008	5.375

24. RESULTADO POR NATUREZA

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Remuneração e encargos com pessoal		(43)	(13)	(1.040)	(1.021)
Matérias primas e materiais de consumo		-	-	(2.225)	(2.658)
Variação nos estoques de produtos acabados e em elaboração		-	-	114	217
Variação no valor justo dos ativos biológicos	12	-	-	126	148
Depreciação e amortização		(5)	(3)	(691)	(783)
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa - PECLD		-	-	(11)	(10)
Despesas com transportes		-	-	(340)	(385)
Despesas com publicidade		-	-	(97)	(83)
Seguros		(7)	(3)	(12)	(7)
Outras despesas	24.1	(68)	(66)	(645)	(487)
Total		(123)	(85)	(4.821)	(5.069)
Reconciliação com a Demonstração do Resultado					
Custos dos produtos e serviços		-	-	(3.718)	(4.006)
Despesas com vendas		-	-	(716)	(721)
Despesas gerais e administrativas		(123)	(85)	(387)	(342)
Total		(123)	(85)	(4.821)	(5.069)

24.1. Outras despesas (Controladora)

Do montante em 2019 de R\$68 (R\$66 em 2018), R\$51 (R\$56 em 2018) corresponde a serviços de terceiros, tais como consultorias e honorários advocatícios.

25. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio		165	153	165	142
Resultado na venda de fazendas	25.1	-	-	267	621
Resultado na venda de Investimento	15.1.1	-	(121)	-	(121)
Resultado na venda de imobilizado		28	-	50	1
Benefícios a empregados		2	1	23	(8)
Receita de aluguéis		6	7	5	30
Perda no valor recuperável - Imobilizado e Intangível	17.4	-	-	(9)	(224)
Outros		-	(2)	34	(58)
		201	38	535	383

25.1. Resultado na venda de fazendas

Refere-se ao ganho na alienação de fazendas (somente terras) localizadas nas regiões de Agudos-SP e Botucatu-SP, pela controlada indireta Duratex Florestal.

26. RESULTADO FINANCEIRO

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Receitas financeiras					
Rendimentos de aplicações financeiras		47	40	105	110
Rendimentos de Títulos e valores mobiliários		-	17	-	17
Valor justo de Títulos e valores mobiliários		231	140	231	140
Variação cambial ativa	26.2	59	48	77	83
Juros e descontos obtidos		-	-	19	18
Atualização de Depósitos judiciais		21	11	25	13
Outras atualizações monetárias		16	14	36	62
Outras receitas financeiras		-	-	3	3
		374	270	496	446
Despesas financeiras					
Encargos de dívida		(86)	(95)	(296)	(384)
PIS/COFINS sobre Receitas financeiras	26.1	(269)	(307)	(273)	(322)
Juros de Passivo de arrendamento		-	-	(3)	-
Variação cambial passiva	26.2	(71)	(89)	(80)	(119)
Outras atualizações monetárias		-	-	(9)	(4)
Operações com derivativos		-	-	(4)	68
Outras despesas financeiras		(69)	(64)	(95)	(92)
		(495)	(555)	(760)	(853)
Resultado financeiro		(121)	(285)	(264)	(407)

26.1. PIS/COFINS sobre Receitas financeiras

Referem-se, substancialmente, ao PIS/COFINS incidentes sobre a receita com JCP recebidos.

26.2. Variação cambial ativa e passiva (Controladora)

A totalidade das rubricas são decorrentes do montante a pagar ao fundo Nova Infraestrutura Fundo de Investimento em Participações e Multiestratégia, em virtude da aquisição de 7,65% da NTS (Nota 11.2).

27. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

Os valores registrados como despesas de Imposto de renda (IRPJ) e Contribuição social (CSLL) nas Demonstrações Contábeis estão conciliados com as alíquotas nominais previstas em lei, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	10.393	9.392	10.730	9.819
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais (34%)	(3.534)	(3.193)	(3.648)	(3.338)
(Acréscimo)/Decréscimo para a apuração do IRPJ e CSLL efetivos				
Resultado de participações societárias	3.548	3.306	3.493	3.243
Dividendos sobre investimento classificados como ativo financeiro	52	45	52	45
Juros sobre o capital próprio	(60)	(105)	28	(8)
Créditos tributários não constituídos	(79)	-	(80)	(13)
Redução ao valor recuperável de intangíveis	-	-	(3)	(40)
Diferença de tributação de empresa controlada	-	-	(3)	17
Despesas não dedutíveis	(7)	(7)	(11)	(12)
Outros ajustes	(1)	(2)	11	(3)
IRPJ e CSLL apurados	(81)	44	(161)	(109)
Correntes	-	(3)	(165)	(329)
Diferidos	(81)	47	4	220
Alíquota efetiva	0,8%	-0,5%	1,5%	1,1%

28. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Numerador		
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores		
Preferenciais	6.769	6.194
Ordinárias	3.543	3.242
	10.312	9.436
Denominador		
Média ponderada das ações em circulação		
Preferenciais	5.520.927.654	5.480.116.943
Ordinárias	2.889.838.550	2.867.721.003
	8.410.766.204	8.347.837.946
Lucro líquido por ação - Básico e Diluído (Em Reais)		
Preferenciais	1,23	1,13
Ordinárias	1,23	1,13

29. REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES

Plano para Outorga de Opções de Ações – Controlada Duratex

Conforme previsão estatutária, a controlada Duratex possui plano para outorga de opções de ações que tem por objetivo integrar executivos no processo de desenvolvimento da mesma, a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas de seu Capital social.

As opções conferirão aos seus titulares o direito de, observadas as condições estabelecidas no plano, subscrever ações ordinárias do Capital social autorizado da controlada Duratex.

As regras e procedimentos operacionais relativos ao plano são propostos pelo Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação (“Comitê”), designado pelo Conselho de Administração da controlada Duratex. Periodicamente, esse comitê submete à aprovação do Conselho de Administração propostas relativas à aplicação do plano.

Só haverá outorga de opções com relação aos exercícios em que tenham sido apurados lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas. A quantidade total de opções a serem outorgadas em cada exercício não ultrapassará o limite de 0,5% da totalidade das ações em circulação da controlada Duratex na data da Demonstração Contábil de encerramento do mesmo exercício.

O preço de exercício, a ser pago à controlada Duratex, é fixado pelo Comitê na outorga da opção. Para fixação do preço de exercício das opções considera-se a média dos preços das ações ordinárias da controlada Duratex, nos pregões da B3, no período de, no mínimo, cinco e, no máximo, noventa pregões anteriores à data da emissão das opções, a critério do Comitê, facultado ainda, ajuste de até 30%, para mais ou para menos. Os preços estabelecidos são reajustados até o mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que o Comitê designar.

A controlada Duratex utiliza o modelo Binomial para as opções que pressupõe que existem duas trajetórias possíveis no comportamento dos preços dos ativos – uma ascendente e outra descendente. Assim, é construída uma árvore com as trajetórias de preço para que se determine o valor da ação em uma data futura, com base na volatilidade definida e no intervalo de tempo entre os passos da árvore do momento da precificação até o vencimento. O processo de precificação deste modelo é realizado pelo método *Backward Induction*, partindo dos nós no vencimento até o ponto de partida.

A volatilidade é calculada a partir do desvio-padrão sobre histórico dos últimos 365 retornos diários dos preços de fechamento da ação da controlada Duratex na B3, ajustados pelo IGP-M.

Segue abaixo as características das ações outorgadas e as principais premissas para o cálculo do valor justo:

	2012	2013	2014	2016	2018	2019
Principais características						
Total de opções de ações outorgadas	1.290.994	1.561.061	1.966.869	1.002.550	1.046.595	1.976.673
Preço de exercício na data da outorga	10,21	14,45	11,44	5,74	9,02	9,80
Valor justo na data da outorga	5,69	6,54	4,48	4,00	5,19	5,17
Data da outorga	09/04/2012	17/04/2013	11/02/2014	09/03/2016	26/04/2018	13/05/2019
Data da carência	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2022
Data do vencimento	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2026	31/12/2027
Principais premissas para cálculo do valor justo						
Volatilidade do preço da ação	37,91%	34,13%	28,41%	39,82%	38,09%	38,49%
Dividend Yield	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de retorno livre de risco (cupom IGP-M)	4,38%	3,58%	6,39%	6,95%	4,67%	4,05%
Taxa efetiva de exercício	96,63%	96,63%	96,63%	94,90%	94,90%	94,90%

A controlada Duratex efetua a liquidação desse plano de benefícios entregando ações de sua própria emissão que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos executivos. Nos anos de 2015 e 2017 não houve outorga de opção de ações.

Segue abaixo a apropriação das opções outorgadas:

Exercício da outorga	Saldo de ações a exercer		Valor total a exercer	Competência						Demais Períodos
	31/12/2019	31/12/2018		Vencidas	2012 a 2015	2016	2017	2018	2019	
Vencidas em anos anteriores				72	-	-	-	-	-	-
2012	581.774	581.774	6	-	6	-	-	-	-	-
2013	897.255	897.255	9	-	7	2	-	-	-	-
2014	1.648.223	1.648.223	8	-	4	2	2	-	-	-
2016	637.100	784.800	4	-	-	1	1	1	1	-
2018	792.653	1.032.356	6	-	-	-	-	1	2	3
2019	1.976.673	-	11	-	-	-	-	-	2	9
	6.533.678	4.944.408	44	72	17	5	3	2	5	12
Efetividade de exercício			94,90%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	94,90%	94,90%	94,90%
Valor apurado			42	69	17⁽¹⁾	5⁽²⁾	3⁽³⁾	2⁽⁴⁾	4⁽⁵⁾	11⁽⁶⁾

(1) Valor contabilizado contra o resultado no período de 2012 a 2015.

(2) Valor contabilizado contra o resultado em 2016.

(3) Valor contabilizado contra o resultado em 2017.

(4) Valor contabilizado contra o resultado em 2018.

(5) Valor contabilizado contra o resultado em 2019.

(6) Valor a ser contabilizado contra o resultado nos demais períodos.

Em 31 de dezembro de 2019 a controlada Duratex possuía 2.051.716 ações em tesouraria (2.316.745 em 31 de dezembro de 2018), que poderão ser utilizadas para fazer face a um eventual exercício de opção.

30. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

30.1. Planos de previdência privada

A ITAÚSA e suas controladas no Brasil fazem parte do grupo de patrocinadoras da Fundação Itaúsa Industrial ("Fundação"), entidade sem fins lucrativos, que tem como finalidade administrar planos privados de concessão de benefícios de pecúlios ou de renda complementares ou assemelhados aos da Previdência Social. A Fundação é regulada em conformidade com as normas emanadas pelo Ministério da Economia, por intermédio do Conselho Nacional da Previdência Complementar – CNPC, da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar – SPPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc.

A Fundação administra o Plano de Contribuição Definida – PAI – CD ("Plano CD") e o Plano de Benefícios Definido – BD ("Plano BD"), sendo que os colaboradores contam com a opção de participar voluntariamente do Plano CD.

30.1.1. Plano de Contribuição Definida – Plano CD

O regulamento do plano prevê a contribuição das patrocinadoras entre 50% e 100% do montante aportado pelos colaboradores.

Este plano é oferecido a todos os colaboradores das patrocinadoras e contava em 31 de dezembro de 2019 com 7.524 participantes (8.141 em 31 de dezembro de 2018).

No Plano CD não há risco atuarial para as patrocinadoras, ou seja, não há obrigação adicional de pagamento depois que as contribuições são efetuadas.

Até 31 de dezembro de 2018, a ITAÚSA não possuía participação no Plano CD. Após a incorporação da Itaúsa Empreendimentos em 30 de agosto de 2019 pela ITAÚSA (Nota 15.1.2), os participantes existentes na Itaúsa Empreendimentos, bem como todos os ativos do plano, passaram a pertencer à ITAÚSA.

Devido a posição superavitária do plano, demonstrada no item (a) abaixo, a ITAÚSA e suas controladas não realizaram contribuições nos exercícios de 2019 e 2018.

(a) Fundo Previdencial

As contribuições das patrocinadoras que permaneceram no plano em decorrência dos participantes terem optado pelo resgate ou pela aposentadoria antecipada, formaram um Fundo Previdencial que, de acordo com regulamento do plano, vem sendo utilizado para compensação das contribuições futuras das patrocinadoras.

O valor presente das contribuições normais futuras, utilizando-se o percentual médio de contribuição normal das patrocinadoras, foi calculado pelos atuários independentes e está apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Valor presente das obrigações	(52)	-	(1.771)	(1.713)
Valor justo dos ativos	81	-	2.777	2.533
Restrição no reconhecimento do ativo	(18)	-	(885)	(709)
Ativo reconhecido (Não circulante)	11	-	121	111

A variação do saldo a receber, na ITAÚSA no valor de R\$1 (após a incorporação do saldo da Itaúsa Empreendimentos) e no consolidado no valor de R\$10, foram registrados no resultado em contrapartida da rubrica “Outras receitas e despesas”.

30.1.2. Plano de Benefício Definido – Plano BD

É um plano que tem como finalidade básica a concessão de benefícios que, sob a forma de renda mensal vitalícia, se destina a complementar, nos termos de seu regulamento, os proventos pagos pela Previdência Social. Este plano encontra-se em extinção, assim considerado por vedar o acesso de novos participantes.

Os recursos do plano são convertidos em benefícios em caso de aposentadoria por tempo de contribuição, especial, por idade e invalidez além de prêmio por aposentadoria, renda mensal vitalícia e pecúlio por morte.

Em dezembro de 2019 a PREVIC aprovou a destinação de reserva especial do Plano BD, relativa ao exercício de 2016, a ser restituída a todas as patrocinadoras, em 36 parcelas mensais a partir do mês de janeiro de 2020, no montante de R\$2 na ITAÚSA e de R\$18 no consolidado, registrados no Balanço Patrimonial na rubrica “Outros ativos” (Nota 11) em contrapartida do resultado do exercício na rubrica “Outras receitas e despesas”.

Devido a posição superavitária do plano, demonstrada no item (a) abaixo, a ITAÚSA e suas controladas não esperam realizar contribuições no exercício de 2020.

(a) Movimentação dos ativos e passivos atuariais

		Controladora							
		31/12/2019				31/12/2018			
		Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrição no reconhecimento do ativo	Ativo (Passivo) líquidos reconhecidos	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrição no reconhecimento do ativo	Ativo (Passivo) líquidos reconhecidos
Nota									
	Saldo inicial	-	-	-	-	-	-	-	-
	Incorporação - Itaúsa Empreendimentos	(15)	23	(9)	(1)	-	-	-	-
	Juros	(1)	2	-	1	-	-	-	-
	Retorno sobre os ativos do plano	-	3	-	3	-	-	-	-
	Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de premissas econômicas	(2)	-	-	(2)	-	-	-	-
	Mudança no superávit irre recuperável	-	-	1	1	-	-	-	-
	Benefícios pagos	1	(1)	-	-	-	-	-	-
	Saldo final	(17)	27	(8)	2	-	-	-	-
	Circulante	11			1				-
	Não circulante	11			1				-

		Consolidado							
		31/12/2019				31/12/2018			
		Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrição no reconhecimento do ativo	Ativo (Passivo) líquidos reconhecidos	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrição no reconhecimento do ativo	Ativo (Passivo) líquidos reconhecidos
	Saldo inicial	(159)	245	(82)	4	(153)	243	(65)	25
	Custo do serviço corrente	-	-	-	-	-	10	-	10
	Juros	(14)	21	(5)	2	(15)	12	(6)	(9)
	Retorno sobre os ativos do plano	-	20	-	20	-	2	-	2
	Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de premissas demográficas	-	-	-	-	(3)	-	-	(3)
	Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de premissas econômicas	(22)	-	-	(22)	(4)	-	4	-
	Mudança no superávit irre recuperável	-	-	18	18	-	-	(16)	(16)
	Contribuições pagas pelas patrocinadoras	-	(4)	-	(4)	-	(6)	-	(6)
	Benefícios pagos	16	(16)	-	-	16	(16)	-	-
	Saldo final	(179)	266	(69)	18	(159)	245	(83)	3
	Circulante	11			6				3
	Não circulante	11			12				-

(b) Classes de ativos

Classe de ativos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
	%	%	%	%
Renda fixa	100	-	100	100
Total	100	-	100	100

(c) Principais premissas atuariais

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Premissas econômicas		
Taxa de desconto	6,99%	9,13%
Taxa de inflação	3,80%	4,00%
Taxa de crescimento salarial	3,80%	6,36%
Crescimento dos benefícios	3,80%	4,00%
Premissas demográficas		
Tábua de mortalidade	AT-2000 (desagravada em 10%)	AT-2000 (desagravada em 10%)
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB - 1983	RRB - 1983
Tábua de entrada em invalidez	RRB - 1944 (desagravada em 70%)	RRB - 1944 (desagravada em 70%)
Tábua de rotatividade	Experiência do atuário	Experiência do atuário
Idade de aposentadoria	Primeira idade com direito a um dos benefícios	Primeira idade com direito a um dos benefícios

(d) Análise de sensibilidade

Segue abaixo uma análise de sensibilidade considerando os efeitos decorrentes de mudanças nas principais premissas atuariais utilizadas para determinar o resultado do Plano BD:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Taxa de desconto				
+1,0%	16	-	166	148
-1,0%	19	-	196	172

(e) Análise de vencimento dos benefícios

	Controladora	Consolidado
	31/12/2019	31/12/2019
2020	1	16
2021	1	15
2022	1	15
2023	1	16
2024	1	16
2025 - 2029	8	77
Total	13	155

30.2. Planos de assistência médica

A controlada Duratex oferece 2 planos de assistência médica:

- **Plano de assistência médica pós-emprego:** A Duratex oferece planos que foram contributários, atualmente com coparticipação aos seus colaboradores e respectivos dependentes, restando ainda como planos contributários as unidades de Aracaju – SE e o centro de distribuição de Tubarão–SC. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, 9 e 13 operadoras de saúde totalizavam 21.973 e 25.059 vidas, respectivamente, (ativos, demitidos, aposentados e dependentes), caracterizando a obrigação de extensão de cobertura para demitidos e aposentados conforme a Lei nº 9.656/98.
- **Plano de assistência médica a funcionários afastados:** A controlada Duratex oferece plano de benefício de plano de saúde para empregados afastados.

A controlada Duratex contratou atuários independentes para realização de avaliação atuarial dos passivos dos planos em 31 de dezembro de 2019 e 2018. As hipóteses e o método atuarial utilizado para a avaliação estão em conformidade com os princípios atuariais e com o CPC 33 (R1) / IAS 19 – Benefícios a empregados.

(a) Movimentação dos passivos atuariais

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Valor presente das obrigações do plano		
Saldo inicial	30	11
Aquisição da empresa	9	-
Custo dos juros	3	18
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de premissas econômicas	30	1
Saldo final	72	30
Reconhecidos no Resultado	3	18
Reconhecido em Outros resultados abrangentes	30	1

31. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Os segmentos operacionais divulgados refletem, de modo consistente, a gestão para tomada de decisões e o acompanhamento de resultados do Comitê Executivo, principal tomador das decisões operacionais na ITAÚSA.

As empresas nas quais a ITAÚSA investe têm autonomia para definir seus padrões diferenciados e específicos na gestão e segmentação dos seus respectivos negócios.

As políticas contábeis de cada segmento são uniformes às descritas na nota 3. Os segmentos possuem uma carteira de clientes pulverizada, sem nenhuma concentração de receita.

Os segmentos operacionais da ITAÚSA foram definidos de acordo com os relatórios apresentados ao Comitê Executivo. Os segmentos considerados na Demonstração Consolidada da ITAÚSA são os seguintes:

- **Duratex:** Apresenta 3 segmentos de negócio: (i) Deca – fabrica e comercializa louças, metais, duchas e torneiras elétricas, negociados sob as marcas Deca e Hydra, que se destacam pela ampla linha de produtos, pelo design arrojado e pela qualidade superior; (ii) Revestimentos cerâmicos - produz e comercializa revestimentos para piso e parede, utilizando as marcas Ceusa, Cecrisa e Portinari, com destaques no mercado nacional por seus atributos de inovação, qualidade e tecnologia de ponta; e (iii) Madeira – fabrica e comercializa painéis de madeira feitos a partir de pinus e eucalipto, provenientes de florestas de reflorestamento certificadas, amplamente utilizados na fabricação de móveis, com destaque para a chapa de fibra, o painel de aglomerado e os painéis de média, alta e super densidade, mais conhecidos como MDF, HDF e SDF, a partir dos quais, são fabricados pisos laminados e vinílicos, sob a marca Durafloor, e revestimentos para teto e parede.
- **Outros:** Referem-se às informações da Itautec e ITH Zux Cayman. Para o exercício de 2018, também eram contempladas a Itaúsa Empreendimentos (incorporada pela ITAÚSA em agosto de 2019) e a Elekeiroz (vendida em maio de 2018).

	2019					2018				
	Duratex	ITAÚSA	Outros	(-) Eliminação	Consolidado	Duratex	ITAÚSA	Outros	(-) Eliminação	Consolidado
Informações financeiras										
Total do Ativo	10.715	58.571	69	(1.879)	67.476	9.482	58.360	382	(2.221)	66.003
Total do Passivo	5.783	3.339	28	(31)	9.119	4.847	3.217	47	(187)	7.924
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	4.931	55.232	40	(4.971)	55.232	4.634	55.143	335	(4.969)	55.143
Receita líquida	5.012	-	23	(27)	5.008	4.949	-	462	(36)	5.375
Mercado interno	4.178	-	23	(27)	4.174	4.001	-	462	(36)	4.427
Mercado externo	834	-	-	-	834	948	-	-	-	948
Resultado de participações societárias	(1)	10.436	-	(163)	10.272	-	9.724	-	(187)	9.537
Resultado financeiro	(160)	(121)	17	-	(264)	(150)	(285)	28	-	(407)
Depreciações e amortizações	(684)	(5)	(2)	-	(691)	(775)	(3)	(5)	-	(783)
Tributos sobre o lucro	(73)	(81)	(7)	-	(161)	(151)	44	(2)	-	(109)
Lucro líquido	406	10.312	15	(164)	10.569	432	9.436	28	(186)	9.710
Análise de desempenho										
ROE ⁽¹⁾	8,6%	19,4%	-	-	-	8,8%	18,2%	-	-	-
Geração interna de recursos ⁽²⁾	1.278	299	-	-	-	1.208	969	-	-	-

⁽¹⁾ Representa a relação entre o Lucro líquido e o Patrimônio líquido médio, ambos atribuíveis aos acionistas controladores

⁽²⁾ Refere-se à rubrica "Caixa líquido gerado nas atividades operacionais" na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Embora o Itaú Unibanco, a Alpargatas e a NTS não sejam empresas controladas e, por consequência, não sejam consideradas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, a Administração revisa suas informações e as considera como um segmento por serem parte do portfólio de investimentos da ITAÚSA. O detalhamento de suas atividades está demonstrado a seguir:

- **Itaú Unibanco:** é uma instituição bancária que oferece, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, uma ampla gama de produtos de crédito e outros serviços financeiros a uma base diversificada de clientes pessoas físicas e jurídicas, no Brasil e no Exterior.
- **Alpargatas:** suas atividades são a fabricação e comercialização de calçados e respectivos componentes; artigos de vestuário; artefatos têxteis e respectivos componentes; artigos de couro, de resina e de borracha natural ou artificial e artigos esportivos.
- **NTS:** transportadora de gás natural, por meio de sistema de gasodutos, operando nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, os quais correspondem por aproximadamente 50% do consumo de gás no Brasil. Esse sistema possui conexões com o gasoduto Brasil-Bolívia, com os terminais de gás natural liquefeito (GNL) e com as unidades de processamento de gás.

	2019			2018		
	 (1)			 (1)		
Informações financeiras						
Total do Ativo	1.637.481	4.522	10.051	1.552.797	3.980	9.845
Total do Passivo	1.488.016	1.787	7.410	1.402.331	1.510	6.637
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	136.925	2.643	2.641	136.782	2.381	3.208
Receita líquida (2)	188.893	3.712	4.406	172.087	3.380	4.041
Mercado interno	157.247	2.918	4.406	145.385	2.670	4.041
Mercado externo	31.646	794	-	26.702	710	-
Resultado de participações societárias	1.315	-	-	747	-	-
Resultado financeiro (3)	-	(1)	(282)	-	(7)	(376)
Depreciações e amortizações	(4.630)	(173)	340	(3.332)	(107)	(417)
Tributos sobre o lucro	(3.430)	(111)	(1.085)	(4.969)	(61)	(894)
Lucro líquido atribuível aos controladores	27.113	274	2.218	24.907	331	1.934
Análise de desempenho						
ROE	21,8%	11,0%	-	20,4%	14,9%	-
Geração interna de recursos	61.198	700	-	62.890	570	-

(1) Corresponde à participação direta e indireta por meio da IUPAR (vide nota 15.3)

(2) Para o Itaú Unibanco corresponde à: (i) Receita de juros, rendimentos e dividendos; (ii) Ajuste ao valor justo de ativos e passivos financeiros; (iii) Resultado de operações de câmbio e variações cambiais sobre transações no exterior; (iv) Receita de prestação de serviços; e (v) Resultado de operações de seguros e previdência privada

(3) Devido o Itaú Unibanco pertencer ao "Setor financeiro" as receitas e despesas financeiras encontram-se incorporadas no item de "Receita líquida"

32. PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas decorrem do curso normal dos negócios e são efetuadas a valores e taxas usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

A ITAÚSA possui "Política para Transações com Partes Relacionadas", aprovada pelo Conselho de Administração, que visa estabelecer regras e procedimentos para assegurar que as decisões envolvendo transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses sejam tomadas assegurando comutatividade e transparência, garantindo aos acionistas, investidores e outras partes interessadas que as transações foram pautadas nas melhores práticas de Governança Corporativa.

Além dos montantes de Dividendos a receber (Nota 9), os demais saldos e transações entre partes relacionadas estão apresentados abaixo:

	Natureza	Relacionamento	Controladora		Consolidado	
			31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativo						
Caixa e Equivalentes de caixa						
Itaú Unibanco	Conta corrente e aplicações financeiras	Controlada em conjunto	-	-	43	20
Clientes						
Leo Madeiras Máquinas & Ferramentas Ltda.	Venda de produtos	Acionista não controlador da controlada Duratex	-	-	32	39
Total			-	-	75	59
Passivo						
Outros passivos						
Itaú Unibanco	Prestação de Serviços	Controlada em conjunto	-	-	(5)	(8)
Ligna Florestal Ltda.	Passivo de arrendamento	Acionista não controlador da controlada Duratex	-	-	(29)	-
LD Florestal	Passivo de arrendamento	Controlada em conjunto indireta	-	-	(260)	-
Itaú BBA	Custo na emissão de debêntures	Controlada em conjunto	-	-	2	-
Itaúsa Empreendimentos	Prestação de serviços	Controlada	-	(4)	-	-
Itaú Corretora	Prestação de serviços	Controlada em conjunto	(1)	-	(1)	-
Total			(1)	(4)	(293)	(8)
Resultado						
Receita líquida						
Leo Madeiras Máquinas & Ferramentas Ltda.	Venda de produtos	Acionista não controlador da controlada Duratex	-	-	125	155
Fibria Celulose S.A.	Venda de produtos		-	-	-	35
Custo dos produtos e serviços						
Ligna Florestal Ltda.	Custos com arrendamentos	Acionista não controlador da controlada Duratex	-	-	(3)	(25)
LD Florestal	Custos com arrendamentos	Controlada em conjunto indireta	-	-	(24)	-
Despesas gerais e administrativas						
Itaú Corretora	Prestação de serviços	Controlada em conjunto	(8)	(4)	(8)	(4)
Itaú Unibanco	Convênio de Rateio de Custos Comuns	Controlada em conjunto	-	(1)	(1)	(2)
Itaúsa Empreendimentos	Prestação de Serviços	Controlada	(26)	(36)	-	-
Outras receitas e despesas						
Itaú Unibanco	Receita de aluguel	Controlada em conjunto	1	3	1	3
Itaú Unibanco	Venda de Imobilizado	Controlada em conjunto	37	-	37	-
Duratex	Receita de aluguel	Controlada	4	4	-	-
Resultado financeiro						
Itaú Unibanco	Aplicações financeiras	Controlada em conjunto	-	-	2	1
Itaú Unibanco	Despesas financeiras	Controlada em conjunto	-	-	-	(2)
Total			8	(34)	129	161

32.1. Garantias prestadas

A ITAÚSA é garantidora das seguintes transações demonstradas abaixo:

Parte relacionada	Relacionamento	Tipo	Objeto	Controladora	
				31/12/2019	31/12/2018
Duratex	Controlada	Aval	Empréstimo	28	31
Duratex Florestal Ltda.	Controlada indireta	Aval	Empréstimo	38	42
Itautec	Controlada	Aval	Seguro garantia em processos judiciais	26	45
Total				92	118

32.2. Remuneração da Administração

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Remuneração	23	20	62	48
Encargos sociais	2	2	3	7
Benefícios de curto prazo ⁽¹⁾	1	1	1	2
Benefício pós-emprego	-	-	-	2
Plano de remuneração baseado em ações	-	-	4	2
Total	26	23	70	61

⁽¹⁾ Compreendem: Assistência médica e odontológica, Auxílio alimentação e Seguro de vida

33. TRANSAÇÕES NÃO-CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Dividendos/JCP (bruto) deliberados não recebidos	205	292	160	91
Dividendos/JCP (bruto) deliberados não pagos	386	405	460	491
Aumento de capital com créditos de dividendos/JCP	-	706	-	706
Total	591	1.403	620	1.288

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

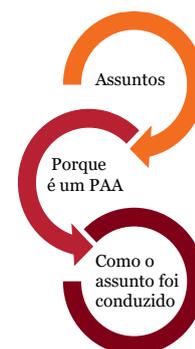
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. e da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Considerando a atividade de holding desempenhada pela Companhia, os PAA são temas advindos dos investimentos em controladas e controladas em conjunto, a seguir apresentados. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa correspondente opinião e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Nossa auditoria em 2019 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao ano anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do ano anterior.

Porque é um PAA**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria****Controladas em conjunto – Itaú Unibanco Holding S.A. (“IUH”) e Itaú Unibanco Participações S.A. (“IUPAR”) – (Nota explicativa 15)**

Os investimentos no IUH e na IUPAR representam parte substancial dos ativos individuais e consolidados da Companhia, sendo registrados na rubrica “Investimentos” e contabilizados por equivalência patrimonial.

A IUPAR é uma holding constituída para controle do IUH, sendo este seu principal ativo. O IUH por sua vez é uma instituição financeira que atua nas diversas modalidades bancárias, bem como em atividades de seguros, previdência e capitalização.

O IUH realiza um volume expressivo de operações em todas essas modalidades e devido ao histórico de aquisições e porte de suas operações, a sua estrutura de tecnologia é composta por mais de um ambiente com processos distintos e controles segregados. Dessa forma, o IUH é altamente dependente de seu ambiente de tecnologia da informação para processamento dessas operações.

Adicionalmente, as demonstrações contábeis do IUH apresentam estimativas contábeis críticas relacionadas a operações que requerem elevado nível de julgamento para registro e mensuração das transações e apuração dos saldos contábeis. Essas estimativas contábeis envolvem as seguintes principais áreas:

- Provisão para perda esperada de créditos;
- Mensuração de ativos e passivos financeiros, incluindo derivativos;
- Créditos tributários;
- Realização dos valores registrados em Ágio e Ativos intangíveis;
- Provisão para passivos contingentes.

Em função do exposto acima, continuamos a considerar essas estimativas contábeis, assim como o próprio ambiente de tecnologia da informação, como áreas de foco de auditoria.

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, realizamos testes sobre a apuração da equivalência patrimonial realizada pela Administração da Companhia em relação aos investimentos no IUH e na IUPAR, comparando os resultados obtidos com os registros contábeis. Também avaliamos as divulgações nas demonstrações contábeis da Companhia em conformidade com os requerimentos das normas contábeis.

Os resultados de nossos procedimentos de auditoria estão consistentes com as divulgações em notas explicativas.

Adicionalmente, nossos procedimentos como auditores do IUH, abrangeram, entre outros, os seguintes principais procedimentos de auditoria:

-Em relação ao ambiente de tecnologia da informação:

Com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do ambiente de tecnologia da informação e dos controles automatizados dos sistemas aplicativos relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis.

Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes em controles relevantes e a execução de testes sobre certos aspectos relacionados à segurança da informação, incluindo gestão de acessos e segregação de função.

A combinação dos testes sobre os controles e outros testes adicionais nos permitiram estabelecer um adequado nível de confiança de auditoria na operação dos sistemas e controles automatizados do IUH para o propósito de nosso trabalho.

-Em relação às estimativas contábeis críticas:

Aplicamos testes sobre o desenho e a operação dos principais controles para registro, mensuração, baixa e divulgação das operações, em conformidade com o IFRS 9 – *Financial Instruments*.

Com auxílio de nossos especialistas, analisamos, quando aplicável, a razoabilidade de determinadas premissas e julgamentos da Administração do IUH. Também, testamos a integridade das bases de dados e os modelos de cálculos envolvidos para apuração dos saldos.

Realizamos testes relacionados à existência, valor correto, integridade, valor recuperável e registro

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

no momento correto das operações, bem como realizamos confirmação de informações sobre a probabilidade de perda dos processos judiciais junto aos assessores jurídicos do IUH.

Consideramos que os critérios e as premissas adotados pela Administração para a determinação dessas estimativas críticas produzem valores que estão dentro de intervalos aceitáveis frente às normas contábeis.

Investimento na Controlada – Duratex S.A. e na Controlada em conjunto Alpargatas S.A. (Nota explicativa 15)

Os investimentos na controlada Duratex S.A. e na controlada em conjunto Alpargatas S.A., somados representam aproximadamente 6% do total de ativos nas demonstrações contábeis individuais da Companhia.

As demonstrações contábeis da Duratex S.A. e da Alpargatas S.A. apresentam estimativas contábeis críticas relacionadas a operações que requerem elevado nível de julgamento para registro e mensuração das transações e apuração dos saldos contábeis.

As principais estimativas contábeis críticas são:

Duratex

- Risco de variação do valor justo dos ativos biológicos;
- Perda (*impairment*) estimada do ágio;
- Benefícios de planos de previdência e saúde;
- Provisão para contingências;
- Valor justo de instrumentos financeiros;
- Imposto de renda e contribuição social diferidos.

Alpargatas

- Reconhecimento da provisão para perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber de clientes;
- Imposto de renda e contribuição social diferido;
- Teste de redução ao valor recuperável de ágio (*impairment*);
- Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas;
- Plano de incentivo de longo prazo;
- Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*.

Devido às incertezas inerentes a esses tipos de estimativas, as mesmas foram consideradas área de foco na auditoria das demonstrações contábeis da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.

Os procedimentos de auditoria em relação às estimativas contábeis críticas incluíram comunicação com os auditores da Duratex e da Alpargatas com o objetivo de discutir os riscos de auditoria identificados, o enfoque, alcance e época dos trabalhos. Também, revisamos seus papéis de trabalho e discutimos os resultados alcançados.

Especificamente em relação às estimativas contábeis críticas, consideramos:

- Os trabalhos executados e as conclusões dos auditores, incluindo seus especialistas quando aplicável, quanto a avaliação das premissas e metodologia usadas pela administração das referidas companhias; e
- As correspondentes divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Itaúsa.

Após aplicação desses procedimentos, consideramos que as premissas e as metodologias utilizadas para as estimativas contábeis são adequadas para mitigar os riscos associados de distorções relevantes sobre as demonstrações contábeis.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria, das constatações relevantes de auditoria e, quando eventualmente identificadas durante nossos trabalhos, as deficiências significativas nos controles internos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2020

PricewaterhouseCoopers
Audidores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Emerson Laerte da Silva
Contador CRC 1SP171089/O-3

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

CNPJ 61.532.644/0001-15

Companhia Aberta

NIRE 35300022220

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da **ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A. (“Itaúsa”)** procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas da Itaúsa, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2019, as quais foram revisadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (“PwC”), na qualidade de auditores independentes.

Os Conselheiros Fiscais verificaram a exatidão de todos os elementos apreciados e, considerando o relatório sem ressalvas emitido pela PwC, entendem que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Itaúsa no período e reúnem condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Acionistas na Assembleia Geral Ordinária de 2020. São Paulo (SP), 17 de fevereiro de 2020. (aa) Tereza Cristina Grossi Togni – Presidente; Eduardo Rogatto Luque, Flavio Cesar Maia Luz, José Maria Rabelo e Paulo Ricardo Moraes Amaral – Conselheiros..

ALFREDO EGYDIO SETUBAL
Diretor de Relações com Investidores

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

CNPJ 61.532.644/0001-15

Companhia Aberta

NIRE 35300022220

ATA SUMÁRIA DA REUNIÃO DA DIRETORIA REALIZADA EM 17 DE FEVEREIRO DE 2020

DATA, HORA E LOCAL: em 17 de fevereiro de 2020, às 12h00, na Avenida Paulista, 1938, 5º andar, Sala 501, em São Paulo (SP).

PRESIDENTE: Henri Penchas.

QUORUM: a totalidade dos membros eleitos.

PRESEÇA LEGAL: Diretores, Conselheiros Fiscais e representantes dos Auditores Independentes.

DELIBERAÇÕES TOMADAS: os Conselheiros deliberaram, por unanimidade:

1) aprovar o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas, acompanhadas das Notas Explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2019, que foram objeto de: (i) relatório sem ressalvas emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; (ii) parecer sem ressalvas do Conselho Fiscal; e (iii) manifestação da Diretoria, que concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as referidas demonstrações contábeis; e

2) autorizar a divulgação desses documentos na Comissão de Valores Mobiliários, na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e no endereço eletrônico da Companhia (www.itausa.com.br).

ENCERRAMENTO: nada mais havendo a tratar, lavrou-se esta ata que, lida e aprovada, foi assinada pelos membros do Conselho de Administração. São Paulo (SP), 17 de fevereiro de 2020. (aa) Henri Penchas - Presidente; Alfredo Egydio Setubal e Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela - Vice-Presidentes; Ricardo Egydio Setubal, Rodolfo Villela Marino e Victório Carlos De Marchi - Conselheiros.

ALFREDO EGYDIO SETUBAL
Diretor de Relações com Investidores